

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MURILO MENDONÇA SOUZA

O DECLÍNIO DA FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DO CENTRO EDUCACIONAL DE
PESQUISA APLICADA (CEPA) EM MACEIÓ-ALAGOAS

MACEIÓ-AL
2025

MURILO MENDONÇA SOUZA

O DECLÍNIO DA FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DO CENTRO EDUCACIONAL DE
PESQUISA APLICADA (CEPA) EM MACEIÓ-ALAGOAS

Dissertação de apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia da Universidade
Federal de Alagoas como requisito para defesa
de Mestrado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Avelar Araújo Santos
Júnior

MACEIÓ-AL
2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S729d Souza, Murilo Mendonça.
O declínio da função socioespacial do Centro Educacional de
Pesquisa Aplicada (CEPA) em Maceió - Alagoas / Murilo Mendonça
Souza. – 2025.
133 f. : il. color.

Orientador: Avelar Araújo Santos Junior.
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Maceió, 2025.
Bibliografia: f. 124-133.

1. Função socioespacial. 2. Escola Parque. I. Título.

CDU: 911.3(813.5)


FOLHA DE APROVAÇÃO

MURILO MENDONÇA SOUZA


O DECLÍNIO DA FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISA APLICADA (CEPA) EM MACEIÓ - ALAGOAS

Dissertação de mestrado apresentada ao corpo docente da Universidade Federal de Alagoas como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia. Defendida em: 26/02/2025.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **AVELAR ARAÚJO SANTOS JUNIOR**
Data: 24/02/2025 15:25:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Avelar Araújo Santos
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO ALFREDO TELES DE CARVALHO**
Data: 09/03/2025 11:50:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Interno: Prof. Dr. Antonio Alfredo Telles de Carvalho
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ALDA LISBOA DE MATOS SILVA**
Data: 12/03/2025 21:19:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Externa: Profa. Dra. Alda Lisboa de Matos Silva
(Instituto Federal de Alagoas/Seduc-AL)

Aos meus colegas professores, funcionários e estudantes da rede estadual de educação de Alagoas que, como eu, mesmo com incontáveis deficiências, sucateamentos e dificuldades, animam e dão significado social à existência do Centro de Pesquisa Aplicada (Cepa) diariamente.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiro e antes de tudo, à Laura, minha mãe, e a Marcelo, meu pai, que, ao longo de toda minha trajetória, foram apoiadores incontestes e incondicionais de cada um dos meus passos. Além disso, dedicaram incomensuráveis esforços para me formar integralmente, não só como profissional, mas também como ser humano, sem nunca esquecer da ternura, do carinho, do cuidado e do amor necessários à criação de um filho.

Estendo essa dedicatória à Maria Flor, minha doce menina, que ilumina e colore minha vida, desde a sua chegada, com todo seu amor generosamente distribuído entre sorrisos largos e palavras de afeto. Espero que essa pesquisa te encha de orgulho, como aquele que sinto por te ver crescer feliz e saudável.

Também dedico este trabalho as minhas avós Marielza e Bernadete. As duas sempre foram figuras maternas importantes desde o meu primeiro abrir de olhos, e que, cada uma a seu modo, foram cruciais na formação do meu caráter e estiveram sempre presentes na minha caminhada.

Minha dedicatória também alcança as minhas tias Cristina e Celma. Ambas sempre foram como mães, que, com toda força que o nome mãe carrega, nunca se furtaram de me acompanhar pelo mundo de mãos dadas, tanto nos momentos felizes como naqueles mais tempestuosos.

Por fim, ao meu tio e padrinho Elson (*in memoriam*), dedico esse trabalho como forma de gratidão por todo sincero e incalculável amor a mim dedicado ao longo do tempo de existência terrena que compartilhamos. Sei que essa conquista o enche de orgulho do lugar onde ele agora desfruta seu merecido repouso.

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço a meu orientador, professor Avelar, que com toda disposição aceitou orientar este trabalho ainda no nosso primeiro encontro, quando pouco sabíamos um do outro, mas já prevíamos que seria uma parceria bastante frutífera.

Agradeço também a todo o povo alagoano, que sempre foi muito generoso e amistoso no acolhimento desse baiano que por aqui aterrissou em 2022 e teve oportunidades únicas de crescimento profissional e pessoal nessa terra encantadora. Em especial, estendo meu carinho e meus agradecimentos a todos os meus antigos colegas de trabalho da Escola Estadual Professor Afrânio Lages, com destaque para meus ‘chegados’ Eunice, Nathaly e Fernando, bem como à minha querida amiga Sandra Vanessa.

Estendo meus agradecimentos à Corina, minha eterna chefe e grande amiga, que também é um dos meus grandes modelos de dignidade e generosidade. Ao me chefiar durante os primeiros dois anos da minha carreira docente, Corina foi muito mais do que chefe, foi uma verdadeira companheira de vida e de luta. Suas incontáveis reflexões sobre o objeto de estudo desta dissertação me despertaram a curiosidade sobre o tema e o desejo de construir um trabalho que fosse social e politicamente relevante para comunidade do Cepa.

Agradeço também a Matheus, por todo o companheirismo, pela escuta e pelo carinho ao longo do processo de escrita deste trabalho. Incontáveis foram os percalços e dificuldades nesses dois anos de pesquisa, mas eu nunca deixei de ter seu ouvido cativo e sua fala amável, compreensiva e estimulante que sempre me re confortaram e me reavivaram para meus objetivos.

Por fim, agradeço às minhas grandes amigas de toda vida, pessoas sem as quais a minha estadia nesse mundo seria incontestavelmente mais difícil e menos alegre: Juliana, Andressa e Raylla. Mesmo longe, e cada uma a seu modo, estiveram a todo tempo torcendo pelo meu sucesso nessa empreitada.



Imagem capturada de cima da “passarela do Cepa”, pelo autor, em dezembro de 2023. A passarela é uma das obras arquitetônicas mais conhecidas da cidade de Maceió e dá acesso ao Cepa, fica sobre a Avenida Fernandes Lima, no bairro do Farol, e é utilizada diariamente por milhares de transeuntes e estudantes do Cepa.

“Eu fui batizado na *Capela do Farol*, Matriz de Santa Rita, *Maceió*. Mas foi beirando estrada abaixo que eu ‘piquei a mula’, disposto a colar um grau na escola da natureza. Se alguém me perguntar, não tenho nada a dizer: Pois eu ‘pra’ me realizar, preciso morrer. [...]. Você me deu liberdade, ‘pra’ meu destino escolher e quando sentir saudades, poder chorar por você. Não vê minha terra mãe que estou a me lamentar. É que eu fui condenado, a viver do que cantar. Ala, Ala, Ala, Ala-Alagoas”

**Djavan Caetano Viana,
Faixa ‘Alagoas’,
Álbum ‘Djavan’, 1978.**

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a hipótese da existência de um processo de declínio da função socioespacial desenvolvida pelo Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa), enquanto aparelho público de educação básica criado e mantido pela Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL) desde o ano de 1958. A pesquisa seguiu o método histórico-dialético, em uma perspectiva geográfica a partir de enfoque interdisciplinar, na busca por um raciocínio integrativo que procurou a contribuição de outros campos científicos para a compreensão do problema debatido, a exemplo da História, da Pedagógica e de Arquitetura e Urbanismo. Inicialmente, foi realizada uma busca, a partir da bibliografia disponível, pela definição da categoria analítica ‘função socioespacial de um objeto público’ que norteou a construção da pesquisa. Em seguida, foi analisado o processo histórico de estruturação do Cepa, diretamente influenciado pelo modelo arquitetônico-pedagógico da ‘escola parque’, proposto pelo educador Anísio Teixeira na década de 1950. Subsequentemente, foram analisadas decisões tomadas pelo poder público estadual em relação ao Cepa nas últimas décadas, que se acredita terem contribuído para o processo de declínio em análise, a exemplo do fechamento de instituições componentes do Centro para dar espaço a setores administrativos da Seduc-AL e a abertura de uma avenida de trânsito urbano, o ‘eixo Cepa’, que corta o Centro e o segrega em duas partes. Além disso, também foram debatidos os impactos para a função socioespacial desempenhada pelo Cepa do seu distanciamento físico em relação aos bairros de residência da maior parte do público por ele atendido. Por fim, foram analisados os impactos no Cepa da crise socioambiental resultante da subsidência de parte do solo de Maceió, gerada pela atividade mineradora de sal-gema desempenhada pela Braskem S.A., que resultou no esvaziamento da vizinhança do Centro e no fechamento de duas de suas instituições. A pesquisa foi desenvolvida, majoritariamente, por meio da consulta e análise de materiais e documentos. O levantamento de dados e informações foi realizado por meio da consulta a livros, TCCs, dissertações, teses, artigos científicos, reportagens jornalísticas, fotos e documentos públicos. Por fim, frente a todos os fatores e eventos discutidos no trabalho, concluiu-se que é válida a hipótese da existência de um processo de declínio da função socioespacial desempenhada pelo Cepa.

Palavras-chave: Função; Declínio; Escola Parque.

ABSTRACT

The referent study aimed to analyze the hypothesis of the existence of a process of decline in the socio-spatial function developed by the Educational Center for Applied Research (Cepa) as a public basic education apparatus created and maintained by the State Secretariat for Education of Alagoas (Seduc-AL) since 1958. The research followed the historical dialectical method in a geographical perspective from an interdisciplinary approach in the search for an integrative reasoning, which sought the contribution of other scientific fields for the understanding of the debated problem, such as History, Pedagogy, Architecture and Urbanism. Initially, a search was carried out, from the available bibliography, for the definition of the analytical category 'socio-spatial function of a public object' that guided the construction of the research. Next, the historical process of structuring Cepa was analyzed, directly influenced by the architectural-pedagogical model of the 'park school' proposed by educator Anísio Teixeira in the 1950s. Subsequently, decisions taken by the state government regarding Cepa in recent decades were analyzed, which are believed to have contributed to the process of decline under analysis, such as the closing of institutions that are part of the Center to make room for administrative sectors of Seduc-AL and the opening of an urban transit avenue, the 'Cepa axis', which cuts through the Center and separates it into two parts. In addition, the impacts on the socio-spatial function performed by Cepa of its physical distance from the neighborhoods where most of the public it serves lives were also discussed. Finally, the impacts on Cepa of the socio-environmental crisis resulting from the subsidence of part of Maceió's soil generated by the rock salt mining activity carried out by Braskem S.A. were analyzed, which resulted in the emptying of the neighborhood of the Center and the closure of two of its institutions. The research was developed, mainly, through the consultation and analysis of materials and documents. The collection of data and information was carried out through consultation of books, TCCs, dissertations, theses, scientific articles, journalistic reports, photos and public documents. Finally, in view of all the factors and events discussed in the work, it was concluded that the hypothesis of the existence of a process of decline in the socio-spatial function performed by Cepa is valid.

Keywords: Function; Decline; 'Park School'.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Método e procedimentos metodológicos	13
1.1.1	Reflexões a respeito da escolha do método	13
1.1.2	Procedimentos metodológicos	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O QUE SE ENTENDE POR FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DE UM OBJETO PÚBLICO	18
2.1	Breves investigações sobre o conceito de Espaço Geográfico	18
2.2	Função de um objeto no Espaço Geográfico	22
2.3	Função socioespacial de um objeto público.....	25
3	CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISA APLICADA: O CAMINHO TRILHADO ENTRE O MODELO DE ‘ESCOLA PARQUE’ DE ANÍSIO TEIXEIRA E A EXPERIÊNCIA IMPLEMENTADA EM ALAGOAS.....	28
3.1	A ‘escola parque’ de Anísio Teixeira: proposta de uma educação para além da sala de aula.....	28
3.2	O processo de estruturação do Cepa ao longo do século XX.....	37
4	O DECLÍNIO DA FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEPa AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS	60
4.1	O fechamento de ferramentas públicas componentes do Cepa.....	60
4.2	O distanciamento físico entre o Cepa e o seu público majoritário.....	71
4.3	O eixo viário do Cepa e seus desdobramentos no Centro	89
4.5	O desastre socioambiental da Braskem S. A. e seus desdobramentos no Cepa.....	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação nasceu das inquietações do seu autor em relação ao ambiente de trabalho em que atuou e à cidade onde residiu durante a construção da pesquisa, entre os anos de 2023 e 2025. Aprovado no concurso público para o provimento de vagas do cargo de professor de Geografia da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL) no ano de 2021, o autor mudou-se para o município de Maceió, capital do estado de Alagoas, no mês de maio de 2022 e iniciou sua atuação como professor da 13ª Gerência Especial de Educação¹, lotado na Escola Estadual Professor Afrânio Lages, uma das instituições que compõem o Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa)².

Logo de início, é essencial esclarecer que o Cepa é um Centro educacional de formação básica fundado em 1958, localizado em Maceió, às margens da Avenida Fernandes Lima, no bairro do Farol (Figura 1), que reúne diversas instituições de educação básica e órgãos da infraestrutura administrativa da Seduc-AL. Oferta educação pública desde o Ensino Fundamental até a formação de Nível Médio, além de atividades de extensão abertas à comunidade, como cursos de língua estrangeira.

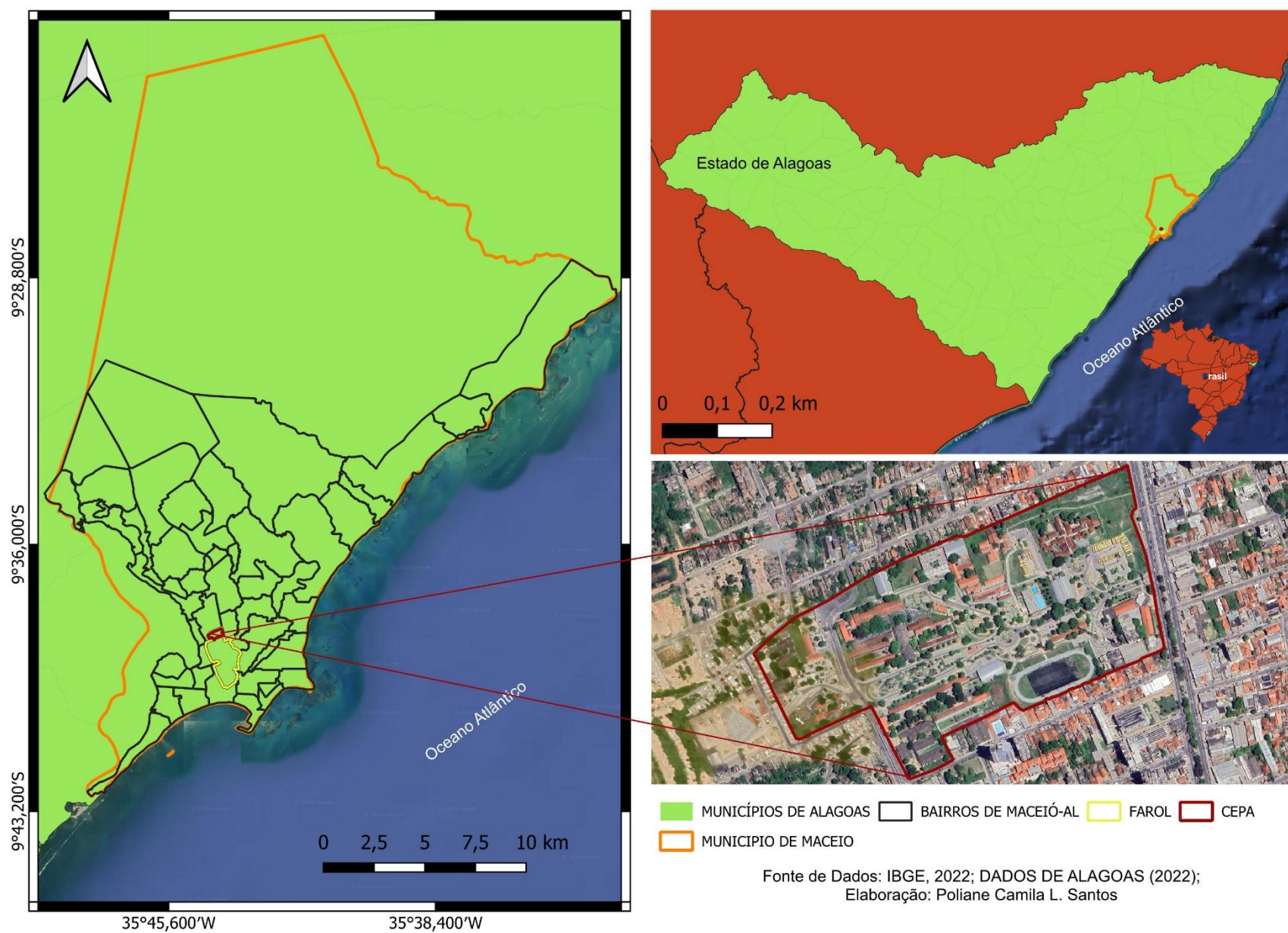
Ainda nas primeiras semanas de atuação como professor da rede estadual, em meio ao processo de descoberta e adaptação ao Cepa, o autor se deparou com o cenário de certo abandono do Centro. Por exemplo, era possível notar o sucateamento estrutural das escolas em funcionamento, incluindo aquela em que atuava, além do fato de alguns prédios que antes abrigavam instituições de ensino estarem abandonados ou servindo de depósitos para materiais da Seduc-AL.

Em contrapartida, também era muito comum ouvir comentários de estudantes e colegas de trabalho que atuavam há mais tempo no Cepa relatando como aquele local era diferente no passado e como, em décadas anteriores, o Centro já havia sido uma das principais referências de educação básica, não só para o município de Maceió, mas para todo estado de Alagoas, ao ofertar ações educacionais que iam além do ensino, envolvendo pesquisa, extensão e promoção da cultura.

¹ Órgão responsável pela gestão das unidades de ensino de educação básica da Seduc-AL situadas no município de Maceió, entre os bairros do Farol e o seu limite territorial com o município de Rio Largo.

² Doravante, com o objetivo de evitar repetições ao longo de toda a dissertação, toda vez que for preciso citar o Centro Educacional de Pesquisa Aplicada será utilizada a sigla Cepa ou o termo Centro.

Figura 1 – Localização do Cepa, no bairro do Farol em Maceió - Alagoas



A existência de certos aparelhos educacionais no Cepa, mesmo que não mais em funcionamento — como uma escola de línguas estrangeiras e um planetário —, reforçavam o sentimento de que possivelmente a estruturação daquele espaço havia sido idealizada a partir de uma filosofia pedagógica distinta das atuais, e que o Cepa já havia vivenciado ‘anos áureos’ no passado, mas que agora atravessava um processo de declínio.

De início, a principal conjectura de explicação levantada pelo autor para a situação em questão (quando ainda se tratava de uma inquietação pessoal e não havia perspectiva de torná-la objeto de estudo de um trabalho de pós-graduação) era a de que esse cenário de declínio seria majoritariamente resultante do desastre socioambiental ocasionado pela exploração de sal-gema realizada pela Braskem S. A. no subsolo de Maceió, que em 2018 ocasionou a subsidência do solo de alguns bairros da cidade, como Pinheiro, Mutange e Farol, sendo este último o bairro onde o Centro educacional está localizado.

O referido processo obrigou o deslocamento físico de parte da população atendida pelas escolas do Cepa residente em bairros circunvizinhos ao Centro para outras áreas da cidade, em especial em direção a bairros situados na periferia de Maceió, além de ter ocasionado o fechamento e a realocação de duas instituições que constituíam o Cepa, por danos permanentes em suas estruturas, a Escola Estadual José Correia da Silva Titara e a Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha.

No entanto, com o amadurecimento das reflexões sobre a problemática a partir do contínuo diálogo com colegas de trabalho, do levantamento de informações em reportagens, artigos científicos e documentos oficiais do estado de Alagoas, supõe-se que o início do mencionado processo é anterior à crise gerada pela Braskem S.A. em Maceió, tendo raízes históricas mais profundas, sendo o cenário gerado pela empresa mineradora o elemento mais recente, somado ao processo de declínio em curso há algumas décadas.

Fundamentando-se nas reflexões feitas por Barros (2017), que, ao tratar sobre o uso de hipóteses nas ciências humanas, afirma permitirem uma ligação mais efetiva entre a teoria e a metodologia, pois, quando se pensa nas hipóteses diante de um problema que se apresenta — seja na vida cotidiana ou no mundo da ciência —, dá-se o primeiro passo na busca de explicações e soluções; esta pesquisa parte da hipótese de que o Cepa vem passando, ao longo das últimas décadas, por um processo de declínio da sua função socioespacial enquanto equipamento público de educação básica estadual. Esse cenário seria resultado de múltiplos fatores, envolve e afeta diversos agentes e está relacionado principalmente a escolhas políticas feitas pelo poder público estadual em relação à gestão da educação pública de Alagoas.

À vista disso, de modo a analisar a veracidade e a relevância da hipótese apresentada frente ao processo socioespacial estudado, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa:

- Investigar, na perspectiva geográfica, o processo de declínio da função socioespacial do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa).

Frente a esse objetivo, de modo a traçar caminhos para alcançá-lo, foram definidos os objetivos específicos desta dissertação:

- a) Desenvolver a caracterização histórica do processo de estruturação do Cepa e o seu contexto político-filosófico de surgimento influenciado pelo modelo arquitetônico-pedagógico da “escola parque”, proposto pelo educador Anísio Teixeira;
- b) Discutir a hipótese do declínio da função socioespacial do Cepa ao longo das últimas décadas, a partir dos seguintes elementos: fechamento de instituições componentes do Centro para dar espaço a setores administrativos da Seduc-AL; distanciamento físico entre o Cepa e a residência de parte majoritária dos seus estudantes; abertura de uma avenida de trânsito urbano dentro do Centro;
- c) Debater a aceleração do processo de declínio da função socioespacial do Cepa gerado pelo desastre socioambiental causado pela Braskem S. A em Maceió;
- d) Propor alternativas para novos usos por parte da Seduc-AL do espaço onde o Cepa está estabelecido.

Por seu turno, a justificativa da existência desta pesquisa fundamenta-se na relevância social do tema pesquisado, uma vez que se trata de um processo em curso que afeta a vida de diversas pessoas, incluindo estudantes, pais, responsáveis, professores e funcionários atuantes em instituições do Cepa. Cabe ainda destacar o aparente ineditismo desta pesquisa, visto que não foram encontrados registros de estudo de maior aprofundamento que se debruce sobre o Cepa e, em especial, sobre os aspectos aqui abordados.

Desse modo, a presente pesquisa tem o potencial de contribuir na produção de conhecimento crítico a respeito da realidade estudada e poderá, futuramente, servir como referência para outros trabalhos que busquem compreender aspectos relacionados ao Cepa e a outros temas que a comporão, como a crise causada pela Braskem S. A. em Maceió.

A seguir, o método e os procedimentos metodológicos escolhidos para esta pesquisa serão descritos e explicados.

1.1 Método e procedimentos metodológicos

1.1.1 Reflexões a respeito da escolha do método

Diante da complexidade do tema proposto, que envolve múltiplos fatores e agentes, é salutar a busca por abordagens científicas que não se limitem a um único campo de conhecimento, buscando reflexões mais amplas e interdisciplinares. Nesse sentido, diferente da visão até hoje dominante em inúmeros ramos do conhecimento científico, que é estritamente disciplinar, o exercício interdisciplinar que se buscou realizar nesta pesquisa é “[...] antes de mais nada, o de entender o fenômeno muito mais como uma prática em andamento, que como um exercício orientado por epistemologias e metodologia perfeitamente definidas” (Leis, 2005, p. 3).

Para tanto, o presente trabalho buscou estabelecer diálogos entre a Geografia e conceitos e categorias analíticas de diversas áreas de conhecimento, em especial aqueles provenientes da História, da Pedagogia, da Arquitetura e Urbanismo, de modo a fomentar reflexões coerentes com as especificidades do objeto de estudo e sua historicidade, que se confunde com a fundação da infraestrutura educacional pública do município de Maceió ao longo do século XX e reproduziu concepções pedagógicas próprias da época.

Tendo em vista que boa parte das reflexões realizadas ao longo deste trabalho lançaram luz sobre aspectos não quantificáveis da realidade e, acima de tudo, perseguiram uma compreensão ampla e não estritamente pragmática dos fenômenos estudados, a pesquisa buscou uma abordagem qualitativa, que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32): “[...] preocupa-se, [...], com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Considerando, como citado anteriormente, que a pesquisa tratou de fenômenos sociais, do passado e do presente, resultados das ações de diversos agentes que, somados, produziram as características espaciais atuais do Cepa, entendeu-se como método mais coerente para a abordagem então pretendida o materialismo histórico e dialético, que possibilita conceber a realidade a partir das contradições imanentes aos processos e fenômenos sociais em constante movimento (Santos Junior, 2016, p. 35).

No tocante ao materialismo histórico e dialético, é possível afirmar que, enquanto método, remonta a concepção científica marxista à qual o pensador alemão Karl Marx nomeou

materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção (Alves, 2010).

Para Marx e Engels (1984), o materialismo histórico e dialético diz respeito a um conjunto de doutrinas filosóficas que, ao rejeitar a existência de um princípio espiritual, liga toda a realidade à matéria e às suas modificações. É uma tese do marxismo segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas.

Em relação ao componente dialético do método, Alves (2010, p. 5) afirma que

[...] a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica.

Dessa forma, o materialismo histórico e dialético propõe a análise da crise na base produtiva da sociedade (Alves, 2010). A escolha por este método deu-se, em grade medida, pela compreensão de que os fenômenos aqui estudados são resultados de uma crise na estrutura produtiva capitalista que se reflete, dentre outros, nos aparelhos públicos nacionais, que, como o Cepa, experienciam o desmonte em sua infraestrutura e nas suas funções socioespaciais.

A partir da necessidade descrita por Alves (2010) de, no fazer científico mediado pelo método materialista histórico e dialético, não partir do ponto de vista da neutralidade e sim da luta de classes, da necessidade de dominar a matéria até o detalhe, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima existente entre elas, serão descritos a seguir os procedimentos metodológicos a serem seguidos por esta pesquisa.

1.1.2 Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de facilitar sua compreensão e desenvolvimento, os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram divididos em quatro passos. Apesar de delimitados, todos os passos metodológicos estão correlacionados e estabelecem entre si relação de dependência para o entendimento integral das questões tratadas, além da logicidade temporal nos seus estabelecimentos, que propõem uma investigação que se inicia nos primórdios da estruturação do Cepa e se estende até os dias atuais.

Passo I – Esforço teórico-conceitual

O primeiro passo foi o de fundamentação teórica da pesquisa e buscou, por meio de revisão bibliográfica, a compreensão da categoria analítica fundamental desta dissertação — que é a de função socioespacial de um objeto público. No que diz respeito ao procedimento de revisão bibliográfica, a pesquisa seguiu o entendimento estabelecido por Medeiros (2003), que o define como sendo a busca por levantamento de livros e artigos de relevante interesse para a pesquisa a ser desenvolvida. Dessa maneira, foram consultados autores como Corrêa (1982), Moreira (1982), Santos (1992), Santos (1996), Braga (2007) e Gomes (2009).

Passo II – O passado mais ou menos distante: Filosofia e Historicidade do Cepa

O segundo passo dos procedimentos metodológicos foi dividido em dois momentos. Também partindo do entendimento estabelecido por Medeiros (2003), em um primeiro momento, foi desenvolvida revisão bibliográfica de autores como Nunes (2000), Carbello e Ribeiro (2014) e Chahin (2016), que trataram sobre a proposta arquitetônico-pedagógica da ‘escola parque’, pensada pelo educador Anísio Teixeira e de grande influência nas escolhas políticas que originaram o Cepa. Também foram apresentados exemplos de implementação do modelo de ‘escola parque’ no Brasil ao longo do século XX.

No segundo momento, foram realizadas revisões bibliográfica e documental a respeito do processo de estruturação do Cepa. Para tanto, foram consultados artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), reportagens, documentos públicos e bancos de imagens que tenham discutido ou registrado a construção do Centro e suas atividades ao longo do século XX.

Passo III – O passado recente: desmonte do Cepa nas últimas décadas

O terceiro passo metodológico da pesquisa foi dividido em três estudos de caso. Faz-se necessário salientar que o entendimento a respeito do estudo de caso seguido nesta dissertação foi o mesmo proposto por Silveira e Gomes (2014), que afirmam se tratar de uma estratégia de pesquisa científica que analisa um fenômeno atual em seu contexto real e as variáveis que o

influenciam. Desse modo, os estudos de casos realizados ao longo do trabalho foram desenvolvidos a partir de revisão de literatura e da análise de documentos públicos, reportagens, dados e imagens coletadas em campo, de modo a embasar as reflexões a respeito dos fenômenos socioespaciais em análise.

Assim, o primeiro estudo de caso tratou do fechamento da Escolinha de Artes do Cepa, da Biblioteca do Cepa e da perda da sede própria do Instituto de Línguas Estrangeiras do mesmo Centro — todas ferramentas educacionais que o compunham e foram fechadas ou tiveram suas atividades diretamente afetadas para dar espaço à estrutura administrativa da Seduc-AL, ao longo da década de 2010. Para tanto, foram analisados registros feitos em visita de campo, reportagens da época e documentos públicos relacionados à temática discutida.

Por sua vez, o segundo estudo de caso objetivou investigar o nível de distanciamento/proximidade física entre o Centro e a população por ele atendida. Para tanto, houve a análise de dados dos bairros de residência dos estudantes de uma das instituições do Cepa. A escolha por apenas uma dentre as nove escolas que compõem o Centro atualmente deu-se por conta do tempo limitado para execução da pesquisa e pela dificuldade de acessar e tabular a grande quantidade de dados que resultariam do levantamento dos bairros de residência de todos os estudantes das nove escolas do Cepa.

Por conta deste cenário, foi encolhida como amostra a Escola Estadual Professor Afrânio Lages, instituição que oferta vagas em turmas de Nível Médio regular em regime de tempo integral, a partir das orientações curriculares do Programa Alagoano de Ensino Integral (Palei) (Escola Web, s.d.b). Os dados foram coletados no início do ano de 2024 e relacionam-se aos 300 estudantes que foram matriculados na instituição ao longo do ano letivo de 2023.

Por fim, o terceiro estudo de caso teve como objetivo analisar as contribuições da criação de uma avenida de trânsito urbano dentro do Centro, o ‘Eixo Viário Cepa’, no ano de 2018, para o declínio de sua função socioespacial. Para isso, foram feitos registros fotográficos e levantados dados por meio de visitas de campo, além da análise de reportagens e estudos técnicos produzidos durante o período de construção da via.

Passo IV – O Presente e o futuro: o desastre socioambiental provocado pela Braskem S.A. e a aceleração do declínio do Cepa

Por fim, o último passo metodológico da pesquisa tratou das repercussões no Cepa provocadas pelo desastre da Braskem S.A. em Maceió. No primeiro momento, ainda em

concordância com o entendimento estabelecido por Medeiros (2003) apresentado anteriormente, foram realizadas a revisão bibliográfica da literatura e a consulta a documentos e reportagens jornalísticas que tratam da crise socioambiental provocada pela Braskem S. A. em Maceió e suas repercussões na dinâmica socioespacial do município.

Em seguida, a partir de visita a campo ao Cepa e de levantamentos documentais, bibliográficos e de reportagens, foi realizado um estudo de caso sobre as repercussões da crise provocada pela Braskem S. A. no Cepa, com foco especial nas consequências do esvaziamento da maior parte da vizinhança do Centro e da realocação das Escolas Estaduais Professor José Vitorino da Rocha e José Correia da Silva Titara para outras localidades fora dele.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O QUE SE ENTENDE POR FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DE UM OBJETO PÚBLICO

Haja visto que a presente pesquisa discute o que se supõe processo de declínio da função socioespacial de um objeto público, o Centro Estadual de Educação Aplicada (Cepa), é essencial, antes de tecer considerações, discutir o que seria a função socioespacial de um objeto público, tendo em vista as referências bibliográficas disponíveis sobre o tema.

Para tanto, inicialmente, será feita uma breve investigação sobre o conceito de espaço geográfico e o seu estabelecimento como objeto de estudo da ciência geográfica. Em seguida, será debatido o entendimento sobre a função desenvolvida por um objeto no espaço geográfico, e, por fim, discutida qual seria a função socioespacial desenvolvida por um objeto público no espaço geográfico.

2.1 Breve investigação sobre o conceito de Espaço Geográfico

Desde o seu surgimento enquanto campo científico no século XIX, a Geografia vivenciou diversos desafios referentes à definição de seu objeto de pesquisa e de suas categorias analíticas estruturantes. Ainda em suas primeiras décadas de existência, houve questionamentos quanto à sua pertinência científica e identidade disciplinar, o que produziu uma crise identitária e epistemológica na recém sistematizada ciência geográfica (Gomes, 2009).

No entanto, de acordo com Gomes (2009), é somente a partir de meados do século XX que grande parte dos geógrafos passa a reconhecer a insuficiência e fraqueza das bases teóricas que sustentavam o projeto científico da Geografia naquele momento. Essa insuficiência provinha, em grande parte, da ideia de que a ciência geográfica se identificava inteiramente com o conhecimento empírico dos lugares e não precisava necessariamente ultrapassar esse estágio, ou seja, não precisava criar teorias ou explicações abstratas gerais.

Além desses elementos, também era relevante o fato de que a Geografia, à época, estava centrada em teorias que não a conferiam singularidade em relação às outras ciências, como as que a definiam como uma ciência de síntese, de caráter indutivo, situada entre as Ciências Sociais e Naturais, ou ainda, que a Geografia era uma ciência do empírico (Gomes, 2009). Dessa maneira, a

[...] crise iniciada pelas insuficiências desses argumentos que alicerçavam a chamada “geografia clássica” conduziu os geógrafos a se lançarem em um verdadeiro debate epistemológico. Esses debates tomaram diversas direções. Uma das mais centrais seria aquela que discute sobre o objeto de estudos da Geografia. Para alguns, a busca desse objeto tomou a forma de uma verdadeira epopeia mítica. Encontrar um objeto para a Geografia corresponderia a salvar a disciplina de sua deriva, haveria a definição de novos rumos, a geografia se libertaria do classicismo e serviria à libertação social (Gomes, 2009, p. 22).

O nome dado a este objeto de estudo, que representou, nas palavras de Gomes (2009) a salvação da Geografia, foi *espaço geográfico*. A partir desse momento, o espaço passou a funcionar como categoria estruturante das análises feitas no campo da Geografia, ou ainda, como afirma Corrêa (2000), tornou-se o conceito-chave da Geografia no lugar dos conceitos de região e paisagem, que centravam as discussões geográficas até meados do século XX.

Desde então, passaram a interessar aos estudos geográficos — em especial aqueles desenvolvidos por geógrafos com pesquisas ligadas ao campo da Geografia Humana — os arranjos espaciais constituídos pelas sociedades, forjados a partir de suas relações culturais, políticas e econômicas. Por conseguinte, os conceitos de região e paisagem, que já foram protagonistas no passado, junto aos de lugar e território, passaram a ser considerados categorias analíticas com base nas quais é possível estabelecer parâmetros teóricos e metodológicos mais coerentes para o desenvolvimento de estudos sobre certo aspecto do espaço geográfico.

Dada a apresentação do caminho até o estabelecimento do espaço como objeto de estudo da Geografia, cabe agora compreender melhor como este conceito foi teorizado ao longo da história do pensamento geográfico. Mesmo no período intitulado Geografia clássica, quando o espaço ainda não tinha o destaque e a importância epistemológica que detém hoje, já havia debates em torno do tema.

Vidal de La Blache, um dos mais célebres pensadores da Geografia clássica, já apresentava um entendimento sobre espaço que pode ser considerado o embrião das definições mais atuais. Braga (2007, p. 66) afirma que, para La Blache,

[...] a Geografia Humana abarca os aspectos físicos e humanos, mas que podem ser estudados de forma separada. O homem (fator geográfico de primeira ordem) domina a natureza e é dominado por ela. Existe uma luta entre o homem e a natureza, esta possuindo uma dinâmica própria que influencia aquele. A Terra seria palco da ação do homem, mas dotada de vida. [...]. Falar em homem significa falar em população em movimento (já que o homem não age sozinho no meio), indicando uma divisão do trabalho. O homem transforma o meio através da técnica que tende a fixá-lo ou enraizá-lo no ambiente. A cultura (modo de vida) é vista como enraizamento ambiental que forma um território. O espaço seria essa coabitação de homem e natureza e é prenhe de intencionalidade (já que depende da vontade do homem).

Mesmo que a escrita de La Blache considere a Geografia como a “ciência dos lugares”, o autor apresentou contribuições salutaras à compreensão do espaço como local de desenvolvimento das relações entre o ser humano e a natureza, relações essas movidas pelas intencionalidades da sociedade que as produz. “Tal linha de raciocínio influenciou toda uma gama de autores posteriores, como Jean Brunhes, Albert Demangeon, Max Sorre, Pierre George, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Milton Santos” (Braga, 2007, p. 66).

Tendo em vista as reflexões de Max Sorre, Braga (2007) afirma que, para este autor, a Geografia seria a disciplina dos “espaços terrestres” — ou seja, o objeto dos estudos geográficos seriam os grupos humanos vivos, sua organização espacial, seu movimento, suas técnicas, a relação do homem com o meio e a formação dos gêneros de vida. Quando discute as contribuições dadas por Pierre George a respeito dessa temática, Braga (2007) salienta que o autor seguiu a mesma linha de raciocínio de Max Sorre, ao dizer que a Geografia estuda “a dinâmica do espaço humanizado” através da técnica, da intencionalidade da ação humana e das relações entre as forças naturais e as forças “históricas”.

Vê-se então que a ideia de espaço é presente e relevante na obra desses estudiosos, assim como foi importante para o trabalho do filósofo francês Henri Lefébvre que, de acordo com Braga (2007), definiu o espaço geográfico como produção da sociedade, fruto da reprodução das relações sociais de produção em sua totalidade. A obra de Lefébvre influenciou diversos geógrafos em todo o mundo.

Ao considerar as contribuições de geógrafos brasileiros contemporâneos que buscaram ponderar a conceituação de espaço geográfico, é interessante destacar as reflexões formulados por Corrêa (1982), Moreira (1982), Barrios (1986) Carlos (1996), Santos (1979) e Santos (1996). Todos esses pensadores desenvolveram vasta produção científica no campo geográfico ao logo dos séculos XX e XXI e influenciaram diversos outros autores.

Inicialmente, a respeito do conceito de espaço geográfico proposto por Corrêa (1982), o autor afirma que este trata-se da morada do homem e abrange a superfície da Terra. Influenciado por Harvey, o autor considera a existência de três abordagens, não excludentes entre si, a respeito do espaço geográfico. A primeira é a do espaço absoluto, ou seja, o espaço em si enquanto receptáculo. A segunda abordagem seria a do espaço relativo, a distância. Por fim, a terceira é a abordagem do espaço relacional, na qual um objeto só existe em contato com outros (Braga, 2007).

Para Corrêa (1982), tais conceitos não são excludentes e refletem diferentes valores de uso e valores de troca, visão na qual o espaço é social e é inseparável do tempo. Os principais

atores atuantes na produção do espaço geográfico seriam os proprietários dos meios de produção e o Estado, que almejam a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho (Braga, 2007).

Por sua vez, Moreira (1982) entende o espaço geográfico como estrutura de relações sob determinação do social. Nessa percepção, a sociedade é vista como sua expressão material visível, através da socialização da natureza pelo trabalho. Trata-se de uma totalidade estruturada de formas espaciais.

Partindo para as considerações feitas por Carlos (1996), a autora define o espaço geográfico como produto social, bem como meio e condição de reprodução da sociedade. Em outras palavras, para a autora, o espaço geográfico é resultado da vida em sociedade e das relações desenvolvidas entre as pessoas, sendo o meio em que essas relações sociais se dão e, também, pressuposto para existência e continuidade das sociedades.

Carlos (1996) completamente seu pensamento ao afirmar que, no mundo moderno, o espaço se reproduz a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os Estados e na generalização do mundo da mercadoria.

Por seu turno, Barrios (1986) entende o espaço geográfico como unidade das práticas espaciais, sendo também a base material, física, modificada pela ação humana. Para a autora, o espaço geográfico é o tempo materializado, sendo também resultado da produção humana. Essa produção abarca pelo menos três níveis: econômico, cultural-simbólico e político. O nível econômico seria o reino da produção de bens e serviços, do valor agregado ao trabalho humano; o cultural-simbólico aquele da relação entre os seres humanos, dos significados e representações; e, por fim, o político, que seria aquele dos interesses dos grupos sociais, através das relações de poder que são, recorrentemente, conflituosas.

Por sua vez, Milton Santos, um dos mais célebres geógrafos mundiais, contribui imensamente para as reflexões a respeito do conceito de espaço geográfico, em especial, a partir das considerações feitas em duas de suas obras, a saber: *Espaço e sociedade* (1979) e *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996).

Em relação ao conceito de espaço geográfico formulado na obra de 1979, Milton Santos o entende como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1979), sendo os fixos os objetos materiais — aquilo que é concreto, que sofreu um processo de transformação ou criação humana — e, por conseguinte, os fluxos sendo aquilo que está relacionado às ações, aos movimentos, à prática que resulta na dinâmica dos fixos (Barbosa, 2014). Trata-se então de um

par conceitual dialético, e, de acordo com Barros (2020), ao formulá-lo, Milton Santos tinha a intenção de enfatizar o movimento contínuo no espaço e a ininterrupta parcela de transformação do mesmo.

No tocante ao conceito proposto em 1996, o autor afirma que pode-se entender o espaço geográfico como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 39).

Considerado por alguns estudiosos da área como o conceito de espaço geográfico mais maduro proposto ao longo de sua carreira, a exemplo de Bernardes (2020, p. 290) que o intitula como “[...] a concepção mais acabada daquelas desenvolvidas por Milton Santos”, o entendimento de Santos (1996) sintetiza a relevância que o conceito moderno de espaço ocupa nas pesquisas geográficas e a amplitude do seu significado.

De acordo com Cassab (2008), essa definição resulta de uma longa trajetória de reflexão sobre o que, para Milton Santos, é o objeto da Geografia. Para Cassab (2008), esse conceito tem grande relevância por estar assentado na possibilidade de explicitar a ação como elemento fundante e fundamental do espaço, o que, por seu turno, permite aventar o sentido de projeto.

Além disso, esse conceito deixa clara a preocupação do autor em compreender o espaço como totalidade, o que significa dizer que a compreensão do espaço não pode partir da mera soma de suas partes. O pensamento de Milton Santos se funda na dialética e no entendimento da sociedade como totalidade, sendo o espaço indissociável dela, dessa maneira, o mesmo só poderia ser compreendido como totalidade (Cassab, 2008).

Uma vez apresentado o caminho até o estabelecimento do espaço como objeto de estudo da Geografia e delineadas algumas considerações a respeito de suas conceituações ao longo das últimas décadas, será agora objeto de reflexão o entendimento a respeito da função desenvolvida por um objeto no espaço geográfico.

2.2 Função de um objeto no Espaço Geográfico

Levando-se em conta as considerações apresentadas anteriormente a respeito do espaço geográfico, e, em especial, a conceituação proposta por Santos (1996, p. 39), que o define como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”, cabe compreender melhor o que seriam os sistemas de ações e os sistemas de objetos.

Partindo-se das explicações de Santos (1996), pode-se apreender que trata-se de sistemas interdependentes e interligados, que se animam e sustentam recíproca e dialeticamente. Como afirma o autor,

[...] o espaço deve ser entendido como a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistemas de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissolivelmente juntos e cuja soma e interação nos dá o espaço total (Santos, 1992, p. 49).

À vista de tais explicações, as ações podem ser entendidas como o conteúdo social do espaço, ou, em outras palavras, são as relações sociais travadas entre os seres humanos (balizadas a partir do sistema econômico de cada sociedade) que originam técnicas funcionais que, por sua vez, são atribuídas aos objetos.

Essas ações são desenvolvidas a partir de certas intencionalidades, uma vez que, segundo Santos (1996), não há ação que não reflita as intenções e aspirações da sociedade que a produz. Para o autor, as ações “[...] são acontecimentos de consciência que têm o caráter da intencionalidade” (Santos, 1976, p. 58).

Assim, a noção de intencionalidade é eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas e é considerada como um dos resultados da relação entre o homem e o mundo, ou seja, entre o homem e o seu entorno. A intencionalidade seria uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto, sendo a ação intencional um “movimento consciente e voluntário” do agente na direção das coisas (Santos, 1976).

Exatamente pelo fato de não ser um objeto entre outros objetos, mas um sujeito que se relaciona com o seu entorno, é que o homem pode ser definido por sua intencionalidade (Santos, 1976), que o diferencia e diferencia suas ações de outros seres vivos.

Por seu turno, os objetos são as formas espaciais. São os artefatos criados pelo ser humano com um propósito de manipulação e são ainda os espaços naturais que ganham novas atribuições frente à utilização pelo ser humano. São exemplos de objetos escolas, avenidas, rodovias, parques, prédios, hospitais, em suma, todas as ferramentas construídas ou que ganharam nova funcionalidade após a atuação do ser humano. Ao tratar sobre os objetos, Santos (1976, p. 39) afirma que:

[...] no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Segundo Santos (1976), os objetos não têm realidade filosófica própria, isto é, não é possível o seu conhecimento se vistos apartados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem.

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realizam sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. Desta forma, toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico (Santos, 1976)

Ainda em relação às preposições miltonianas, cabe ressaltar a definição de quatro categorias de análise estabelecidas pelo autor em sua obra de 1985, Espaço e Método, que são: forma, estrutura, processo e função. “Essas categorias surgem na perspectiva miltoniana de articular, com o máximo de acurácia possível, as relações que o geógrafo pode extrair do espaço geográfico” (Garbin; Santil, 2020, p. 142).

Concernente à forma, Santos (1985) a define como o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, assim, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. As formas são governadas pelo presente e, mesmo que se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas.

Assim, a categoria forma é responsável por revelar ao pesquisador parcela específica da totalidade, isto é, é reagente às materializações das relações no espaço e no tempo que podem ser analisadas pelo geógrafo. O valor que uma forma recebe no espaço é social, podendo representar valores ou finalidades que não são condizentes com o presente, mas guardam testemunho dos usos pretéritos, formas estas denominadas rugosidades. Nenhuma forma é vazia de significado, embora este possa ser transformado pelo tempo (Garbin; Santil, 2020).

Por sua vez, estrutura diz respeito às relações estabelecidas entre os aspectos revelados pela forma para que algum propósito seja alcançado. A estrutura compreende os modos de uma organização de uma sociedade, os quais exigem formas adequadas para o cumprimento de funções — pressupõe que a realidade social não é mergulhada no caos, mas que apresenta uma ordem em sua organização (Garbin, Santil, 2020).

Já a categoria processo pode ser compreendida como

[...] a ação contínua, o movimento do passado para o presente e em direção ao futuro e que traz o dinamismo à forma, à função e à estrutura do espaço geográfico, transformando-as e sendo transformada por eles. A dinâmica da categoria processo, quando dividida em durações para priorizar um recorte analítico, geram diversos momentos, que são responsáveis por contextualizar uma estrutura social, uma forma geográfica e uma função em um período específico (Garbin; Santil, p. 143).

Por fim, a categoria analítica que mais interessa às discussões propostas nesse trabalho, *função*, pode ser compreendida, de acordo com Santos (1985, p. 69), como “[...] uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. Em outras palavras, a função seria uma ação esperada para ser desempenhada por uma forma. (Garbin; Santil, 2020).

Relacionando o conceito de função com o entendimento sobre objeto apresentado anteriormente, pode-se chegar à conclusão de que todo objeto cumpre uma função específica no espaço geográfico que é revelado pela sua forma e que se relaciona com a totalidade — ou seja, com a estrutura —, como resultado do movimento do passado para o presente e em direção ao futuro, fenômeno que se pode conceituar como processo.

Esclarecido o entendimento sobre os conceitos de objeto e de função, cabe agora investigar qual seria a função socioespacial de um objeto público.

2.3 Função socioespacial de um objeto público

Estabelecido o entendimento de função de um objeto no espaço geográfico, que, de acordo com Santos (1985, p. 69), é “[...] uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”, é necessário agora compreender o que significa o termo socioespacial, tão caro às discussões feitas neste trabalho.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2024), o termo *socioespacial* pode ser compreendido como “[...] relativo a classes ou grupos sociais e ao espaço que essas classes ou grupos ocupam”. Dessa maneira, o entendimento vernáculo do termo socioespacial vincula os aspectos de determinada parcela do espaço geográfico às atividades e características dos grupos sociais que a produzem.

Compreensão parecida é defendida por Souza (2009), que, ao tratar do tema, afirma que o termo socioespacial diz respeito, simultaneamente, às relações sociais e ao espaço, abrangendo diretamente a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade. Em outras palavras, o termo *socioespacial* confere à discussão o

sentido de interdependência entre as relações sociais e a produção do espaço geográfico, além de evidenciar a necessidade da compreensão das dinâmicas sociais para as reflexões sobre o espaço geográfico.

Ao correlacionar os conceitos de Souza (2009) e Santos (1985), é possível compreender que a função socioespacial é a tarefa ou atividade que se espera que seja realizada por um objeto e que é determinada pelas relações sociais da sociedade que o produz. Esta função pode variar ao longo do tempo, como resultado de mudanças dos agentes sociais produtores de determinado objeto.

No entanto, é salutar diferenciar o que seria a função socioespacial desempenhada por um objeto produzido com fins públicos daquela desempenhada por objetos com fins privados. Como explica Harvey (2014), os objetos espaciais com fins privados são regidos por um comportamento individual de maximização das vantagens, havendo interesses unicamente voltados à satisfação pessoal dos proprietários.

As funções desempenhadas por esses objetos podem ser variadas, mas não são norteadas pelos interesses da coletividade, havendo segregação entre quem pode pagar para acessá-los e quem não pode. São exemplos de objetos espaciais privados os hospitais e clínicas de saúde particulares, que, apesar de desempenharem uma função socioespacial essencial para a saúde da população, segregam a oferta de seus serviços a quem pode pagar por eles.

Concernente aos objetos públicos, Rosina (2015, p. 3) afirma que “[...] a função social do bem público restará cumprida quando houver o atendimento das necessidades coletivas, como forma de realização dos direitos fundamentais, até porque essa é a finalidade precípua do Estado: garantir o bem comum”. São exemplos da função de objetos públicos a oferta de “[...] habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água” (Harvey, 2014, p. 144).

No entanto, mesmo que teóricos afirmem que a função social dos objetos públicos seja a de garantia do bem comum, Harvey (2014) salienta que, de forma majoritária, a oferta de objetos públicos não se dá de modo espontâneo à classe trabalhadora por parte da administração pública, com sua disponibilização sendo, na verdade, resultado de conflitos e lutas, “[...] fazendo-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendem apropriar-se deles” (Harvey, 2014, p. 144).

A título de exemplo, a educação pública somente se tornou acessível às classes trabalhadoras quando as forças sociais se apropriaram dela, protegendo-a e aprimorando-a em

benefício mútuo (Harvey, 2014). Notadamente, a oferta de objetos públicos de educação é, na verdade, resultado de lutas históricas de trabalhadores urbanos.

Tomando-se como referência a conjuntura socioeconômica da Revolução Industrial na Inglaterra, com o aumento significativo da população nos centros fabris urbanos e a exploração intensa do trabalho infantil, foi a luta dos trabalhadores operários a responsável por promover a discussão sobre a necessidade de ofertar às crianças da classe trabalhadora algum tipo de ensino (Gotardo; Favaro, 2019).

No entanto, à medida que a política econômica neoliberal implementada em boa parte dos países do mundo reduziu o financiamento de objetos públicos, também provocou a redução dos serviços públicos ofertados à classe trabalhadora, obrigando grupos sociais a buscarem outros caminhos para a manutenção do acesso a serviços essenciais, como a educação (Harvey, 2014).

Esse processo apresentado por Harvey (2014) é intitulado nesta dissertação como declínio da função socioespacial de um aparelho público e funcionará como categoria analítica para as reflexões realizadas subsequentemente, a respeito dos fenômenos que têm ocorrido na educação pública de Alagoas e no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa) nas últimas décadas.

3 CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISA APLICADA: O CAMINHO TRILHADO ENTRE O MODELO DE ‘ESCOLA PARQUE’ DE ANÍSIO TEIXEIRA E A EXPERIÊNCIA IMPLEMENTADA EM ALAGOAS

Após estabelecido o entendimento sobre o que seria a função socioespacial de um aparelho público, cabe agora refletir sobre qual função socioespacial foi proposta para ser desenvolvida pelo Cepa no momento de sua fundação e qual função ele vem desenvolvendo ao longo das últimas décadas enquanto objeto público de educação do estado de Alagoas.

Para cumprir este objetivo, de início, será apresentada a proposta arquitetônico-pedagógica pensada e desenvolvida pelo educador Anísio Teixeira, intitulada ‘escola parque’, que influenciou a construção do Cepa. Em seguida, serão realizadas algumas considerações a respeito do processo histórico de estruturação do Centro.

3.1 A ‘escola parque’ de Anísio Teixeira: proposta de uma educação para além da sala de aula

Anísio Spínola Teixeira (Figura 2), um dos educadores brasileiros mais importantes do século XX, nasceu no município de Caetité, no interior do estado da Bahia, em 12 de julho de 1900, filho de Anna Spínola Teixeira e Deocleciano Pires Teixeira. Após formar-se no Instituto São Luiz Gonzaga, em Caetité, e no Colégio Antônio Vieira, em Salvador, obteve o título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1922, e o de *Master of Arts* pelo *Teachers College* da Universidade Columbia, em 1929, em Nova Iorque nos Estados Unidos (Nunes, 2000).

Figura 2 – Educador baiano Anísio Teixeira



Fonte: reproduzido de Portal Personalidades do Muro Unifei (s.d.). Autoria desconhecida.

De acordo com Nunes (2000), Anísio Teixeira iniciou sua vida pública em 1924, quando recebeu o convite do então governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon, para ocupar o cargo de Inspetor Geral de Ensino, hoje equivalente ao de Secretário Estadual da Educação. Na ocasião, Teixeira teve a oportunidade de realizar reformas na rede de educação pública da Bahia, entre os anos de 1924 e 1929, que se encontrava em situação precária, com somente 600 escolas elementares isoladas e apenas 1 grupo escolar custeado pelo estado (Carbello; Ribeiro, 2014).

É importante ressaltar que, à época, o sistema de educação pública no Brasil como um todo era ainda incipiente, não havendo obrigatoriedades legais quanto à oferta de ensino gratuito universal pelo Estado brasileiro. O debate sobre educação pública somente ganhou força em nível nacional a partir da década de 1930, tendo como um dos seus principais incentivadores o próprio Anísio Teixeira. No entanto, a oferta de educação como direito subjetivo, gratuito e universal a todas as faixas etárias e classes sociais somente foi efetivada com a Constituição Federal de 1988 (Trevisol; Mazzioni, 2018).

Ainda no período à frente da gestão da educação pública baiana, Anísio Teixeira realizou uma viagem à Europa, em 1925, e duas aos Estados Unidos, em 1927 e em 1928. Nessas oportunidades teve a chance de observar diversos sistemas escolares que viriam a influenciá-lo ao longo da sua carreira, além de realizar cursos de formação em nível de pós-graduação (Nunes, 2000).

Dentre os modelos educacionais observados pelo educador fora do Brasil estava o *platoon* da *Brady School*, em Detroit, no estado do Michigan, nos Estados Unidos. Segundo relatos de Anísio Teixeira, a educação estadunidense da época baseava-se na socialização das atividades escolares. Na *Brady School*, o palco central das aulas era o auditório, que tinha papel destacado no processo de socialização, pois, além de não estar revestido com a atmosfera da sala de aula, era palco de atividades que davam às crianças um sentido de responsabilidade e de consciência social que outros modelos educacionais não conseguiam facilmente oferecer (Chahin, 2016).

Em suas viagens aos Estados Unidos, Anísio Teixeira ainda teve contato com a obra do filósofo e pedagogo estadunidense John Dewey, que marcou decisivamente sua trajetória intelectual por ser um aberto defensor do debate sobre a educação para a democracia e por deixar claro fortes compromissos políticos e sociais em suas propostas pedagógicas.

Em 1928, Anísio Teixeira demitiu-se do cargo de Inspetor Geral de Ensino da Bahia, por incompatibilizar-se com a proposta do novo grupo político que assumiu a gestão do governo

estadual. No mesmo ano, foi empossado como docente da Escola Normal de Salvador para lecionar Filosofia e História da Educação (Nunes, 2000).

Em 1931 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu, a convite do então prefeito municipal Pedro Ernesto Batista, a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal. Nesse cargo, assim como havia feito na Bahia, teve a oportunidade de conduzir importantes reformas no sistema de educação pública municipal que projetaram seu nome nacionalmente — reformas que englobaram a escola primária, secundária e o ensino de adultos, culminando na criação de uma universidade municipal, a Universidade do Distrito Federal. Demitiu-se do cargo em 1935 e regressou à Bahia, diante de pressões políticas que inviabilizaram sua permanência, em uma conjuntura em que o pensamento autoritário ganhava força no Estado e na sociedade (Nunes, 2000).

A década de 1930 foi marcada por intensa produção acadêmica na carreira de Anísio Teixeira, uma vez que o educador se tornou um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e da Associação Brasileira de Educação (ABE), tendo publicado trabalhos como *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação* (1932) e *Em marcha para a democracia* (1934) (Nunes, 2000).

A respeito da referida produção acadêmica de Anísio Teixeira ao longo da década de 1930, é possível ponderar que

[...] no auge do debate sobre a universalização da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, [...], Anísio Teixeira foi destacado como um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ele defendia uma educação construtivista, que pensava os alunos como agentes transformadores da sociedade. O intelectual também expressava, em suas ideias, uma preocupação constante com a educação livre de privilégios. “Sou contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância”, afirmava o autor (Ministério da Educação, 2020).

Para Chahin (2016), Anísio Teixeira foi defensor de uma educação progressiva e que deveria servir a uma sociedade progressiva, isto é, em permanente mudança, no interior da qual as teorias e soluções sempre seriam provisórias. Para acompanhar o ritmo constante desta sociedade, a educação escolar deveria organizar-se também em bases progressivas, criando espaços de espelhamento da educação comunitária para além de ser mero instrumento de reprodução do conhecimento (Chahin, 2016).

Com esse pensamento, Anísio Teixeira não contestava elementos clássicos do processo de ensino-aprendizagem, como a rede escolar, a figura do professor ou a ideia de disciplina como instrumentos de educação. No entanto, para o autor, a escola portadora do legado técnico

e científico social deveria ser revista, à luz de novas teorias da educação, sem ser invalidada. A sala de aula deveria manter sua importância e a ela deveriam somar-se outros repertórios de atividades que assegurassem à criança a oportunidade de uma formação integral (Chahin, 2016).

A materialização desses ideais pedagógicos se deu quando, após deixar o cargo de Conselheiro de Ensino Superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que assumiu em 1946; Anísio Teixeira ocupou, entre os anos de 1947 e 1950, a chefia da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, a convite do então governador Otávio Mangabeira (Nunes, 2000).

O maior feito de Anísio Teixeira nesta sua segunda passagem pela gestão da educação pública baiana, que o projetou internacionalmente e que sintetizou boa parte dos seus anseios por uma escola de qualidade, foi a construção do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (CECR), popularmente denominado de escola parque, no bairro da Liberdade³, em Salvador, no ano de 1950 (Nunes, 2000).

De acordo com Carbello e Ribeiro (2014), a escola parque surgiu como resposta a um desafio proposto pelo então governador do estado Otávio Mangabeira (1947-1951), para resolver o problema da infância abandonada. Enquanto proposta, Anísio Teixeira projetou uma escola que se atentava não só ao aprendizado das disciplinas convencionais, prevendo espaços adequados para integração e socialização, além de preocupar-se com aspectos de saúde, alimentação, higiene, prática esportiva e artística dos estudantes, sendo assim um modelo de educação efetivamente integral (Carbello; Ribeiro, 2014).

Desta maneira, é possível afirmar que a intenção primaz de Anísio Teixeira com a criação da escola parque seria a de fortalecer o ensino primário ao ofertar educação de qualidade em período integral para os filhos da classe trabalhadora, mitigando a questão da infância abandonada. O funcionamento da instituição era como um semi-internato, recebendo os alunos às 7h30 horas e devolvendo-os às famílias às 16h30 horas. Havia também uma projeção de internato para crianças abandonadas, contudo, esse projeto não chegou a ser executado (Carbello; Ribeiro, 2014). Esses objetivos ficam claros no discurso de inauguração da escola, proferido por Anísio Teixeira

³ O bairro da Liberdade em Salvador é um dos mais populosos da capital baiana. Em geral, é majoritariamente composto por pessoas da classe trabalhadora, sendo também um dos bairros com maior concentração de pessoas negras da cidade. A Liberdade é conhecida internacionalmente pela sua forte expressão cultural afrodescendente, a exemplo da Associação Cultural Ilê Aiyê, anualmente responsável por levar ao carnaval de Salvador o *Bloco Ilê Aiyê*.

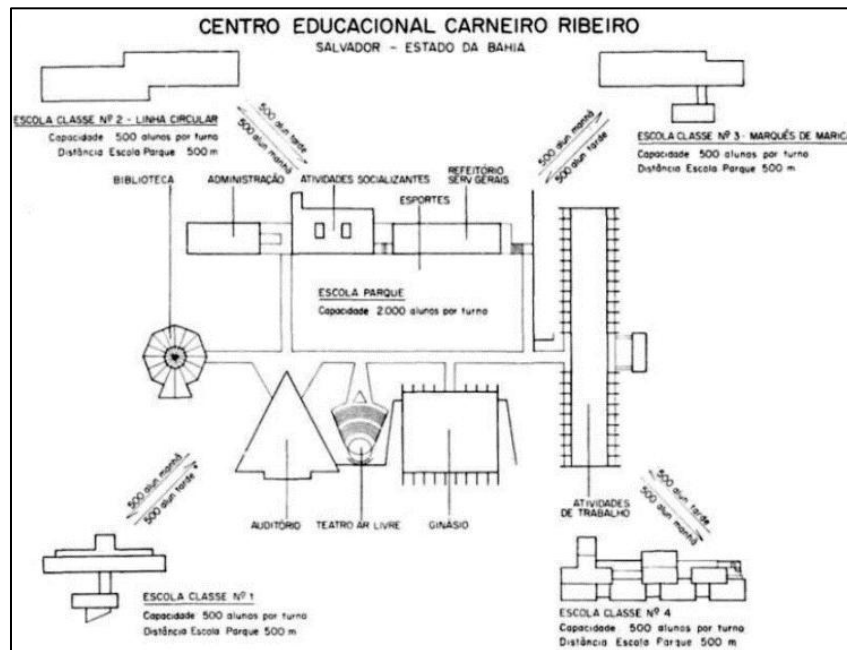
Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (Teixeira, 1959, *s/p*, *apud* Carbello; Ribeiro, 2014, p. 366).

Assim, partindo do discurso de Anísio Teixeira e das discussões realizadas no capítulo anterior sobre a função socioespacial de um objeto público, é consoante afirmar que a escola parque de Anísio Teixeira foi pensada para desempenhar uma função socioespacial específica enquanto objeto público, a de ofertar educação pública integral, de qualidade e gratuita para estudantes filhos da classe trabalhadora, que os formasse, dentre outros, em dimensões como a científica, a cognitiva, a física, a cidadã, a socioemocional e a artística.

De modo a cumprir tal função socioespacial para qual foi pensada, a escola parque de Anísio Teixeira precisava deter-se, para além dos aspectos pedagógicos, em sua forma, ou seja, em seus aspectos visíveis (Santos, 1985). Nesse sentido, a escola parque precisava dispor de infraestrutura arquitetônica coerente com sua proposta, que englobasse espaços e ferramentas adequadas para a realização de todas as atividades pensadas por Teixeira, tratando-se assim de uma proposta não somente pedagógica, mas arquitetônico-pedagógica.

Essa infraestrutura fica evidente a partir da apreciação do esboço do projeto arquitetônico do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (CECR) — Figura 3. Segundo o projeto, a escola parque deveria dispor de instrumentos como auditório, ginásio, teatro ao ar livre, quadra de esportes, refeitório e quatro núcleos com salas de aula, as chamadas escolas-classe, pavilhões que abrigariam o ensino das matérias elementares compostos por áreas livres externas, com jardins e hortas, e áreas internas, com 12 salas de aula, administração, gabinete médico e dentário (Chahin, 2016).

Figura 3 — Esboço do projeto arquitetônico do Centro Popular de Educação Carneiro

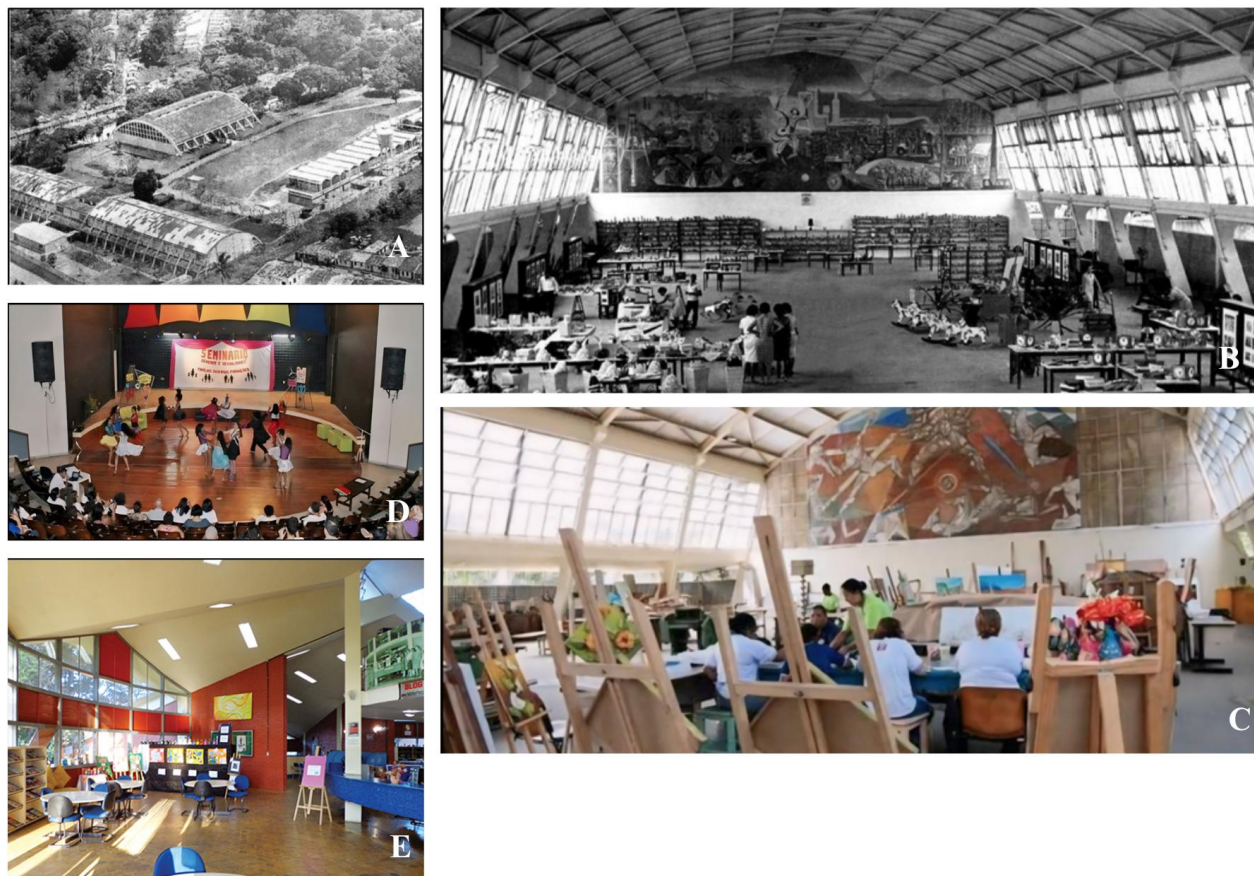


Fonte: Eboli (1969). Extraído de Chahin (2016).

Além disso, foram projetados espaços inteiramente dedicados às atividades socializantes, sendo esta a metodologia que Anísio Teixeira acreditava a mais eficiente para o processo de ensino-aprendizagem, fruto, como dito anteriormente, das influências do modelo *platoon*, observadas pelo educador na *Brady School*, em Detroit, em suas viagens aos Estados Unidos.

Ainda a respeito da proposta arquitetônica conferida à escola parque, Almeida (2001, p. 128) explica que esta foi pensada “[...] com uma dinâmica e uma estrutura que lembravam uma universidade mirim, a ser desdobrada em outros locais da cidade de Salvador e do interior da Bahia, para acompanhar o processo de urbanização e a incipiente industrialização que se instalava”. Esta proposta arquitetônico-pedagógica fica clara a partir da análise das imagens da estrutura do Centro (Figura 4 - A, B, C D e E).

Figura 4 – Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (CPECR)



Legenda: A) Fotografia aérea do CPECR; Fonte: CHAHIN (2016); B) Espaço de socialização de atividades artísticas no passado; C) Mesmo espaço de socialização de atividades artísticas em registro mais recente; D) Auditório central do CPECR. As imagens B, C e D foram extraídas do perfil do Facebook do CPECR; E) Biblioteca Central do CPECR; imagem proveniente do portal da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Secult - BA.

Em relação ao programa pedagógico proposto para o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (CECR), Anísio Teixeira o subdividiu em dois grupos disciplinares, ministrados alternadamente entre manhã e tarde. Enquanto um se preocuparia com o ensino das matérias fundamentais do curso elementar (leitura, escrita, ortografia, aritmética, estudos sociais etc.), o outro se ocuparia das matérias especiais (arte, música, desenho, trabalhos manuais etc.) (Chahin, 2016).

Nesta perspectiva pedagógica, o foco da atenção passaria do conteúdo a ensinar para os interesses da criança a ser ensinada, organizando o espaço escolar para a possibilidade de estruturar atividades e experiências reais, tanto para aquelas de caráter socializante, quanto para as de caráter profissional (Chahin, 2016).

A construção do CECR deu-se ao longo de mais uma década, com sua instalação parcialmente inaugurada em 1950, finalizada somente em 1962. A autoria de seu projeto transitou entre as mãos do arquiteto Hélio Duarte e as do engenheiro Diógenes Rebouças, que estiveram vinculados ao escritório carioca do engenheiro Paulo Assis Ribeiro, responsável pelo projeto (Chahin, 2016).

A escola parque influenciou diversas experiências parecidas no Brasil ao longo do século XX, uma vez que se tratava do que havia de mais inovador e moderno no campo pedagógico nacional da época. Um exemplo é a Escola Parque do Plano Educacional de Brasília, inaugurada em 1960, em ocasião da transferência do Distrito Federal (DF) para o Centro-Oeste brasileiro. A escola contava com proposta pedagógica semelhante à desenvolvida em Salvador, sendo um dos “edifícios pioneiros” da cidade projetados pela equipe de arquitetos coordenada por Oscar Niemeyer (Chahin, 2016).

Outra experiência diretamente influenciada pelo modelo de escola parque de Anísio Teixeira foi o Centro Educacional de Maceió (CEM), que viria a se tornar o Centro Estadual de Pesquisa Aplicada (Cepa), fundado em Maceió, no ano de 1958, que é o foco de estudo desta dissertação. O processo de estruturação do Cepa será objeto de análise mais detalhada na segunda parte do presente capítulo.

Findada em 1950 sua atuação à frente da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, Anísio Teixeira assumiu, a convite do ministro da Educação Ernesto Simões Filho, a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1951, no Rio de Janeiro. A Capes foi transformada por ele em órgão público.

No ano seguinte, de forma concomitante, assumiu o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos⁴ (Inep), onde permaneceu até 1964 (Nunes, 2000).

Dentre as contribuições feitas por Anísio ao longo de sua gestão na Capes e no Inep estão a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e a participação ativa na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Em 1961, foi um dos principais idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), da qual assumiu a Reitoria no ano seguinte, 1962 (Nunes, 2000).

Em 1964, com a instauração do Governo Militar, Anísio Teixeira foi afastado do seu posto e aposentado compulsoriamente. Mudou-se para os Estados Unidos, onde lecionou como professor visitante na *Columbia University* (1964), na *New York University* (1965) e na *University of California* (1966) (Nunes, 2000).

Ao retornar ao Brasil, Anísio Teixeira continuou a dedicar-se à educação. Integrou o Conselho Federal de Educação e organizou reedições de antigos trabalhos, como *Pequena introdução à Filosofia da Educação* (1967), *Educação é um direito* (1967), *Educação no Brasil* (1969) e *Educação e o mundo moderno* (1969) (Nunes, 2000).

No início de 1971, aceitou candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, mas a morte trágica interrompeu a sua trajetória (Nunes, 2000). O educador foi encontrado morto num fosso de elevador no Rio de Janeiro, em 14 de março de 1971, em meio a um dos períodos mais repressivos da Ditadura Militar. Apesar da versão oficial atestar causas acidentais para a morte, Carlos Teixeira, filho de Anísio Teixeira, afirmou em audiência na Câmara de Deputados Federal que a família nunca acreditou na versão oficial⁵.

Para Nunes (2000), o que torna a trajetória de Teixeira admirável é sua persistência na defesa da democracia e da educação para a democracia, que constituem o motivo central de devotamento da sua vida. Sem dúvidas, a sensibilidade e a dedicação do educador foram essenciais para a tortuosa e frutífera jornada por ele trilhada ao longo de sua carreira, que resultou em mudanças definitivas no entendimento sobre educação pública no Brasil, em todas as instâncias, e gerou diversos frutos, como o Cepa, que será devidamente apresentado a seguir.

⁴ Atualmente a instituição tem o nome de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em homenagem ao educador pelas suas contribuições para ela e para a educação brasileira como um todo.

⁵ Carlos Teixeira, filho de Anísio Teixeira participou de audiência da Comissão da Verdade, instituída em 2014 no Congresso Nacional para investigar crimes cometidos durante o Regime Militar Brasileiro. A reportagem que noticia a sua participação pode ser acessada por meio do *link*: <https://www.camara.leg.br/tv/437796-camara-investiga-morte-de-anisio-teixeira-durante-ditadura>.

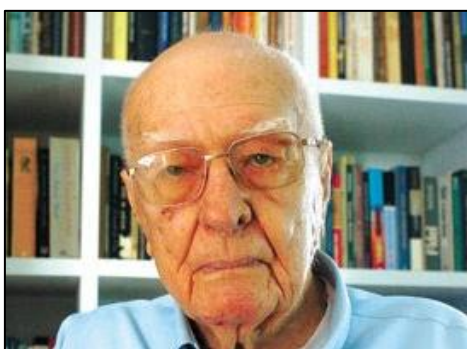
3.2 O processo de estruturação do Cepa ao longo do século XX

Conforme discutido anteriormente, o projeto que originou o Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa) foi profundamente influenciado pelas ideias do Movimento da Escola Nova (também chamado de Escola Ativa ou Escola Progressiva) e pelas concepções do educador baiano Anísio Teixeira, que, anteriormente, originaram a escola parque ou Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (CECR), localizado no bairro da Liberdade, em Salvador.

Como salientam Almeida (2001), Lins e Santos (2005), ambas as propostas — do CECR e do Cepa — emergiram em um período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil. Tratou-se de uma fase da história nacional marcada por mudanças na mentalidade conservadora do país, impulsionadas pela expansão do pensamento liberal que influenciou, dentre outros campos, a educação (Almeida, 2001).

Em relação ao projeto que originou o Cepa, este foi idealizado em 1954 sob o nome de Centro Educacional de Maceió (CEM) pelo médico e professor Ib Gatto Falcão⁶ (Figura 5), que, à época, atuava como chefe do órgão estadual equivalente à atual Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL), durante a gestão do governador Arnon Afonso de Farias Melo⁷ (Lins; Santos, 2005).

Figura 5 – Médico e professor alagoano Ib Gatto Falcão



Fonte: Portal Almanaque Alagoas [s.d.]. Autoria desconhecida.

⁶ Ib Gatto Marinho Falcão (1914-2008) foi um dos mais influentes intelectuais alagoanos do século XX. Atuou como médico, escritor, poeta e professor. Ao longo de intensa vida pública no estado, foi professor da Faculdade de Medicina de Alagoas e do Centro de Estudos Superiores de Maceió, além de ter ajudado a fundar o Cepa, a Escola de Ciências Médicas de Alagoas e o Hospital dos Usineiros. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, da Academia Alagoana de Letras e da Academia Alagoana de Medicina (Almanaque Alagoas, 2024).

⁷ Arnon Afonso de Farias Melo (1911-1983) foi um jornalista, advogado, empresário e político brasileiro que ocupou a função de governador do estado de Alagoas entre os anos de 1951 e 1956.

De acordo com Lins e Santos (2005), o desejo do então secretário Ib Gatto Falcão com o CEM (futuro Cepa) era ampliar a oferta de vagas nas escolas públicas de Alagoas por meio da criação de um Centro que dispusesse de ampla estrutura de educação para a promoção de uma formação técnica, profissional e artística dos estudantes, por meio de atividades didáticas em tempo integral, além da construção de espaços dedicados à formação de professores.

Em entrevista concedida a Lins e Santos (2005), o professor Ib Gatto Falcão explica que sua proposta para o CEM pretendia

[...] criar um centro de formação integral onde os alunos pudessem sair tanto com uma formação básica completa quanto sabendo alguma profissão que o permitisse ganhar dinheiro. Este Centro seria uma fundação formada por representantes de diversas classes sociais como a indústria e o comércio. Ou seja, a fundação iria gerir uma instituição polivalente que pudesse oferecer uma formação primária, de nível médio e profissional (Lins; Santos, 2005, p. 71).

É importante destacar o caráter inovador da proposta do professor Ib Gatto Falcão ao idealizar o CEM (futuro Cepa) sob um regime jurídico fundacional, o que garantiria autonomia na gestão financeira, pedagógica e administrativa da instituição. Essa concepção assemelha-se ao modelo adotado atualmente pelas instituições públicas federais de Ensino Superior do Brasil, classificadas como autarquias federais e que, por conta dessa condição, gozam de certa autonomia administrativa e financeira em relação ao Ministério da Educação (MEC), seu órgão mantenedor. No entanto, conforme apontam Lins e Santos (2005), essas aspirações não se concretizaram no Cepa, uma vez que o Centro nunca gozou de regime jurídico fundacional ou autárquico e sempre esteve diretamente subordinado à Secretaria de Educação de Alagoas (Seduc-AL).

Após formulada, ainda no ano de 1954, a proposta do CEM foi levada pelo próprio secretário Ib Gatto Falcão a conhecimento de Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), órgão vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Conforme explica o então secretário na referida entrevista conferida a Lins e Santos (2005),

Anísio Teixeira, na época, era diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) [...]. Ele era considerado a maior figura da educação brasileira. Como as coisas aqui em Alagoas não iam bem, resolvi ir até o Rio de Janeiro falar com ele. Chegando lá, contei as minhas mágoas relatando a difícil situação da educação alagoana. Depois, lhe pedi que mandasse uma pessoa da confiança dele para fazer um relatório dessa situação. Concluído esse relatório, voltei ao Rio de Janeiro, onde fui recebido alegremente por ele, o qual me deu a ousadia de conversarmos sobre educação. Foi nesse momento que transmiti as minhas ideias. Em seguida, me perguntou se poderia ir à Bahia procurar o Dr. Diógenes Rebouças, sendo este, o arquiteto de sua preferência e autor do projeto do Centro Educacional Carneiro Ribeiro localizado na Bahia. Depois disso, o Anísio se propôs a financiar o projeto através dos recursos provenientes do INEP (p. 71-72).

Após a liberação dos recursos ter sido concretizada pelo Inep, com o aval do seu então diretor, Anísio Teixeira, as obras do Centro se iniciaram em meados do ano de 1955, em uma área de propriedade do estado de Alagoas situada às margens da Avenida Fernandes Lima. Em pouco mais de dois anos, em 1958, no governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão⁸, o projeto se consolidou na criação do Centro Educacional de Maceió (CEM) (Lins; Santos, 2005).

De acordo com Lins e Santos (2005), o CEM, em sua primeira formação, era constituído pela Escola Industrial Princesa Isabel, hoje Escola Estadual Princesa Isabel⁹ (Figura 6 - A), que tinha como objetivo ofertar vagas de nível técnico que preparassem os estudantes para a atuação no parque industrial alagoano em estruturação; e pelo Instituto de Educação, que foi oportunamente transformado na Escola Estadual José Correia da Silva Titara¹⁰, que tinha como principal objetivo, além da oferta de vagas em diferentes níveis da educação básica, servir como laboratório experimental para a formação de profissionais do magistério de Nível Médio (Figura 6 - B).

O Instituto de Educação, por sua vez, reunia em sua constituição as seguintes instituições: Grupo Escolar Experimental, que foi transformado na Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha¹¹ (Figura 6 - C); Jardim Infantil Experimental de

⁸ Sebastião Marinho Muniz Falcão (1915-1966) foi um advogado, jornalista e político brasileiro que ocupou o cargo de governador de Alagoas entre os anos de 1956 e 1961.

⁹ Atualmente, a Escola Estadual Princesa Isabel oferta vaga em turmas de Ensino Médio em regime de tempo integral.

¹⁰ A Escola Estadual José Correia da Silva Titara foi realocada do Cepa após a crise gerada pela Braskem S.A. e atualmente funciona na cidade de Marechal Deodoro, na região metropolitana de Maceió.

¹¹ A Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha teve as suas atividades realocadas, após a crise gerada pela Braskem S. A., para outro logradouro, no bairro do Farol. Em seus últimos anos de atividade no Cepa, era a única escola do Centro a ofertar vagas do ensino infantil.

Maceió, hoje Escola Estadual Professora Maria Rosália Ambrózzio¹² (6 - D) e o Colégio Moreira e Silva¹³, atualmente Escola Estadual Moreira e Silva (6 - E). Nas décadas subsequentes, essas instituições deixaram de ser subordinadas ao Instituto de Educação e se tornaram escolas autônomas.

Figura 6 – Instituições componentes da primeira formação do Cepa



Legenda: A) Escola Estadual Princesa Isabel; B) Prédio que abrigou a Escola Estadual José Correia da Silva Titara; C) Prédio que abrigou a Escola Estadual Vitorino da Rocha; D) Escola Estadual Maria Rosália Ambrózzio; E) Escola Estadual Moreira e Silva. Os registros fotográficos são pertencentes ao acervo pessoal do autor, e foram feitos no ano de 2023.

¹² Atualmente, a Escola Estadual Professora Maria Rosália Ambrózzio é a única escola do Cepa a ofertar vagas em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em regime de tempo integral.

¹³ Atualmente, a Escola Estadual Moreira e Silva oferta vaga em turmas de Ensino Médio em regime de tempo integral.

O Centro também contava, desde seus primeiros anos de existência, com um prédio onde ficavam centralizadas as equipes responsáveis pela sua gestão. Atualmente, o prédio em questão abriga a 13ª Gerência Especial de Educação (GEE) (Figura 7), órgão diretamente submetido à Secretaria de Estado da Educação (Seduc-AL) que é responsável pelo gerenciamento das escolas do Cepa e de outras escolas da rede estadual de Alagoas situadas em bairros da porção oeste de Maceió.

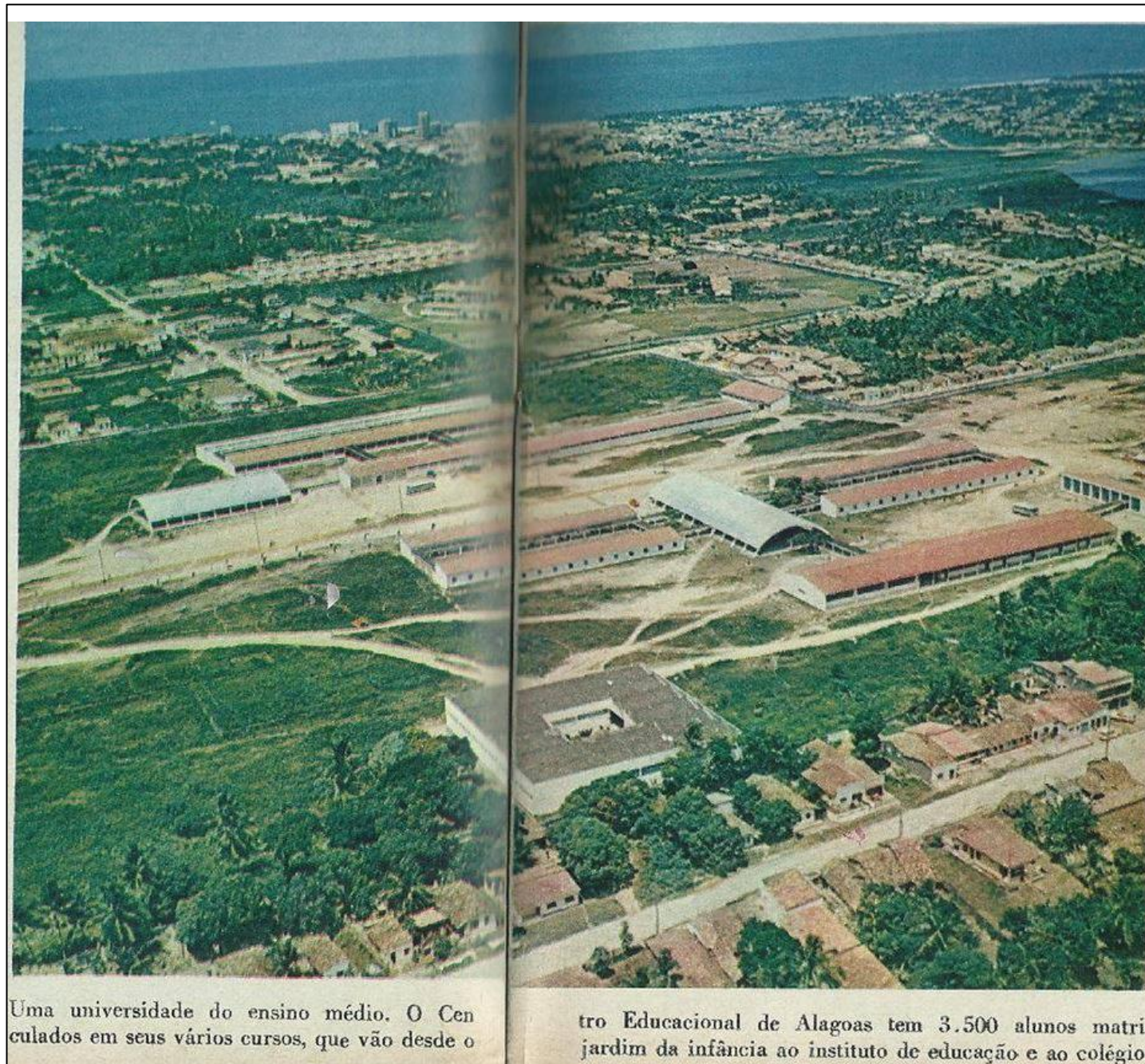
Figura 7 – 13ª Gerência Especial de Educação (GEE) da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas – Seduc-AL



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

A grandiosidade do projeto que resultou no CEM, bem como a relevância que esta experiência desenvolvida em Maceió representou para o estado de Alagoas e para o Brasil nas primeiras décadas de sua inauguração, podem ser melhor dimensionadas por meio da apreciação da Figura 8. Trata-se do recorte de uma reportagem publicada na década de 1960, na extinta revista *O cruzeiro*, que estampava uma imagem aérea do CEM e o intitulava como uma “universidade do Ensino Médio” que contava com 3.550 estudantes do jardim de infância até a formação de nível médio-técnico.

Esta percepção a respeito do CEM retratada na reportagem da revista reforça a aproximação da proposta do Centro com aquela desenvolvida na escola parque Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (CECR), criado por Anísio Teixeira em Salvador, uma vez que, assim como o CEM, Almeida (2001, p. 128) salienta que o CECR foi pensado “[...] com uma dinâmica e uma estrutura que lembravam uma universidade mirim”, baseada em experiências acadêmicas e socializantes vivenciadas a partir do trânsito dos seus educandos por vários espaços formativos.



Fonte: Revista *O cruzeiro* (Ano Desconhecido). Autor desconhecido.

Dez anos após a inauguração do CEM, no ano de 1968, no governo de Antônio Simeão Lamenha Filho¹⁴, houve uma reformulação administrativa na então Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas. Uma das principais mudanças desse período foi a transformação do Centro Educacional de Maceió (CEM) em Cepa (Lins; Santos, 2005). De acordo com Lins e Santos (2005), por meio do Decreto Estadual nº 1.519, de 1968, ficaram estabelecidos como objetivos para o Cepa, dentre outros:

Manter em funcionamento estabelecimentos de ensino de diversos níveis de ensino e modalidades, valendo-se deles como campo de pesquisa aplicada para assim experimentar, pesquisar e analisar o conteúdo e os métodos de educação e de ensino, visando ao aperfeiçoamento do sistema educacional [...]. Manter instalações, programas e atividades diversas, inclusive biblioteca, artes, recreações e desportos a serviço do parque escolar em geral [...]. Realizar promoções e produzir publicações, instrumentos e material técnico-pedagógico, objetivando divulgar estudos e pesquisas e propagar o uso de técnicas e procedimentos didáticos em particular no que se relacione com a melhoria do ensino das ciências (Governo de Alagoas, 1968, *apud* Lins; Santos, 2005)

A partir da apreciação dos objetivos estabelecidos no referido Decreto, é possível compreender que, em suas primeiras décadas de funcionamento, a função socioespacial proposta para o agora Cepa — enquanto aparelho público estadual de educação — era ser um Centro educacional de excelência para o estado de Alagoas, dedicado não somente ao ensino de estudantes da educação básica (de diferentes faixas etárias e modalidades de ensino), mas também à formação inicial de professores, que era ainda muito incipiente no estado e majoritariamente desenvolvida por meio de cursos normais.

Essa formação deveria ser baseada em investigações científicas, valendo-se da pesquisa aplicada para experimentar, pesquisar, analisar e publicar os conteúdos e os métodos de ensino desenvolvidos no Centro. Ou seja, em sua proposta inicial, o Cepa serviria como um Centro formador de nível básico que, ao formar estudantes em diversos níveis da educação básica, também serviria como laboratório formador de futuros educadores (em nível médio técnico, nos cursos de magistério) que atuariam em instituições de ensino de outras partes do estado, de modo que poderiam replicar as experiências formativas vividas no Centro em suas práticas didáticas.

Esse entendimento fica claro em uma entrevista concedida pelo professor Elcio de Gusmão Verçosa, uma das maiores referências no debate a respeito da educação em Alagoas no século XX, a Lins e Santos (2005). Quando perguntado a respeito da proposta que levou à

¹⁴ Antônio Simeão de Lamenha Lins Filho (1919-1997) foi um político brasileiro que ocupou o cargo de governador de Alagoas entre os anos de 1966 e 1971.

mudança do nome CEM para Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa) na década de 1960, o professor esclarece que

[...] a proposta da pesquisa aplicada está relacionada à ideia de que a educação brasileira só seria uma educação para o futuro se ela mergulhasse sobre si mesma e os seus educadores repensassem suas práticas pedagógicas e fossem capazes de experimentar novos processos pedagógicos, [...] que não somente se ensinasse, mas que fosse simultaneamente uma espécie de estufa ou canteiro de produção de conhecimentos pedagógicos, que depois se disseminariam para todo o estado (Lins; Santos, 2005, p. 68).

Por sua vez, toda a formação educacional desenvolvida no Cepa (do jardim de infância ao nível técnico) deveria ser oferecida de forma integral, a partir de múltiplas dimensões da aprendizagem humana (científica, artística, profissional etc.), junto ao fomento da socialização entre a comunidade acadêmica das variadas instituições do Centro e o incentivo à autonomia dos seus educandos para transitar em variados espaços formativos — como bibliotecas, áreas de recreação e desportos.

Com o objetivo de alcançar tais metas, o Decreto Estadual nº 1.519, de 1968, também determinou que o agora Cepa passasse a contar não apenas com órgãos executivos, como as escolas e centros formativos, mas também com uma estrutura composta por órgãos dirigentes e conselhos deliberativos. Entre eles, destacam-se o Conselho de Administração e o Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa, que deliberavam a respeito da gestão, da integração e do desenvolvimento das atividades acadêmicas no Centro (Lins; Santos, 2005).

Ainda segundo Lins e Santos (2005), ao longo dos anos subsequentes, entre o fim da década de 1960 e a década de 1970, o Cepa passou por um processo de expansão, resultante da criação e anexação de algumas unidades educacionais e administrativas à sua composição inicial. Esse processo foi responsável pela construção de ferramentas educacionais essenciais à consolidação da educação integral em diversas dimensões formativas idealizada para o CEM desde antes de sua construção e que havia sido descrita no Decreto anteriormente citado.

A primeira dessas ferramentas foi o Centro de Desportos e Recreação (CDR), inaugurado em 1969, ainda na gestão do então governador Antônio Lamenha Filho. O CDR foi fundado com o objetivo de ofertar espaços para práticas esportivas de modalidades como natação, futsal, vôlei e basquetebol para estudantes do Cepa em turnos opostos aos das aulas regulares (Figuras 9, 10 e 11) (Lins; Santos, 2005). Atualmente, o CDR é uma das ferramentas do Cepa mais utilizadas, tanto por alunos do Centro como pela comunidade externa, em eventos previamente autorizados pela gestão estadual.

Figura 9 – Centro de Desporto e Recreação - Fachada do Ginásio do CDR



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 10 – Área interna do Ginásio



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 11 – Área da piscina do CDR



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Também em 1969, foi criado o Centro de Ciências de Alagoas (Cecine), que teve suas atividades descontinuadas ainda no século XX (Lins; Santos, 2005). Após sua desocupação, o prédio construído para o Cecine abrigou, em décadas subsequentes, outros aparelhos públicos educacionais geridos pela Seduc-AL.

Em 1970, também no governo de Antônio Lamenha Filho, foi inaugurada a Escolinha de Artes do Cepa, que objetivava ofertar espaços para a expressão artística de estudantes de escolas do Centro, por meio de cursos como teatro, música e dança (Figura 12) (Lins; Santos, 2005). A criação desta instituição oportunizou a oferta de educação artística aos estudantes do

Cepa, dimensão da aprendizagem que compunha tanto a proposta da escola parque de Anísio Teixeira quanto a proposta inicial do CEM, idealizada pelo professor Ib Gatto Falcão.

Figura 12 – Prédio que abrigou a Escolinha de Artes do Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

No ano seguinte, em 1971, na gestão do governador Afrânio Lages¹⁵, foi fundada a Escola Fundamental Experimental, atualmente denominada Escola Estadual Professora Maria José Loureiro, que desde sua fundação oferta educação de Nível Fundamental (Lins; Santos, 2005). Atualmente, a oferta de vagas da instituição se dá somente em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e em regime de tempo integral (Figura 13).

Figura 13 – Escola Estadual Professora Maria José Loureiro

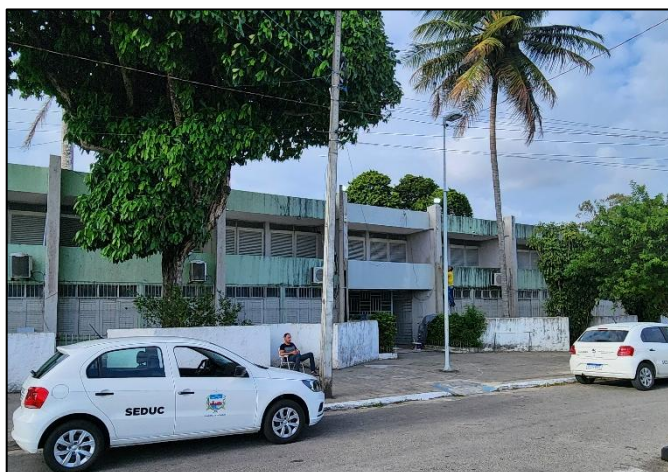


Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023)

¹⁵ Afrânio Salgado Lages (1911-1990) foi um professor, advogado e político brasileiro que ocupou o cargo de governador de Alagoas entre os anos de 1971 e 1975.

Também no ano de 1971, foi criado o Centro de Treinamento do Magistério (CTM), com objetivo de ser um órgão capaz de ofertar treinamento e aperfeiçoamento à equipe técnica e pedagógica da rede estadual de educação de Alagoas. Atualmente, o órgão é denominado Centro de Formação de Professores Ib Gatto Falcão (Cenfor), Figura 14, em homenagem ao fundador do CEM (Lins; Santos, 2005). A criação do Cenfor demonstra o interesse dos governantes da época em estabelecer o Cepa como uma referência, não só para a formação inicial, mas também para a formação continuada de profissionais da educação de toda a Seduc-AL.

Figura 14 – Centro de Formação de Professores Ib Gatto Falcão (Cenfor)



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Ainda no ano de 1971 foi criado o Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa, com objetivo de ofertar cursos de línguas estrangeiras — como espanhol, francês e inglês — para estudantes do Centro em turnos opostos aos das aulas regulares e para a comunidade externa interessada (Figura 15) (Lins; Santos, 2005). A criação do Instituto ampliou as opções de formação extracurricular dos educandos do Cepa, que, a partir de então, poderiam escolher se frequentariam, por exemplo, aulas de teatro, dança, música, natação, vôlei ou de línguas estrangeiras no turno oposto ao das aulas regulares.

Figura 15 – Prédio que abrigou o Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

No ano de 1973, ainda na gestão do governador Afrânio Lages, a Secretaria de Educação de Alagoas passou por uma nova reorganização administrativa, efetivada por meio da Lei Estadual nº 3.287. Na oportunidade, o Cepa passou por algumas mudanças institucionais, como o estabelecimento de novas equipes de gestão (planejamento, orientações pedagógicas e de serviços gerais) e a criação da Escola Estadual José da Silveira Camerino (Figura 16) (Lins; Santos, 2005), que atualmente oferta vagas de nível médio regular em regime de tempo integral.

Figura 16 – Escola Estadual José da Silveira Camerino



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

No ano seguinte, em 1974, também em meio à gestão do governador Afrânio Lages, foi inaugurada a Biblioteca Central do Cepa, intitulada como Biblioteca Jayme Lustosa de Altavila

(Figura 17). O nome foi conferido em homenagem ao então secretário de educação e cultura estadual, Dr. Jayme Lustosa de Altavila (Lins; Santos, 2005). O acervo da biblioteca concentrava obras didáticas, infanto-juvenis e livros dedicados à formação inicial e continuada de professores, tendo sido criado como um espaço formativo para a comunidade acadêmica do Centro, além de ser aberta à visitação da comunidade externa ao Cepa para consultas.

Figura 17 – Prédio que abrigou a Biblioteca Central do Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

No ano de 1976, de acordo com Lins e Santos (2005), na gestão do governador Divaldo Suruagy¹⁶, o Cepa teve sua nomenclatura oficialmente modificada por meio do Decreto nº 2.859, de 1976, e passou a se chamar Centro Educacional Antônio Gomes de Barros (CEAGB). O nome foi conferido em homenagem ao falecimento súbito do então vice-governador do estado de Alagoas, Antônio Gomes de Barros.

A mudança, no entanto, não implicou em mudanças efetivas nas atividades administrativas e pedagógicas da instituição. Mesmo com o novo nome, CEAGB, o Centro continuou, quase de forma unânime, a ser chamado de Cepa pela população de Maceió e pelos seus usuários. No momento da escrita deste trabalho, os dois nomes, Cepa e CEAGB, figuram no pórtico de entrada do Centro (Figuras 18 e 19).

¹⁶ Divaldo Suruagy (1937-2015) foi um professor, economista e historiador brasileiro que ocupou o cargo de governador de Alagoas em três oportunidades, entre os anos de 1975 e 1978, entre 1983 e 1986 e entre 1995 e 1997.

Figura 18 – Pórtico principal do Cepa. Entrada de carros e pedestres



Fonte: Murilo Mendonça (2021).

Figura 19 – Pórtico Principal do Cepa. Saída de carros e pedestres



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

No ano de 1977, também na gestão do governador Divaldo Suruagy, a Escola Estadual Dom Pedro II (Figura 20) — uma das mais antigas do estado de Alagoas, fundada em 1925 — foi transferida para o Cepa. Antes de funcionar no Centro, a instituição havia ocupado prédios como o que atualmente abriga a Academia Alagoana de Letras, no Centro de Maceió (Lins; Santos, 2005). No momento da escrita desta dissertação, a escola oferta vagas dos anos finais do Ensino Fundamental em regime de tempo integral.

Figura 20 – Escola Estadual Dom Pedro II



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Em 1980, na gestão do governador Guilherme Palmeira¹⁷, foi construída a Escola Estadual Professor Afrânio Lages (Figura 21), que recebeu esse nome em homenagem ao antigo governador do estado que, ao longo de sua gestão, foi responsável pela criação de diversos aparelhos públicos componentes do Cepa. A construção da instituição tinha como principal objetivo a ampliação da oferta de ensino profissionalizante de nível médio (Lins; Santos, 2005). Atualmente, a escola oferta vagas de Ensino Médio regular em regime de tempo integral.

Figura 21 – Escola Estadual Professor Afrânio Lages



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

¹⁷ Guilherme Gracindo Soares Palmeira (1938-2020) foi um advogado sociólogo e político brasileiro, ocupou o cargo de governador de Alagoas entre os anos de 1979 e 1982.

Por sua vez, em 1982, foi criada a Escola Estadual Laura Dantas (Figura 22), também na gestão do governador Guilherme Palmeira. Seu nome homenageia uma distinta educadora alagoana, professora Laura Dantas Santos da Silva. A instituição foi criada com o objetivo de ampliar a oferta de educação de nível fundamental e médio (Lins; Santos, 2005). Atualmente, oferta turmas dos anos finais do Ensino Fundamental em regime de tempo integral.

Figura 22 – Escola Estadual Laura Dantas



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023)

Em 1984, na segunda gestão do governador Divaldo Suruagy, foi fundada a Escola Estadual Teotônio Vilela (Figura 23). Seu nome foi concedido em homenagem ao senador alagoano Teotônio Vilela, reconhecido pela sua luta em prol do reestabelecimento da democracia no Brasil em meio à Ditadura Cívico-militar do século XX. A escola foi construída com o objetivo de ampliar a oferta de vagas em todo o Ensino Fundamental (Lins; Santos, 2005). Atualmente, a instituição oferta vagas a estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental em regime de tempo integral.

Figura 23 – Escola Estadual Teotônio Vilela



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023)

A última ferramenta pública edificada no Cepa foi o Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (Cecite) (Figura 24), em 2009, na gestão do governador Teotônio Vilela Filho¹⁸. O Cecite é um centro dedicado à experimentação de práticas pedagógicas inovadoras em diversas áreas de conhecimento e conta, dentre outros, com o Observatório Astronômico Genival Leite Lima (OAGLL), com o Programa de Iniciação Científica em Astronomia (IniCIA) e com o Laboratório de Ciências da Natureza (LCN) (Escola Web, s.d.a). O espaço é aberto à visitação e utilização por parte estudantes e educadores do Cepa e de outras escolas da rede estadual.

Figura 24 – Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (Cecite)



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023)

¹⁸ Teotônio Brandão Vilela Filho (1951-presente) é um economista e político brasileiro, ocupou o cargo de governador de Alagoas por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 2007 e 2015.

De modo a facilitar a compreensão do processo de estruturação das ferramentas que compõem o Cepa, sua historicidade e a cronologia de suas criações, o Quadro 1 expõe uma síntese que apresenta o ano de implementação de cada instituição do Centro, o nome do chefe à frente da gestão do governo estadual no ano de sua criação e a função socioespacial desenvolvida inicialmente por cada uma delas.

Quadro 1 - Síntese das funções desenvolvidas pelas instituições componentes do Cepa em seus anos iniciais

(continua)

Instituição	Ano de criação	Gestão estadual	Função socioespacial desenvolvida inicialmente
Escola Industrial Princesa Isabel, hoje Escola Estadual Princesa Isabel	1958	Sebastião Muniz Falcão	Ofertar vagas em cursos técnicos de formação de profissionais para atuar junto à indústria alagoana
Instituto de Educação, hoje Escola Estadual José Correia da Silva Titara	1958	Sebastião Muniz Falcão	Oferecer de vagas de educação profissional, com foco na formação inicial de professores em cursos de magistério.
Grupo Escolar Experimental, hoje Escola Estadual Prof. José Vitorino da Rocha	1958	Sebastião Muniz Falcão	Ofertar de vagas de Ensino Fundamental abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Jardim Infantil Experimental de Maceió, hoje Escola Estadual Professora Maria Rosália Ambrózzio	1958	Sebastião Muniz Falcão	Ofertar vagas de educação infantil abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Colégio Moreira e Silva, hoje Escola Estadual Moreira e Silva	1958	Sebastião Muniz Falcão	Oferecer de vagas de Ensino Médio abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Pavilhão Administrativo do Cepa	1958	Sebastião Muniz Falcão	Prédio dedicado a abrigar os servidores responsáveis pela administração do Centro.
Centro de Desportos e Recreação (CDR)	1969	Antônio Lamenha Filho	Ofertar espaços para práticas esportivas de modalidades como natação, futsal e vôlei para estudantes do Cepa em turnos opostos ao das aulas regulares.
Centro de Ciências de Alagoas (Cecine)	1969	Antônio Lamenha Filho	Ofertar espaço para a iniciação científica de estudantes do Cepa.
Escolinha de Artes do Cepa	1970	Antônio Lamenha Filho	Oferecer de espaços para a expressão artística de estudantes de escolas do Cepa, por meio de cursos como teatro e dança, em turnos opostos aos das aulas regulares.
Escola Fundamental Experimental, hoje Escola Estadual Professora Maria José Loureiro	1971	Afrânio Lages	Ofertar de vagas de nível fundamental abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Centro de Treinamento do Magistério (CTM), hoje Centro de Formação de Professores Ib Gatto Falcão (Cenfor)	1971	Afrânio Lages	Oferecer treinamento e aperfeiçoamento à equipe técnica e pedagógica da rede estadual de Alagoas.

Quadro 1 – Síntese das funções desenvolvidas pelas instituições componentes do Cepa em seus anos iniciais

(conclusão)

Instituição	Ano de criação	Gestão estadual	Função socioespacial desenvolvida inicialmente
Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa	1971	Afrânio Lages	Oferecer cursos de línguas estrangeiras, como espanhol e inglês, para estudantes do Centro em turnos opostos aos das aulas regulares e para a comunidade externa interessada.
Escola Estadual José da Silveira Camerino	1973	Afrânio Lages	Ofertar de vagas de Nível Médio abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Biblioteca Central do Cepa Jayme Lustosa de Altavila	1974	Afrânio Lages	Ofertar acesso a livros de variados gêneros aos estudantes e professores do Cepa.
Escola Estadual Dom Pedro II	1977 ¹⁹	Divaldo Suruagy	Oferecer vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Escola Estadual Professor Afrânio Lages	1980	Guilherme Palmeira	Ofertar vagas de Ensino Profissionalizante de Nível Médio abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Escola Estadual Laura Dantas	1982	Guilherme Palmeira	Oferecer vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Escola Estadual Teotônio Vilela	1984	Divaldo Suruagy	Oferecer vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.
Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (Cecite)	2009	Teotônio Vilela Filho	Oferecer acesso a laboratórios de práticas pedagógicas inovadoras em diversas áreas de conhecimento, para professores e estudantes da rede estadual de educação.

Fonte: Lins e Santos (2005). Produção: Murilo Mendonça Souza (2024).

¹⁹ 1977 foi, na verdade, o ano de transferência da Escola Estadual Dom Pedro II para o Cepa, uma vez que, como dito anteriormente, trata-se de uma das instituições mais antigas de Maceió, fundada em 1925, que antes de funcionar no Centro havia funcionado em diversos outros prédios da cidade, como o que hoje abriga a Academia Alagoana de Letras.

Além das instituições anteriormente citadas, o Cepa conta ainda com alguns espaços de recreação e convivência coletiva que foram construídos ao longo das diversas reformas e requalificações às quais o Centro foi submetido nas últimas décadas durante diferentes gestões do poder público estadual. São exemplos desses espaços uma quadra aberta, jardins, praças e parques infantis (Figura 25 – A, B, C, D, E e F).

Esses espaços servem como ambientes de interação entre estudantes e servidores das escolas e dos órgãos estaduais que funcionam no Centro, o que corrobora com a proposta arquitetônico-pedagógica da escola parque e do CEM, que tinham como um dos seus pilares formativos as experiências de convivência coletiva e as trocas interpessoais advindas do contato entre estudantes das instituições do Centro.

Nas visitas de campo feitas no Centro, foi também possível notar que moradores de bairros vizinhos ao Cepa, como Farol e Pinheiro, utilizam esses e outros espaços do Centro para a realização de exercícios ao ar livre, uma vez que a entrada no Cepa é franca a todos.

Figura 25 – Fotografias dos espaços de socialização do Cepa



Legenda: A) Espaço de socialização em frente à Escola Estadual Dom Pedro II. B) Espaço de socialização em frente à Escola Estadual Princesa Isabel. C) Espaço de socialização em frente à Escola Estadual Moreira e Silva. D) Quadra poliesportiva aberta localizada ao lado da Escola estadual Moreira e Silva. E) Parquinho infantil localizado ao lado do prédio da antiga Escola Estadual Titara Correia da Silva F) Espaço de socialização ao lado do CDR. Os registros fotográficos são pertencentes ao acervo pessoal do autor, e foram feitos no ano de 2023.

Por fim, o Cepa conta com um módulo policial que abriga uma guarnição da Ronda Escolar da Polícia Militar de Alagoas (PM- AL), responsável por responder às demandas e aos conflitos emergentes nas instituições de ensino do Cepa (Figura 26). O Centro abriga ainda os prédios onde funcionam a Rádio Pública Educadora de Alagoas e a Televisão Pública Educadora de Alagoas (TVE-AL) (Figura 27), ambas instituições não são partes constituintes do Cepa.

Figura 26 – Módulo da força policial militar de Alagoas, dentro do Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 27 – Televisão Educadora de Alagoas e Rádio Educadora de Alagoas



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Após apresentado o processo de estruturação do Cepa ao longo das últimas décadas, é importante analisar os fatores que têm contribuído para o que se acredita ser o processo de declínio de sua função socioespacial. Essa reflexão permitirá entender as transformações que o Cepa enfrenta atualmente e os desafios para manter sua relevância no contexto educacional e social de Alagoas.

4 O DECLÍNIO DA FUNÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEPAAO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Ao longo deste capítulo, são discutidos eventos que, acredita-se, contribuíram para o processo de declínio da função socioespacial do Cepa. Inicialmente, serão analisados os impactos do fechamento de alguns equipamentos do Centro ao longo das últimas décadas, a exemplo da Biblioteca Central e da Escolinha de Artes, para dar espaço a setores administrativos da Seduc-AL.

Em seguida, são apresentados dados sobre a distância entre os bairros de origem dos estudantes de uma das escolas do Cepa e a localização do Centro, analisando-se assim o seu nível de acessibilidade em relação ao público que atende. Posteriormente, são realizadas considerações sobre os possíveis impactos da criação de uma avenida de trânsito urbano no Centro, o ‘Eixo Cepa’, em sua dinâmica espacial e pedagógica.

Por fim, aborda-se a crise socioambiental decorrente da subsidência de parte do solo urbano de Maceió, resultante da exploração do mineral sal-gema pela Braskem S.A., atrelada a uma análise dos impactos desses eventos sobre a função socioespacial do Cepa.

4.1 O fechamento de ferramentas públicas componentes do Cepa

Como tratado no capítulo anterior, o processo de estruturação do Cepa se iniciou em meados da década de 1950 e se estendeu até as últimas décadas do século XX (Lins; Santos, 2005). Ao longo deste período, o Centro ganhou diversas ferramentas educacionais e administrativas que ajudaram a consolidar a sua proposta arquitetônico-pedagógica e, por consequência, a função socioespacial idealizada pelo seu fundador, professor Ib Gatto Falcão, tendo como inspiração o modelo da escola parque proposto pelo educador baiano Anísio Teixeira.

Exemplos das ferramentas que consolidaram o Cepa como um núcleo de educação integral em diversas dimensões formativas são a Escolinha de Artes, a Biblioteca Central, o Centro de Desportos e Recreação (CDR) e o Instituto de Línguas Estrangeiras, todas instituições que tiveram como proposta basilar ofertar experiências formativas para além daquelas que uma escola regular costumava oferecer, a exemplo de cursos de teatro, aulas de línguas estrangeiras (como inglês, espanhol e alemão) e práticas esportivas.

No entanto, esse cenário começou a ser transformado em 2011, quando o Cepa passou a abrigar parte da estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL). Até o ano anterior, 2010, a maior parte dos órgãos componentes da gestão central da Seduc-AL funcionavam na Rua Barão de Alagoas, no Centro da cidade de Maceió, em prédio amplo, com cerca de 6.618 m² (Figura 28) de área construída que, segundo reportagem publicada pelo Portal ‘G1 Alagoas’ em 2022, abrigava mais de 700 servidores administrativos da pasta (G1 Alagoas, 2014).

Figura 28 – Prédio que abrigava a sede da Seduc-AL até o ano de 2011, quando ainda em atividade



Fonte: Portal G1 Alagoas (2014). Autor desconhecido.

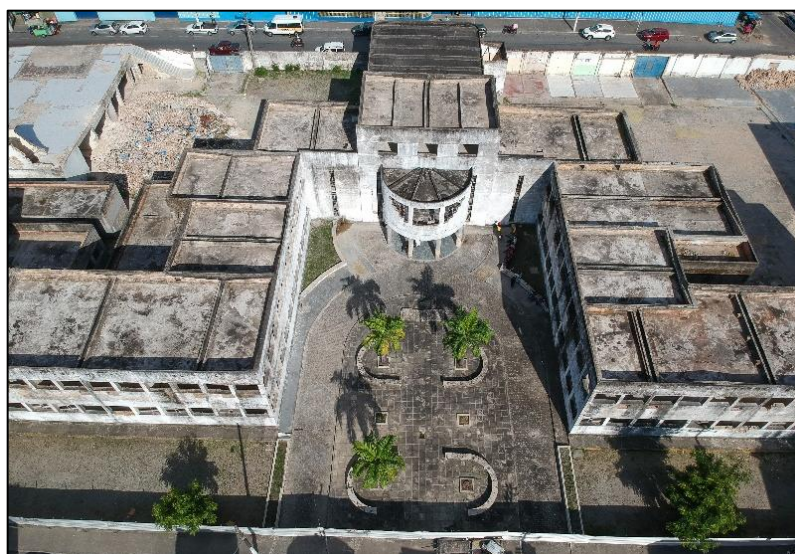
A transferência da sede da Seduc-AL para o Cepa, realizada em 2011, durante a gestão do governador Teotônio Vilela Filho²⁰, foi justificada, conforme reportagens da época, pela necessidade de esvaziar o prédio original da Secretaria para a execução de reformas em sua estrutura. Tais intervenções visariam corrigir deficiências físicas e modernizar as instalações, o que permitiria que o edifício atendesse melhor às demandas administrativas da pasta. Essas reformas ocorreriam enquanto os servidores administrativos da Seduc-AL estivessem temporariamente atuando em prédios do Cepa (G1 Alagoas, 2022).

No entanto, de acordo com reportagem do ‘G1 Alagoas’ publicada em 2014 (três anos após o esvaziamento do prédio, ainda durante a gestão do governador Teotônio Vilela Filho) a Seduc-AL afirmava não dispor dos recursos necessários para custear a obra, orçada na época

²⁰ As duas gestões do governo de Alagoas de Teotônio Vilela Filho (entre 2007 e 2015) foram marcadas por congelamento salarial dos servidores (especialmente os da educação) e austeridade nos investimentos públicos.

no valor de R\$ 1,9 milhões (G1 Alagoas, 2014). O cenário não mudou nos anos seguintes, de modo que o prédio seguiu abandonado (Figura 29) durante os governos de José Renan Calheiros Filho (2015-2022) e na atual gestão do governo estadual, chefiada por Paulo Suruagy Dantas (2022-presente).

Figura 29 – Registro feito em 2018 do prédio que abrigava a sede da Seduc-AL até ser abandono pela administração estadual em 2011



Fonte: Portal Agência Tribuna de Notícias (2018). Autor desconhecido.

Assim, desde a desocupação do edifício-sede da Seduc-AL em 2011, o Cepa passou a abrigar parte da administração central da Secretaria. No entanto, a não construção de novos espaços para acomodar esses órgãos resultou na ocupação de prédios originalmente projetados para sediar instituições essenciais à proposta arquitetônico-pedagógica do Centro. Essa adaptação improvisada impactou o uso e a funcionalidade das instalações, desviando-as de seus objetivos iniciais.

A Biblioteca Central do Cepa foi uma das ferramentas componentes do Centro descontinuadas nesse processo. De acordo com reportagem publicada pelo portal ‘Gazeta de Alagoas’ em 2011, a Biblioteca era a maior biblioteca escolar do estado de Alagoas, reunindo um acervo de mais de 40 mil obras distribuídas em oito salas (Gazeta de Alagoas, 2011).

Desde a migração de setores da administração da Seduc-AL para o Centro, o prédio que abrigou a Biblioteca Central do Cepa por 37 anos (1974-2011) passou a sediar o Setor de Recursos Humanos (SRH) da Seduc-AL (Figura 30), que é o departamento responsável pelo gerenciamento da força de trabalho atuante nas escolas da rede estadual e em outros setores administrativos da pasta.

Figura 30 – Prédio que abrigou a Biblioteca Central do Cepa até 2011 e hoje é sede do Setor de Recursos Humanos (SRH) da Seduc-AL



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Como consequência deste episódio, houve a perda de um valioso espaço de acesso a um vasto acervo de livros didáticos, materiais voltados à formação inicial e continuada de professores e milhares de obras de literatura ficcional, essenciais ao enriquecimento educacional e cultural da comunidade acadêmica do Cepa e que também ficava a disposição para consulta por toda a comunidade externa. Além disso, o fechamento da Biblioteca do Cepa resultou no encerramento de um ambiente singular para a promoção da socialização e para a integração entre estudantes e servidores das diversas instituições localizadas do Cepa, o que ajudou a comprometer a dinâmica comunitária e colaborativa proposta para o Centro desde sua inauguração.

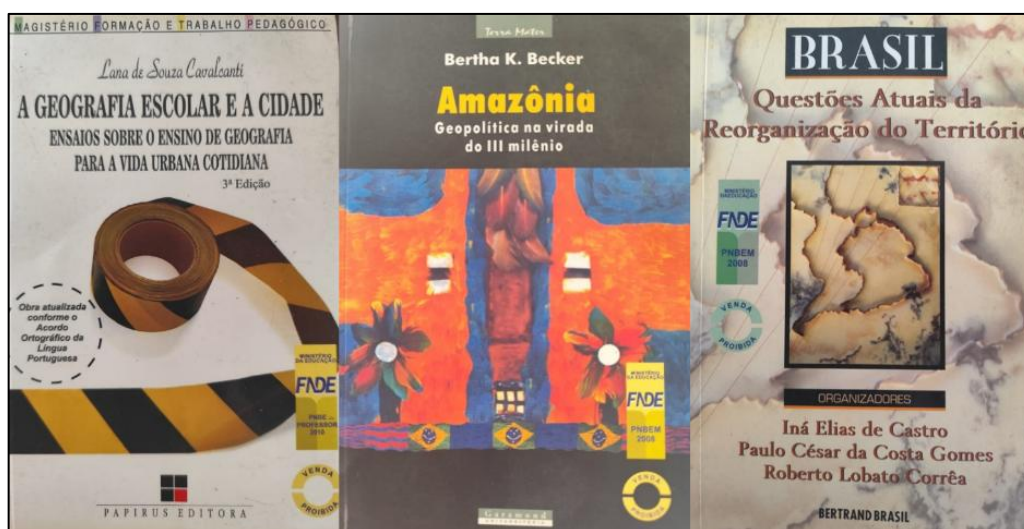
Ainda de acordo com a reportagem publicada pelo portal ‘Gazeta de Alagoas’ em 2011, após a descontinuação das atividades da Biblioteca Central do Cepa, os servidores até então lotados na instituição foram realocados para escolas da rede estadual. As mais de 40 mil obras que compunham o acervo da instituição foram distribuídas entre as bibliotecas das escolas do Centro (Figuras 31 e 32) (Gazeta de Alagoas, 2011).

Figura 31 - Biblioteca da Escola Estadual Professor Afrânio Lages, uma das instituições que receberam obras da Biblioteca Central do Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 32 - Obras dedicadas à formação continuada de professores de Geografia que no passado compunham a Biblioteca central do Cepa e hoje fazem parte do acervo da Biblioteca da Escola Estadual Professor Afrânio Lages



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2024).

Além da Biblioteca, o Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa também foi uma das instituições afetadas pela migração da administração da Seduc-AL para o Centro. O Instituto funcionou durante 40 anos, desde sua criação em 1971 até 2011, em um prédio vizinho à Biblioteca do Cepa, que era composto por diversas salas onde costumavam ser ofertados cursos de línguas estrangeiras (como inglês, espanhol, francês e alemão) em três turnos: manhã, tarde e noite.

Com as mudanças promovidas em 2011, as atividades do Instituto de Línguas Estrangeiras foram transferidas para a Escola Estadual Professora Maria José Loureiro (Figura

13). Por sua vez, o antigo prédio do Instituto foi ocupado pela Superintendência de Finanças e Contabilidade (Sufic) da Seduc-AL (Figura 33), departamento responsável pela organização da folha de pagamento dos servidores da pasta e pela prestação de contas dos gestores de todas as escolas da rede estadual.

Figura 33 – Prédio da Sufic da Seduc-AL que no passado abrigou o Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Além da perda do espaço físico próprio, o que certamente resultou na diminuição da autonomia acadêmica e administrativa da instituição, a mudança também acarretou a redução do número de vagas disponibilizadas pelo Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa, já que seus cursos passaram a ser ofertados somente à noite, turno em que não há atividades acadêmicas na Escola Estadual Professora Maria José Loureiro, de forma que suas salas ficam disponíveis para o uso do Instituto (Portal 'É Assim', 2021). Tal restrição de horários pode representar um obstáculo para o acesso de parte da comunidade acadêmica do Cepa aos cursos da instituição, especialmente às crianças e adolescentes que frequentam as escolas do Centro no período diurno.

Essa situação decorre do fato de, como será analisado posteriormente, muitos estudantes do Centro residirem em bairros periféricos de Maceió, o que torna dificultoso o deslocamento noturno até o Cepa, uma vez que não há oferta de ônibus escolares por parte da Seduc-AL para realizar o traslado dos estudantes à noite. Esse obstáculo compromete o pleno acesso de parte da comunidade acadêmica aos cursos oferecidos pelo Instituto de Línguas Estrangeiras,

afetando o princípio de que a formação dos educandos do Cepa seria baseada no trânsito democrático e facilitado por diferentes espaços de aprendizagem.

Outra Instituição que teve as atividades descontinuadas no início da década de 2010 foi a Escolinha de Artes do Cepa. No entanto, diferente da Biblioteca e do Instituto de Línguas Estrangeiras, que deram lugar a órgãos da Seduc-AL, a Escolinha de Artes foi fechada por falta de interesse da administração pública estadual em manter o seu funcionamento, no ano de 2013, também durante a gestão do governador Teotônio Vilela Filho.

A instituição, que foi criada em 1970 com o objetivo de promover um espaço para a expressão artística de estudantes de escolas do Cepa — por meio da oferta de cursos como teatro, música e dança —, teve suas atividades finalizadas por falta de verbas de custeio provenientes do governo estadual, bem como pela carência de servidores lotados na instituição para sua correta administração e condução das aulas.

No momento de escrita desta dissertação, o prédio que abrigava a Escolinha de Artes do Cepa (Figura 34) encontra-se em estado de abandono, sem qualquer utilização acadêmica. Durante a realização das visitas de campo, foram observados evidentes sinais de negligência na sua conservação, como o avanço descontrolado da vegetação e a corrosão em estruturas metálicas. Além disso, verificou-se que a edificação tem sido utilizada pela Seduc-AL como um depósito improvisado de cadeiras e outros materiais escolares, o que evidencia descaso público com este importante espaço.

Figura 34 – Prédio que abrigou a Escolinha de Artes do Cepa entre 1970 e 2013



Figura: Murilo Mendonça Souza (2023).

A descontinuidade das atividades da Escolinha de Artes do Cepa representou uma perda significativa para os estudantes do Centro, que foram privados de um espaço profícuo para

socialização e para o desenvolvimento de aptidões artísticas. Ao extinguir mais um espaço formativo do Cepa, desta vez por falta de interesse na sua correta manutenção, a administração estadual subtraiu outro ambiente enriquecedor, tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para as interações comunitárias no Centro.

O Cepa também abriga, desde 2011, o Gabinete do (a) Secretário (a) da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Figura 35), a maior instância oficial de decisão da Seduc-AL. O órgão passou a ocupar o prédio que já tinha sido sede de diferentes instituições ao longo da história do Cepa, mas que, em 2011, abrigava uma escola especializada na oferta de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai) e de cursos supletivos.

Figura 35 – Gabinete do(a) Secretário(a) da Seduc-AL no Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Com as mudanças implementadas, as turmas de Ejai, anteriormente ofertadas na instituição em questão, foram transferidas para o Centro Educacional de Jovens e Adultos Paulo Freire (Ceja), uma escola especializada na oferta de turmas de Ejai, localizada no Centro de Maceió. Com o fechamento dessa instituição e a descontinuação das turmas de Ejai na maior parte das demais escolas do Cepa nos anos seguintes, consolidou-se um cenário em que a oferta educacional desta modalidade de ensino é realizada somente à noite, em uma única instituição do Centro — a Escola Estadual José da Silveira Camerino.

A diminuição da oferta de vagas de Ejai no Cepa também reforça o atual distanciamento do Centro em relação à sua proposta arquitetônico-pedagógica original, a de integrar e atender a públicos variados em diversos níveis e modalidades de ensino, o que, naturalmente, deveria incluir amplamente estudantes que não concluíram a educação regular na idade esperada.

Por fim, parte da estrutura administrativa da Seduc-AL também ocupava, desde 2011, um dos pavilhões de salas de aula da Escola Estadual Correia da Silva Titara, antigo Instituto de Educação do Cepa. No entanto, diferente dos outros casos apresentados anteriormente, as atividades administrativas da Seduc-AL nesta instituição eram desenvolvidas em concomitância às atividades acadêmicas da escola, não tendo ocorrido o seu fechamento ou sua realocação para abrigar os servidores da pasta, como aconteceu com a Biblioteca Central e com o Instituto de Línguas do Cepa (Sinpro DF, 2020).

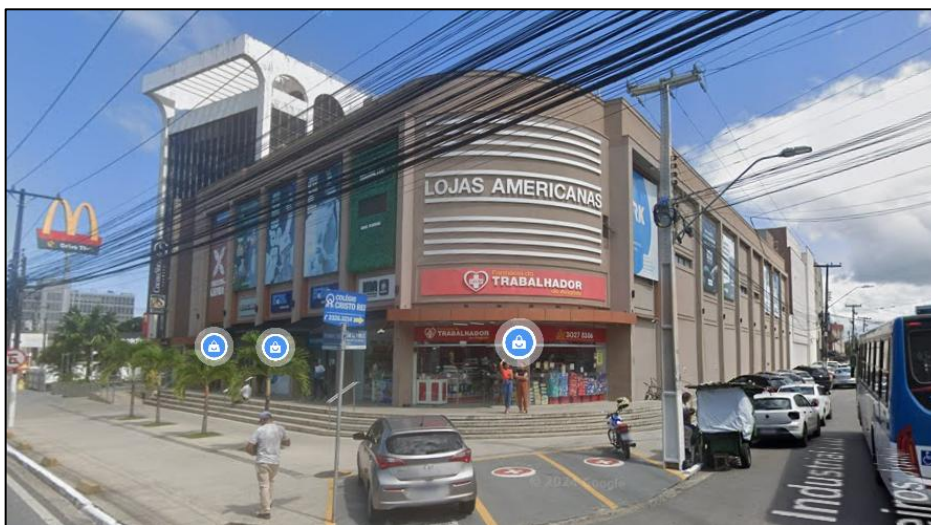
Apesar disso, há registros de manifestações de incômodo da comunidade acadêmica da Escola Estadual Correia da Silva Titara com a presença constante de servidores de setores burocráticos da Seduc-AL no cotidiano escolar e com a diminuição da oferta de vagas na instituição gerada pela ocupação de parte das suas salas. Um exemplo é a entrevista concedida por uma docente da escola no ano de 2020 ao portal *Tribuna hoje*, que, em sua fala, ressalta que: “[...] a escola deixa de ter a função de atendimento público para ser aparelho burocrático da secretaria” (Tribuna Hoje, 2020).

Todavia, em 2020, como resultado da crise gerada pela subsidência de parte do solo urbano de Maceió — fruto das atividades mineradoras da Braskem S. A. —, o prédio da Escola Estadual Correia da Silva Titara precisou ser desocupado por apresentar danos estruturais permanentes. Com isto, a instituição foi transferida pela Seduc-AL para o município de Marechal Deodoro, na Grande Maceió, e seu prédio foi esvaziado (Sinpro DF, 2020).

A partir do fechamento da instituição, os servidores dos diversos departamentos administrativos da Seduc-AL, atuantes em salas de aula da Escola Estadual Correia da Silva Titara desde 2011, foram realocados para salas comerciais alugadas pela administração estadual no *Shopping Cidade* (Figura 36), um prédio comercial e empresarial localizado na Avenida Fernandes Lima, no bairro do Farol (Tribuna Hoje, 2023).

O empreendimento comercial, além de situado em uma das áreas com o metro quadrado mais valorizado da capital alagoana, também abriga a sede de outro órgão da administração pública estadual, o Instituto do Meio Ambiente (IMA) e parte da estrutura administrativa da empresa privada responsável pela distribuição de água e pela manutenção da rede de esgoto de Alagoas, a BRK Ambiental S. A.

Figura 36 – Prédio comercial *Shopping Cidade*, que abriga parte da chefia administrativa da Seduc-AL



Fonte: Google Street View (2024).

É interessante salientar que, como apresentado anteriormente, mesmo que a Seduc-AL tenha afirmado, no ano de 2014, em nota ao *G1 Alagoas*, não dispor dos recursos necessários para custear as obras de reforma do antigo prédio sede da pasta à época, orçada no valor de R\$ 1,9 milhões (G1 Alagoas, 2014), no momento da escrita desta dissertação — 10 anos após a referida reportagem —, durante a gestão do governador Paulo Suruagy Dantas, diversos departamentos da administração central da Seduc-AL continuam ocupando as mesmas salas alugadas desde 2020 em um dos andares do *Shopping Cidade*, resultando em ônus adicionais ao erário público estadual.

Assim, mesmo que a mudança da sede da Seduc-AL tenha resultado no fechamento de instituições do Cepa, com impactos significativos em sua proposta arquitetônico-pedagógica — além de, atualmente, implicarem em custos adicionais para o tesouro estadual fruto do aluguel de salas comerciais —, até o momento da escrita deste trabalho não existiam propostas concretas para a construção de uma nova sede própria para a Secretaria.

Ademais, o retorno à antiga sede própria, situada no Centro de Maceió, mesmo após possíveis reformas estruturais que reestabelecessem a usabilidade do prédio, tornou-se inviável. Isso porque, em 2022, o governo estadual, sob a gestão do desembargador Klever Loureiro, então governador interino de Alagoas, doou o edifício que abrigava a Seduc-AL ao Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL). O prédio, após concluídas as reformas, será destinado à instalação de setores administrativos do Poder Judiciário alagoano (Gazeta de Alagoas, 2022).

Frente ao exposto, é possível assinalar que o fechamento das ferramentas públicas constituintes do Cepa anteriormente tratadas pode ser considerado como um dos elementos do

processo de declínio da sua função socioespacial, analisado nesta dissertação. Ao desativar esses espaços, seja para alocar órgãos administrativos da Seduc-AL ou pela falta de investimento em sua manutenção, o Estado de Alagoas não apenas reduziu a abrangência da formação educacional idealizada para o Cepa desde sua concepção, mas também negligenciou a relevância desses ambientes para a socialização e integração dos estudantes e servidores do Centro.

A diminuição da oferta de vagas no Instituto de Línguas Estrangeiras e o encerramento das atividades da Biblioteca Central, da Escolinha de Artes e da instituição que ofertava Ejaí representam perdas que vão além da infraestrutura física. Tais medidas restringem práticas que promoviam a inclusão, o pensamento crítico, criativo, a sensibilidade artística e a interação comunitária, elementos que eram pilares fundantes da proposta original da escola parque e do Centro Educacional de Maceió (CEM).

Tais decisões da Seduc-AL contribuem para o esvaziamento do propósito de existência do Cepa, por meio do desmonte gradual de um modelo educacional que buscava articular ensino, cultura e comunidade em um espaço integrado. Além disso, evidenciam as mudanças na forma como o governo de Alagoas tem tratado a oferta de educação pública no estado (desde a criação do Cepa até a atualidade) e refletem a crescente influência do pensamento liberal na gestão do Estado, que, como explica Harvey (2014), foi implementada em boa parte dos países do mundo, dentre outros elementos, a partir da redução do financiamento de aparelhos públicos.

Assim, a descaracterização do Cepa não pode ser vista de forma isolada, mas como parte de um processo mais amplo de desmonte e sucateamento de políticas públicas que consolidaram o acesso à educação no Brasil como direito social e coletivo ao longo do século XX e resultaram na garantia constitucional universal de educação pública no país, a partir da Constituição Federal de 1988 (Trevisol; Mazzioni, 2018).

Ao priorizar a redução de custos por meio da improvisação de prédios do Cepa como setores administrativos da estrutura burocrática da Seduc-AL, o Estado de Alagoas promoveu o sucateamento de instituições históricas e a fragmentação de um espaço que, ao longo do século XX, desempenhou papel fundamental na formação científica, cultural e cidadã de milhares de alagoanos, ao ser um pilar na democratização do conhecimento e na promoção da educação pública e de qualidade no estado.

4.2 O distanciamento físico entre o Cepa e o seu público majoritário

Conforme discutido anteriormente, o Centro Educacional de Maceió (CEM), atual Cepa, idealizado pelo professor Ib Gatto Falcão na década de 1950, foi concebido como um núcleo de educação integral em diversas dimensões formativas, alinhado ao que havia de mais moderno e progressista na educação brasileira da época — o modelo da escola parque proposto pelo educador Anísio Teixeira.

De acordo com Lins e Santos (2005), a proposta do CEM, futuro Cepa, incluía a oferta de turmas regulares desde os anos iniciais da educação básica até a formação técnica de nível médio, de modo a servir como referência para o município de Maceió e para todo o estado de Alagoas, especialmente por meio da oferta de cursos dedicados à formação inicial de professores, com ênfase na prática experimental do magistério em instituições do próprio Centro.

Nesse contexto, a escolha da localização do CEM evidencia uma estratégia distinta em relação à escola parque de Salvador, instalada na Liberdade, bairro periférico da capital baiana (Nunes, 2000). Ao passo que o CEM foi posicionado no bairro do Farol, uma localidade central de Maceió que, na década de 1950, já passava por intenso desenvolvimento urbanístico, advindo da consolidação da Avenida Fernandes Lima “[...] que se tornou o mais importante vetor de ocupação urbana a partir da década de 1940” da capital (Japiassú, 2015, p. 57). Esta avenida dá acesso, dentre outros locais, ao Centro de Maceió, às orlas marítima e lagunar da cidade, bem como ao interior do estado de Alagoas.

De tal modo, a escolha da localização do CEM, atual Cepa, reforça sua posição de centralidade e acessibilidade, proposta por seus idealizadores, enquanto ferramenta pública educacional de referência. No entanto, desde sua inauguração em meados do século XX, sensíveis transformações urbanísticas em toda Maceió repercutiram diretamente na função socioespacial desenvolvida pelo Centro, e mesmo na condição de centralidade que lhe foi atribuída.

Essas transformações podem ser ilustradas, dentre outros elementos, pelo amplo crescimento demográfico registrado pelo município de Maceió ao longo da segunda metade do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI. Em 1958, na inauguração do CEM, Maceió dispunha de uma população de 124.544 habitantes (IBGE, 1950). Esse número é quase oito vezes menor que o registrado no Censo de 2022, que contabilizou 957.916 pessoas residentes no município (IBGE, 2022).

Assim como o CEM, hoje Cepa, em décadas seguintes, outros aparelhos públicos como o *Campus* Aristóteles Calazans Simões da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o Distrito Industrial de Maceió — ambos implementados na década de 1960 — e o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-Ufal) — fundado em 1973 — foram edificados na chamada “parte alta” de Maceió e tornaram-se ferramentas importantes para a aceleração da urbanização desta região da cidade (Japiassú, 2015).

No entanto, mesmo que a construção do CEM significasse, em meados do século XX, a implementação em Maceió do que havia de mais moderno e inovador no quesito educacional da época — o modelo da escola parque de Anísio Teixeira — e que sua proposta tenha sido muito importante para a ampliação da oferta de educação pública no município, para a formação inicial de professores e também para a expansão urbana da cidade, a sua permanência em atividade enquanto ferramenta de educação básica em meados da segunda década do século XXI representa um anacronismo.

Este quadro funda-se em dois processos concomitantes: o robusto crescimento populacional registrado em bairros da “parte alta” de Maceió nas últimas décadas e o investimento não coerente com tal crescimento, por parte da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL), na edificação de infraestrutura educacional pública estadual nesses bairros.

A respeito do primeiro processo, Maceió, assim como diversos municípios brasileiros de médio e grande porte, registrou significativo crescimento populacional urbano a partir da década de 1970 (Japiassú, 2015). A industrialização e o êxodo rural decorrentes da modernização do campo e de investimentos estatais na promoção industrial do Brasil podem ser considerados como alguns dos principais elementos causadores do avanço da urbanização brasileira nesse período (Santoro, 2012).

Esse cenário é melhor compreendido a partir da apreciação dos dados relativos à evolução populacional do município de Maceió entre a década de 1970 e o ano de 2022, apresentado subsequentemente (Figura 38).

Figura 38 – A evolução populacional de Maceió entre os anos de 1970 e 2022



Fonte: IBGE, 1970; 1980; 1990; 1990; 2022. Produção Própria.

A partir da apreciação dos dados, é notável que o maior crescimento populacional percentual registrado em Maceió no período analisado ocorreu entre 1970 e 1980, com uma taxa de 55,8%, o que representou aumento de 140.552 habitantes. A partir da década de 1980, embora o crescimento tenha diminuído percentualmente, o número de residentes da capital alagoana continuou se expandindo, tendo sido registrado um índice de crescimento entre 1980 e 1990 de 48,7%, o que representa um acréscimo de 191.078 habitantes.

Entre 1990 e 2000, Maceió registrou um aumento populacional percentual de 36,4%, o que representa um acréscimo de 212.461 habitantes na capital. Por sua vez, entre 2000 e 2010, o percentual de crescimento populacional do município foi de 17,1%, o que significou um aumento de 126.325 habitantes. Por fim, entre 2010 e 2022, Maceió registrou o menor crescimento percentual do período estudado, de 2,77%, o que representa um acréscimo de 25.787 habitantes.

A análise dos dados indica ainda que o maior crescimento da população de Maceió no período estudado se concentrou entre 1970 e 2000, com aumento percentual médio de 46,96% a cada década, o que resultou no acréscimo de 544.091 habitantes ao município nesses 30 anos. Esse aumento é concomitante ao processo de expansão da área urbana de Maceió para os bairros da chamada “parte alta” da cidade, resultante, principalmente, da construção de empreendimentos imobiliários populares nessa região.

Ao tratarem sobre o tema, Correia Filho *et al.* (2019) afirmam que a partir da década de 1980 houve maior concentração de área construída na “parte alta” da cidade de Maceió por meio da edificação de novos conjuntos habitacionais populares, empreendidos, principalmente, nos bairros da Cidade Universitária e Benedito Bentes.

A história deste último, Benedito Bentes,

[...] começou em 1986, quando a Prefeitura de Maceió decidiu criar um projeto habitacional na região. Na época, o terreno onde hoje está o Benedito Bentes era ocupado por fazendas e sítios. A ideia era construir casas populares para atender a demanda por moradia na cidade. Ao longo dos anos, o bairro foi se desenvolvendo e se tornando cada vez mais importante (Ascom – FMAC, Prefeitura Municipal de Maceió, 2023).

Por sua vez, o bairro da Cidade Universitária surgiu junto aos esforços de implementação do *Campus* A. C. Simões da Ufal na década de 1960 e do HUPAA-Ufal na década de 1970. A consolidação e ampliação do bairro deu-se por meio da construção de diversos conjuntos habitacionais populares, a exemplo do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Conjunto Village Campestre e o Conjunto Graciliano Ramos (Bairros de Maceió, s.d.).

Atualmente, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 (Tabela 1), ambos os bairros Cidade Universitária e Benedito Bentes se destacam como os mais populosos de Maceió, com, respectivamente, 118.017 e 110.746 habitantes (IBGE, 2022). A diferença entre Benedito Bentes e o terceiro bairro mais populoso de Maceió, Jacintinho, é de 37.607 habitantes, sendo este último um bairro de ocupação bem mais antiga que os dois primeiros colocados.

Tabela 1 – População dos 10 bairros mais populosos de Maceió

Bairro	População
Cidade Universitária	118.017
Benedito Bentes	110.746
Jacintinho	73.139
Tabuleiro dos Martins	61.194
Clima Bom	50.386
Jatiúca	42.466
Ponta Verde	28.591
Feitosa	26.786
Serraria	26.590
Vergel do Lago	26.562

Fonte: IBGE (2022). Produção própria.

No entanto, a expansão desses bairros, classificada por André e Silva (2023, p. 101) como rápida, “[...] em virtude do grande número de complexos habitacionais”, repercutiu na produção de um espaço geográfico que, segundo Batista *et al.* (2001), é marcado pela alta densidade populacional e por um desenvolvimento urbano desordenado, por conta do baixo investimento público em serviços de infraestrutura urbana.

Tal cenário relaciona-se com o segundo processo citado: o baixo investimento, por parte da Seduc-AL, na edificação de infraestrutura educacional pública estadual nesses bairros de expansão urbana mais recente da “parte alta” de Maceió.

Como tratado previamente, o órgão da Seduc-AL responsável pela gestão das escolas estaduais que funcionam nos bairros da “parte alta” de Maceió é a 13ª Gerência Especial de Educação (GEE). A 13ª GEE responde pela gerência das unidades de ensino de educação básica da rede estadual de Alagoas situadas no município de Maceió entre a Praça Centenário, no bairro Farol, e toda a porção oeste do município, até o limite territorial da capital com o município de Rio Largo, o que inclui todos os bairros da “parte alta” e parte dos bairros da orla lagunar do município — como Fernão Velho, Rio Novo e Bebedouro.

O órgão fica situado no Cepa, no prédio que, no passado, servia como sede da administração e dos conselhos deliberativos e consultivos do Centro. Atualmente, a 13ª GEE é responsável pela gestão de 53 escolas de Maceió, o que inclui todas as instituições do Cepa. No Quadro 2 é possível apreciar o nome de cada uma dessas escolas, os bairros em que estão localizadas e as etapas de ensino básico por elas ofertadas.

Quadro 2 – Quadro com as instituições componentes da 13ª Gerência Especial de Educação (GEE)

(continua)

Unidade escolar	Bairro	Etapa de ensino ofertada
Escola Estadual Alberto Torres	Bebedouro	Ensino Fundamental II e EJA de nível Médio
Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho	Bebedouro	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Médio
Escola Estadual Rosalvo Ribeiro	Bebedouro	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Integral
Escola Estadual Aquilina Bulhões Barros	Benedito Bentes	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Dom Otávio Barbosa de Aguiar	Benedito Bentes	Ensino Fund. II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Fundamental e Médio
Escola Estadual Dr. Francisco Melo	Benedito Bentes	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Dr ^a Eunice de Lemos Campos	Benedito Bentes	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Integral e EJA de nível Médio
Escola Estadual Jornalista Lafaiete Belo	Benedito Bentes	Ensino Fundamental II e EJA Fundamental
Escola Estadual Marcos Antônio Cavalcanti Silva	Benedito Bentes	Ensino Médio Integral Integrado à Educação Profissional
Escola Estadual Pastor José Tavares de Souza	Benedito Bentes	Fundamental II e EJA Fundamental
Escola Estadual Deputado Rubens Canuto	Benedito Bentes	Fund. II, Ensino Médio regular e EJA Fundamental
Escola Estadual Prof ^a Josefa Conceição da Costa	Canãa	Fundamental I e II, Médio Regular e EJA Fundamental e Médio
Escola Estadual Dom Pedro II	Cepa/Farol	Ensino Fundamental II
Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio	Cepa/Farol	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Moreira e Silva	Cepa/Farol	Ensino Médio
Escola Estadual Princesa Isabel	Cepa/Farol	Ensino Médio
Escola Estadual Professor Afrânio Lages	Cepa/Farol	Ensino Médio
Escola Estadual Professor José da Silveira Camerino	Cepa/Farol	Ensino Médio
Escola Estadual Professora Laura Dantas Santos da Silva	Cepa/Farol	Ensino Fundamental II
Escola Estadual Professora Maria José Loureiro	Cepa/Farol	Ensino Fundamental II
Escola Estadual Teotônio Vilela	Cepa/Farol	Ensino Fundamental II
Escola Estadual João Paulo II	Chã da Jaqueira	Ensino Fundamental II e EJA de nível Fundamental
Escola Estadual Professora Adeilza Maria Oliveira	Chã da Jaqueira	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Médio
Escola Estadual Dr. Miguel Guedes Nogueira	Chã de Bebedouro	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Médio
Escola Estadual Jornalista Freitas Neto	Chã de Bebedouro	Ensino Fundamental I e EJA de nível Fundamental
Escola Estadual Geraldo Melo dos Santos	Cidade Universitária	Ensino Médio Integral Integrado à Educação Profissional e EJA de nível Médio
Escola Estadual Alfredo Gaspar de Mendonça	Cidade Universitária	Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Fundamental e Médio
Escola Estadual Maria Ivone Santos de Oliveira	Cidade Universitária	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Integral e EJA de nível Médio
Escola Estadual Prof ^a Maria Lúcia Lins de Freitas	Cidade Universitária	Ensino Fundamental II e EJA de nível Fundamental

Quadro 2 – Quadro com as instituições componentes da 13ª Gerência Especial de Educação (GEE)

(conclusão)

Unidade escolar	Bairro	Etapa de ensino ofertada
Escola Estadual Maria Salete Gusmão de Araújo	Clima Bom	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Integral e EJA de nível Fundamental e Médio
Escola Estadual Prof. José Remi Lima	Clima Bom	Ensino Fundamental II e EJA de nível Fundamental
Escola Estadual Deputado Nenoí Pinto	Clima Bom	Ensino Fundamental II e EJA de nível Fundamental
Escola Estadual Prof. Sebastião da Hora	Farol	Ensino Fundamental I e II
Escola Estadual Maria Amália	Fernão Velho	Ensino Fundamental I e II
Escola Estadual Padre Cabral	Fernão Velho	Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA de nível Médio
Escola Estadual Dep. Guilhermino de Oliveira	Gruta de Lourdes	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Professor Liberalino Bonfim de Oliveira	Rio Novo	Ensino Fundamental I
EEPTM - Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica Dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira	Santa Amélia	Ensino Médio Regular
Escola Estadual Profª Rosalva Pereira Viana	Santa Lucia	Ensino Fundamental I e II e EJA de nível Fundamental
Escola Estadual Santa Tereza D'ávila	Santo Amaro	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Onélia Campelo	Santos Dumont	Ensino Fundamental II e Ensino Médio regular
Escola Estadual Gilvana Ataíde Cavalcante Cabral	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Integral e EJA de nível Médio
Escola Estadual Cel. Francisco Alves Mata	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental I
Escola Estadual R. José Maria de Melo	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues	Tabuleiro do Martins	Ensino Médio Regular, EJA de nível Fundamental e Médio
Escola Estadual Manoel de Araújo Dória	Tabuleiro do Martins	Fundamental II e EJA Fundamental
Escola Estadual Otacilio Holanda de Andrade	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental I
Escola Estadual Ovídio Edgar de Albuquerque	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental II e Ensino Médio Regular
Escola Estadual Profª Benedita de Castro Lima	Tabuleiro do Martins	Fundamental II Médio Regular e EJA Médio
Escola Estadual Profª Margarez Maria Santos Lacet	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Fundamental e Médio
Escola Estadual Professora Irene Garrido	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Médio
Escola Estadual Rotary	Tabuleiro do Martins	Ensino Fundamental I e II
Escola Estadual Escola Estadual Romeu de Avelar	Tabuleiro Novo	Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e EJA de nível Fundamental e Médio

Fonte: Portal Alagoas em Dados e Informações (s.d.). Produzido pelo autor.

A apreciação dos dados no Quadro 2 comprova o baixo investimento em serviços de infraestrutura urbana nos bairros da “parte alta” da cidade de Maceió, que foi apontado por Batista *et al.* (2001), no que tange aos serviços educacionais prestados pela Seduc-AL. Por exemplo, é possível constatar que a Cidade Universitária, bairro mais populoso de Maceió (IBGE, 2022), dispõe somente de quatro escolas estaduais para atender toda a população da localidade.

O cenário se agrava quando são consideradas unicamente as escolas com ofertas de turmas públicas de Ensino Médio do bairro, uma vez que, diferente das vagas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, que são ofertadas em concomitância pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed-Maceió) e pelo Governo do Estado de Alagoas, as vagas de Ensino Médio (regular e Eja) são oferecidas somente pela Seduc-AL²¹.

Conforme dados oficiais da 13ª Gerência Especial de Educação (GEE), apresentados no Quadro 2, o bairro Cidade Universitária conta com três instituições que oferecem turmas de nível médio: a Escola Estadual Geraldo Melo dos Santos, localizada no Conjunto Graciliano Ramos; a Escola Estadual Alfredo Gaspar de Mendonça, situada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo; e a Escola Estadual Maria Ivone Santos de Oliveira, no Conjunto Cidade Universitária.

Com base nos dados do Censo Escolar de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Escola Estadual Geraldo Melo dos Santos ofertava, naquele ano, 584 vagas para turmas de Ensino Médio. Já a Escola Estadual Alfredo Gaspar de Mendonça disponibilizava 433 vagas, enquanto a Escola Estadual Maria Ivone Santos de Oliveira oferecia 336 vagas para a mesma etapa da educação básica (Inep, 2023).

Tais dados indicam que, em todo o bairro da Cidade Universitária, o mais populoso de Maceió — dispondo de uma população de 118.017 habitantes (IBGE, 2022) —, são ofertadas somente 1.353 vagas das três séries do Ensino Médio em instituições geridas pela Seduc-AL.

A situação no bairro Benedito Bentes é semelhante. Embora o bairro conte com oito escolas estaduais que atendem a diferentes etapas da educação básica, apenas quatro delas disponibilizam vagas para as três séries do Ensino Médio, seja na modalidade regular ou no

²¹ Além da Seduc-AL, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) também oferta vagas públicas de Ensino Médio em diversas cidades do estado. No entanto, as vagas de nível médio ofertadas pelo Ifal têm caráter distinto daquelas oferecidas pela Seduc-AL, uma vez que são vagas integradas a cursos de nível técnico e o seu acesso não é democrático e universal como o das vagas ofertadas pela Seduc-AL, fazendo-se necessária prévia aprovação em processo seletivo anual promovido pelo Instituto.

Ejai de nível médio, o que restringe o acesso dos moradores locais a essa etapa essencial da formação educacional.

Uma dessas instituições é a Escola Estadual Dom Otávio Barbosa de Aguiar, que, conforme o Censo Escolar de 2023, disponibilizava, naquele ano, 672 vagas para o Ensino Médio. Já a Escola Estadual Dra. Eunice de Lemos Campos oferecia, no mesmo período, 516 vagas nessa etapa de ensino. Por sua vez, a Escola Estadual Marcos Antônio Cavalcanti Silva contava com 431 vagas, enquanto a Escola Estadual Deputado Rubens Canuto ofertava 512 vagas para o nível médio, segundo dados do Inep (2023).

Com base nestes números, a Seduc-AL ofertou 2.131 vagas gratuitas das três séries de nível médio em todo o bairro do Benedito Bentes no ano de 2023. Apesar do número de vagas oferecidas no Benedito Bentes ser maior que aquele disponibilizado pela Seduc-AL na Cidade Universitária, ainda é pequeno frente a real demanda por vagas no bairro, especialmente se levado em consideração que ambos seguem em processo de expansão urbana, por meio da construção de novos empreendimentos imobiliários.

Ainda com base nos dados apresentados no Quadro 2, é importante considerar a situação de outros bairros menos populosos da “parte alta” de Maceió quanto à oferta dos serviços da Seduc-AL. A Gruta de Lourdes, por exemplo, dispõe de uma única escola estadual, a Escola Estadual Deputado Guilhermino de Oliveira, que oferta somente turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

O mesmo acontece com os bairros Santa Lucia, Rio Novo e Santo Amaro, que não dispõem de infraestrutura educacional de nível médio pública, contando somente com escolas com oferta de turmas de nível fundamental, sendo essas, respectivamente: a Escola Estadual Profa. Rosalva Pereira Viana (Santa Lucia – Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ejai de nível Fundamental), a Escola Estadual Professor Liberalino Bonfim de Oliveira (Rio Novo – Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e a Escola Estadual Santa Tereza D'ávila (Santo Amaro – Anos Iniciais do Ensino Fundamental).

A inexistência de infraestrutura escolar de nível médio nesses bairros e a infraestrutura deficitária e insuficiente ofertada pela Seduc-AL em bairros como Benedito Bentes e Cidade Universitária, obrigam pais e estudantes residentes dessas localidades a buscarem vagas em outras partes do município de Maceió.

O principal local de recepção desses estudantes é o Cepa, que conta com oferta de vagas de educação básica pública que sobrepõem a real necessidade do bairro onde está localizado, o Farol. Haja visto que se trata de um bairro com 17.789 habitantes (IBGE, 2022) e que tem um

perfil de moradores majoritariamente de classe média, que geralmente buscam vagas na rede privada de educação.

Assim, as vagas do Cepa são predominantemente ocupadas por estudantes da “parte alta” de Maceió que não encontram vagas próximas às suas residências e precisam se deslocar diariamente para o Centro. Esse quadro pode ser vislumbrado por meio da apreciação dos dados levantados junto a uma das escolas do Cepa.

A Instituição em questão, a Escola Estadual Professor Afrânio Lages, foi fundada no ano de 1980 na gestão do governador Guilherme Palmeira. Desde o início de suas atividades, a instituição ofertou turmas em variados níveis de ensino, dos anos finais do Ensino Fundamental ao nível técnico. Atualmente, a escola oferta somente vagas regulares nas três séries do Ensino Médio, em regime de tempo integral.

Os dados descritos na Tabela 2 foram coletados em novembro de 2023 junto à secretaria da Escola Estadual Professor Afrânio Lages e correspondem aos bairros em que residiam cada um dos 300 estudantes matriculados na instituição ao longo daquele ano letivo.

Tabela 2 – Distribuição de estudantes residentes na cidade de Maceió e matriculados no Colégio Estadual Professor Afrânio Lages – Cepa

(continua)

Bairro	Frequência Absoluta	Frequência relativa
Benedito Bentes	87	29,0%
Cidade Universitária	69	23,0%
Petrópolis	33	11,0%
Serraria	12	4,0%
Clima Bom	11	3,7%
Bom Parto	10	3,3%
Tabuleiro do Martins	10	3,3%
Feitosa	7	2,3%
Antares	6	2,0%
Chã da Jaqueira	6	2,0%
Farol	6	2,0%
Barro Duro	5	1,7%
Santa Lúcia	5	1,7%
Gruta de Lourdes	4	1,3%
Pinheiro	4	1,3%
Canaã	3	1,0%
Jacarecica	3	1,0%
Ouro Preto	3	1,0%
Rio Novo	3	1,0%
Santos Dumont	3	1,0%
São Jorge	2	0,7%
Bebedouro	1	0,3%
Centro	1	0,3%

Tabela 2 – Distribuição de estudantes residentes na cidade de Maceió e matriculados no Colégio Estadual Professor Afrânio Lages – Cepa

(conclusão)		
Bairro	Frequência Absoluta	Frequência relativa
Jatiúca	1	0,3%
Levada	1	0,3%
Mutange	1	0,3%
Ponta Grossa	1	0,3%
Santa Amélia	1	0,3%
Vergel do Lago	1	0,3%
Total de estudantes	300	

Fonte: Produção Própria (2023).

Conforme análise da Tabela 2, observa-se que a parcela de estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages residente nas imediações do Cepa (especificamente nos bairros do Farol e do Pinheiro²²) é composta por apenas 10 alunos, o que equivale a 3,3% do total de matriculados na instituição. Tal informação demonstra que o público majoritário da escola não pertence à comunidade do bairro em que está inserida, mas trata-se de estudantes que, em sua maioria, são advindos de outras partes de Maceió.

Também é possível inferir, a partir da Tabela 2, que somente uma pequena parcela dos estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages reside em localidades situadas nas orlas marítima e lagunar do município. Trata-se de um total de 22 educandos, 7,1% do total de alunos, que moram nos bairros do Bom Parto (10), Jacarecica (3), Rio Novo (3), Bebedouro (1), Centro (1), Levada (1), Ponta Grossa (1) e Jatiúca (1).

O restante dos estudantes da instituição, 84,6% do total, que representam a maioria absoluta dos matriculados, residem em bairros da periferia de Maceió situados na “parte alta” da cidade, onde, como tratado anteriormente, não há oferta, por parte da Seduc-AL, de infraestrutura educacional gratuita adequada à real demanda existente por educação pública, especialmente de vagas de nível médio.

Essa afirmação é corroborada pela análise dos dados dos bairros que ocupam as primeiras posições na Tabela 2. O Benedito Bentes é a residência de 87 dos 300 alunos da Escola Estadual Professor Afrânio Lages, o que corresponde a 29% do total de matriculados. Por sua vez, 69 estudantes da instituição moram no bairro Cidade Universitária, o que representa 23% do contingente estudantil da escola.

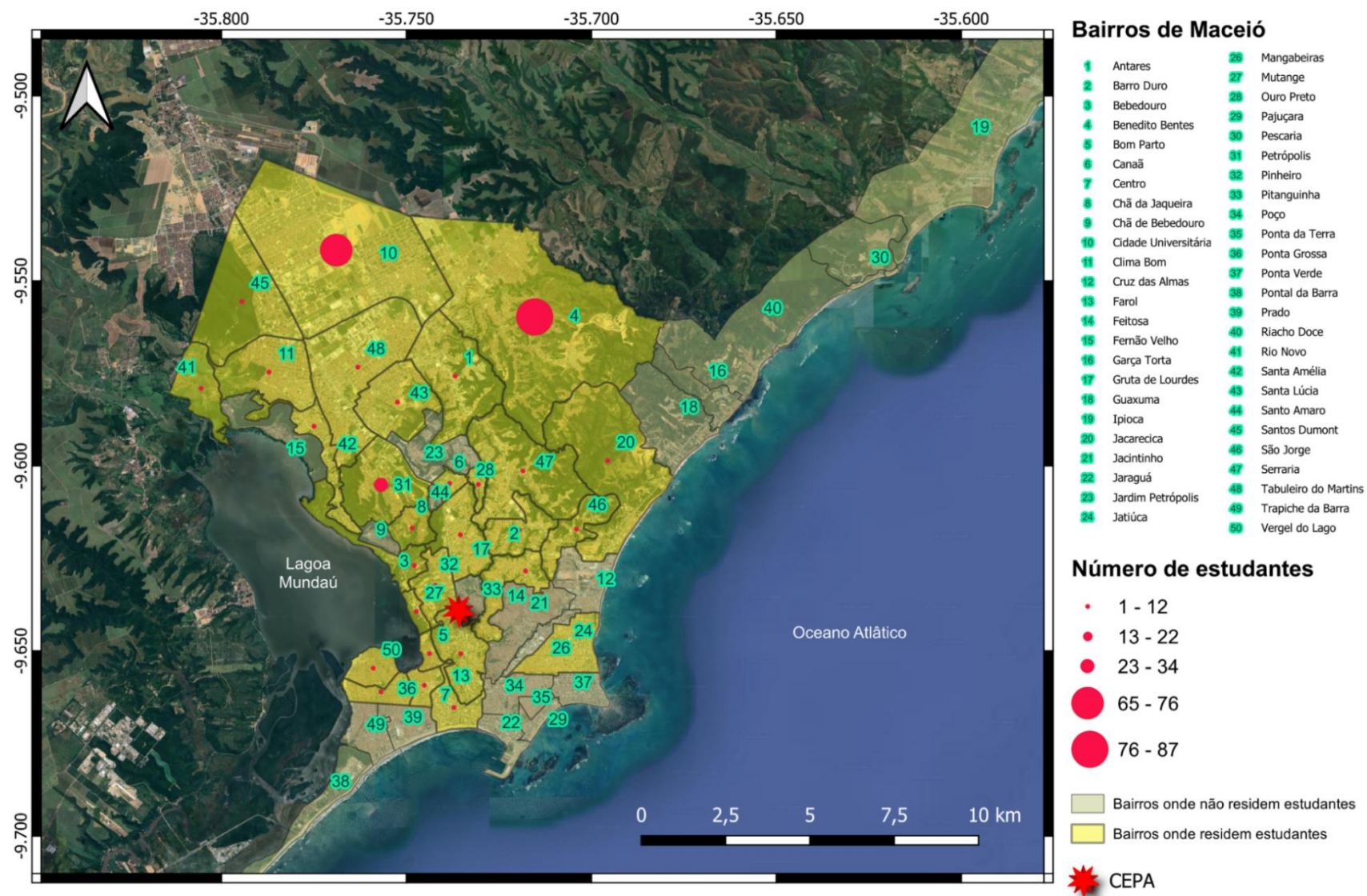
²² Apesar de estar localizado no bairro Farol, o Cepa situa-se no limite entre o bairro do Farol e o do Pinheiro. Assim, o Centro pode ser facilmente acessado por moradores e estudantes de ambos os bairros a pé, sem a necessidade de recorrer a transporte público.

Desta forma, o número de alunos da Escola Estadual Professor Afrânio Lages residentes no bairro Benedito Bentes ou na Cidade Universitária soma um total de 156 estudantes, o que corresponde a 52% do número total de matriculados na instituição. Este quadro indica a necessidade que os moradores desses bairros têm de buscar vagas em outras partes da cidade, especialmente no Cepa, por não haver vagas suficientes em escolas próximas às suas residências.

Outra localidade de origem de diversos estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages é o bairro Petrópolis. Ao todo, 33 estudantes da escola são residentes deste bairro, o que representa 11% do total de alunos da instituição. Assim como Benedito Bentes e Cidade Universitária, Petrópolis é um bairro de expansão urbana recente, especialmente advinda da construção de empreendimentos habitacionais populares no local, que não foi acompanhada pela edificação de infraestrutura educacional adequada por parte da Seduc-AL na localidade.

De modo a facilitar a compreensão da distribuição dos locais de residência dos 300 estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages entre os bairros de Maceió e o distanciamento entre essas localidades e o Cepa, subsequentemente, na Figura 39, estão cartografados os dados que serviram para a construção da Tabela 2.

Figura 39 – Bairros de residência dos estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages



Produção: Murilo Mendonça Souza e Matheus Sales Barbosa (2024).

Por meio da apreciação do mapa, ratifica-se que a maior parte das residências dos estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages está distribuída entre bairros da “parte alta” de Maceió, com especial destaque para os já citados Benedito Bentes, Cidade Universitária e Petrópolis.

Outro fator que pode ser dimensionado por meio do mapa é o distanciamento dos bairros em que reside a maior parte dos estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages e o Cepa. De modo a aprimorar essa compreensão, a Tabela 3 apresenta as distâncias, em quilômetros e os tempos estimados de viagem entre o Cepa e os bairros da Cidade Universitária, Benedito Bentes e Petrópolis. As informações foram obtidas por meio da ferramenta de cálculo de distâncias e rotas de transporte da plataforma *Google Maps*.

Tabela 3 – Distância entre o Cepa e os bairros Cidade Universitária, Benedito Bentes e Petrópolis

Bairro	Distância até o Cepa	Tempo estimado de viagem
Cidade Universitária	14,9 km	56 minutos
Benedito Bentes	14,8 km	50 minutos
Petrópolis	8 km	38 minutos

Fonte: Ferramenta *Google Maps*. Produção Própria (2024).

Com bases nos dados da Tabela 3, é possível inferir que os 156 estudantes da Escola Estadual Professor Afrânio Lages residentes nos bairros Cidade Universitária e Benedito Bentes precisam viajar diariamente quase 30 quilômetros para irem e voltarem todos os dias da escola. Estima-se que cada parte do deslocamento dura, em condições de trânsito livre, quase 1 hora, resultando em 2 horas gastas diariamente entre ida e volta da escola.

O deslocamento é menor, mas ainda grande para os 33 estudantes da escola que residem no bairro Petrópolis e que, nos trajetos de ida e volta ao Cepa, viajam 16 quilômetros, o que se estima representar cerca de 1 hora e 20 minutos de traslado diário. O tempo de deslocamento para estes e outros bairros de Maceió, tendo como origem a Escola Estadual Professor Afrânio Lages, pode ser acrescido em casos de congestionamentos nas principais avenidas da cidade, o que acontece com certa frequência nos horários de pico, em que o fluxo de veículos em trânsito aumenta.

O transporte dos alunos da Escola Estadual Professor Afrânio Lages e do restante dos estudantes das instituições do Cepa é realizado pela própria Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL), que disponibiliza ônibus escolares gratuitos com destino a todas as localidades da “parte alta” de Maceió donde há estudantes matriculados em escolas do Centro.

A Figura 40 mostra um dos locais onde os ônibus escolares do Cepa ficam estacionados durante os períodos em que não estão em uso, em frente à Escola Estadual Teotônio Vilela. Por sua vez, a Figura 41 é um registro feito por volta das 17h30 de um dia letivo, horário em que, após liberados das escolas, os estudantes do Cepa aguardam para embarcar nos ônibus que costumam sair do Centro por volta das 18h00 em direção aos bairros da “parte alta” de Maceió.

Figura 40 – Local onde os ônibus escolares do Cepa costumam ficar estacionados durante o dia



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 41 – Registro feito do alto da “passarela do Cepa” do momento de embarque dos estudantes após um dia letivo, ao anoitecer



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Este transporte diário dos milhares de estudantes entre os bairros da “parte alta” de Maceió e o Cepa resulta em gastos de recursos públicos destinados à educação que poderiam ser revertidos para fomento de outros aspectos da educação pública alagoana. Mais do que isso, tal quadro configura-se como um dos sintomas de que a permanência das atividades do Cepa nos moldes atuais é incoerente e anacrônica.

Ao não ofertar vagas suficientes de educação básica pública nos bairros da “parte alta” de Maceió e, conseqüentemente, próximas da residência dos estudantes que as, a Seduc-AL obriga que milhares de crianças e adolescentes se desloquem diariamente para estudar nas instituições do Cepa em percursos (ida e volta) que podem ultrapassar trinta quilômetros de distância e duas horas de duração.

Mais do que isso, a Seduc-AL contraria determinações legais como o parágrafo VI do art. 2º do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* (MEC, 2007), que estabelece como uma de suas diretrizes “[...] matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência”, e também o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que diz que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: [...] V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019) (Brasil, 1990).

Um trajeto diário para a escola (ida e volta) de duas horas, como o enfrentado por parte dos estudantes do Cepa moradores de bairros como Benedito Bentes e Cidade Universitária, pode gerar cansaço e estresse significativos em crianças e adolescentes (Martins, 2010), o que pode comprometer seu bem-estar físico e emocional. Esse desgaste contínuo pode acarretar dificuldades de aprendizagem, desmotivação em relação à educação formal e, em muitos casos, tornar-se obstáculo à permanência escolar, aumentando, assim, o risco de evasão.

Os longos deslocamentos diários também podem comprometer a rotina extracurricular dos estudantes, limitando suas oportunidades de participar de atividades não escolares que poderiam enriquecer seu desenvolvimento cognitivo e pessoal, além de diminuir o tempo de convívio familiar e com a comunidade local de onde residem (Martins, 2010).

Ademais, tal distanciamento dificulta a presença dos responsáveis pelos educandos no ambiente escolar, uma vez que, assim como os alunos, estes também residem distante do Cepa. Este quadro pode gerar maiores desafios para a integração da escola com a comunidade na qual está inserida e comprometer a aprendizagem dos estudantes, visto que, como salientam Almeida

e Martinui (2021), a presença de pais, mães e responsáveis no ambiente escolar é essencial para o sucesso do processo educativo.

Tal cenário reforça desigualdades educacionais, como as discutidas por Ernica e Rodrigues (2020), uma vez que estudantes que residem mais distante da escola enfrentam maiores dificuldades para a permanência escolar. A pesquisa de Ernica e Rodrigues (2020) evidencia que, nas metrópoles brasileiras, há uma distribuição desigual de oportunidades educacionais, especialmente em áreas de concentração de pobreza — como é o caso dos bairros da “parte alta” de Maceió —, se comparadas a regiões mais centrais e mais ricas.

Nesses locais, a oferta precária de serviços públicos, incluindo a educação, isola e sobrecarrega as escolas, que atendem majoritariamente estudantes de baixa renda e enfrentam demandas para as quais não possuem condições estruturais, pedagógicas e administrativas adequadas (Ernica; Rodrigues, 2020), como o caso das referidas escolas da Seduc-AL situadas em bairros como Benedito Bentes e Cidade Universitária.

Essa realidade reflete um cenário de distribuição desigual de oportunidades educacionais no qual as escolas localizadas em bairros periféricos são também as mais carentes de recursos e suporte por parte do poder público para proporcionar uma educação de qualidade (Ernica; Rodrigues, 2020), e, por diversas vezes, sequer conseguem absorver toda a demanda por vagas existentes nas comunidades em que estão inseridas, como também é o caso das escolas geridas pela Seduc-AL na “parte alta” de Maceió.

Esse cenário evidencia como estudantes residentes em áreas periféricas enfrentam desafios significativos tanto no acesso quanto para terem sucesso na trajetória escolar. No caso dos estudantes que vivem nos bairros da “parte alta” de Maceió, as desigualdades educacionais discutidas por Ernica e Rodrigues (2020) manifestam-se, entre outros aspectos, na necessidade de longos e exaustivos deslocamentos diários até o Cepa. Essa realidade decorre da ausência de uma estrutura educacional pública adequada nesses bairros, apesar das diretrizes legais que determinam sua oferta, revelando a negligência da Seduc-AL na garantia do direito à educação de qualidade para essas populações

Diante de todo o exposto, ratifica-se que, em meados da segunda década do século XXI, junto a um contexto marcado por transformações urbanísticas e sociais ocorridas em Maceió nos últimos anos, a continuidade das atividades do Cepa enquanto núcleo especializado na oferta de educação básica pública já não reflete os mesmos ideais concebidos por seu fundador, professor Ib Gatto Falcão.

Tais transformações resultaram em impactos diretos na função socioespacial desempenhada pelo Centro, distanciando-o, em certa medida, de sua proposta original de ser

um núcleo educacional integral de promoção da educação e da ciência acessível à população. Diferente disso, o Cepa tornou-se o local de estudo para um público residente em bairros periféricos e que não encontra vagas em escolas perto de casa, necessitando submeter-se a viagens diárias para ter acesso à educação.

Somando-se ao fechamento de importantes equipamentos públicos integrantes do Cepa, debatido anteriormente, o distanciamento geográfico entre a residência dos estudantes e o Centro desponta como fator crucial no processo que vem sendo analisado nesta dissertação. Na sequência, serão examinados os impactos provocados pela implantação de uma via expressa urbana no Cepa — o “Eixo Cepa” — e sua influência na dinâmica espacial do local.

4.3 O eixo viário do Cepa e seus desdobramentos no Centro

Assim como diversos outros municípios brasileiros de médio e grande porte, Maceió tem enfrentado, nas últimas décadas, desafios quanto à sua mobilidade urbana, resultantes, dentre diversos outros fatores, do aumento da sua frota de veículos motorizados e da carência de investimentos públicos em obras de planejamento urbano e engenharia de tráfego (Nader, 2019).

De acordo com os levantamentos da frota de veículos dos municípios brasileiros, realizados anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi registrado um crescimento de 53,3% no número de veículos motorizados (automóveis e motocicletas) no município de Maceió entre os anos de 2013 e 2023. Segundo esta pesquisa, a capital alagoana possuía, em 2013, uma frota total de 266.465 veículos, por sua vez, em 2023, o número registrado foi de 408.561 veículos, o que representou aumento de 142.096 veículos em um intervalo de dez anos (IBGE, 2023).

Ademais, ainda é preciso considerar que o fluxo de veículos em Maceió não é somente resultado do trânsito diário dos automóveis e motocicletas registrados no município, mas também de veículos advindos de outras partes do estado de Alagoas, que trazem pessoas que precisam se locomover até a capital para diversos fins — como compras, estudos e acesso aos serviços de saúde (Fausto Filho, 2018).

Tais fluxos se concentram, principalmente, nas chamadas vias arteriais da cidade, as avenidas Fernandes Lima, Menino Marcelo (Figura 42) e Durval de Góes Monteiro, que se consolidaram como as principais rotas de escoamento do trânsito da cidade e registram os maiores índices de lentidão no trânsito e engarrafamentos de Maceió (Almeida, 2022).

Figura 42 – Avenida Menino Marcelo, importante via de trânsito urbano que liga a “parte alta” de Maceió ao restante do município



Fonte: Portal TPF Engenharia (2024). Autor desconhecido.

A respeito das atuais condições do trânsito de Maceió, em entrevista ao portal *TNH1 Alagoas* em 2024, o engenheiro civil e especialista em mobilidade urbana Antônio Monteiro salienta que o aumento da frota de veículos na cidade está diretamente ligado à oferta precária de transporte público de qualidade em diversas partes da capital, o que faz com que a população invista em transporte individual (carro ou moto) para se locomover no dia a dia (TNH1 Alagoas, 2024). Ainda segundo Antônio Monteiro,

Esse crescimento é reflexo de um problema que se arrasta há anos. Em Maceió, não temos transporte público em massa, por exemplo, trens ou até mesmo o BRT. Também não temos muitas ciclovias. Isso dificulta a locomoção da população, que tem necessidade de investir em um transporte individual. [...]. A consequência disso tudo é o aumento no número de acidentes, principalmente envolvendo motocicletas. Outra consequência é a perda de tempo para se locomover na cidade, já que o trânsito aumentou (TNH1 Alagoas, 2024).

Ao tratarem do tema, André e Silva (2023) afirmam que Maceió possui vários percalços quando se trata de mobilidade urbana, o que resulta num quadro em que até mesmo a realização de pequenos deslocamentos tem sido prejudicada, em razão, por exemplo, da baixa efetividade e da pouca regularidade dos transportes coletivos da cidade.

Em sintonia com tais explicações, Costa *et al.* (2018a) afirmam que, para além do aumento do número de veículos, os problemas de mobilidade urbana em Maceió estão relacionados à falta de planejamento racional do uso e da ocupação do solo do município. Segundo os autores, Maceió passou por um crescente e acelerado processo de urbanização ao longo de sua história recente e, ainda hoje, a cidade precisa lidar com as consequências da falta

de planejamento deste processo construtivo, somado ao seu crescimento populacional, o que demanda obras públicas de redesenho urbano, principalmente em relação à sua mobilidade (Costa *et al.*, 2018a).

Frente a tais desafios elencados pelos autores, a Prefeitura Municipal de Maceió e o Governo do Estado de Alagoas têm buscado alternativas para implementar mudanças na capital que desafoguem o trânsito em suas principais vias. Um desses empreendimentos de mobilidade executados nos últimos anos pelo poder público local afeta diretamente o Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa), objeto de estudo desta pesquisa.

Trata-se do Eixo Cepa, que, assim como o Eixo Quartel, é um eixo viário proposto pela administração do estado de Alagoas no ano de 2016, na gestão do então governador Renan Calheiros Filho (2015-2022), para desafogar o intenso trânsito de veículos automotivos da Avenida Fernandes Lima por meio de rotas alternativas que cruzam os bairros da Gruta de Lourdes, do Pinheiro e do Farol (Valor Mercado, 2016).

De acordo com Costa *et al.* (2018b), o Eixo Cepa possui nove quilômetros de extensão e formato binário — duas vias paralelas, de mão única, em sentidos contrários — que servem como meio de escoamento do trânsito para a otimização do tráfego de veículos na área, tornando-se assim uma alternativa à Avenida Fernandes Lima para conectar as partes “alta” e “baixa” de Maceió.

Como é possível constatar pela ilustração produzida pela Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano de Alagoas (Setrand-AL) (Figura 43), o Eixo Cepa tem início nas proximidades da sede alagoana do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), no bairro da Gruta de Lourdes, cruza ruas do bairro do Pinheiro e se estende às ruas Frei Caneca e Luiz de Mascarenhas, no bairro do Farol, nas proximidades da Ladeira do Teobaldo, que marca o limite do Farol com o bairro Cambona.

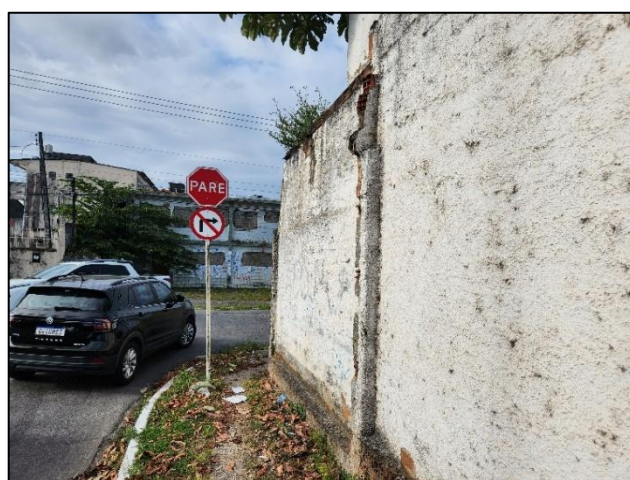
Como resultado da implementação do Eixo Cepa e da crise socioambiental promovida pela Braskem S.A. em Maceió (que resultou na desocupação de milhares de casas no bairro Pinheiro e Farol vizinhas ao Cepa), a entrada do Centro que dava acesso à Rua Jerusalém (Figura 41) foi fechada e uma avenida de trânsito urbano foi instalada em meio ao Centro. A via foi edificada por meio da desapropriação de residências e da demolição de partes dos muros (Figuras 45 e 46) que separavam o Cepa da Rua Clementino do Monte, no Farol, e da Rua Miguel Palmeira, no bairro do Pinheiro, criando assim um acesso direto entre elas.

Figura 45 – Parte do muro derrubado para construção do Eixo Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 46 – Parte do muro derrubado para construção do Eixo Cepa no limite com a Rua Miguel Palmeira, no bairro do Pinheiro



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

A criação desta via resultou na segregação do Centro em duas partes, separadas por uma avenida de trânsito automotivo constante. A primeira delas é composta pela maioria das

instituições do Cepa, como a Escola Estadual Moreira e Silva, a Escola Estadual Princesa Isabel, o Setor de Recursos Humanos (SRH) da Seduc-AL e a 13ª Gerência Especial de Educação (GEE), que estão situadas na parcela do Centro entre a Avenida Fernandes Lima e o limite com o Eixo Cepa.

Na outra parte do Centro ficam localizadas a Escola Estadual Professor Afrânio Lages, a Escola Estadual Maria Rosália Ambrózzio, o Centro de Formação de Professores Ib Gatto Falcão (Cenfor) e o Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (Cecite). Para mover-se entre as duas partes do Centro, é preciso atravessar o Eixo Cepa (Figura 47) em meio a um trânsito de veículos geralmente intenso, o que pode ser perigoso à integridade física dos pedestres, uma vez que não há recursos que tornem a travessia menos insegura, a exemplo da correta sinalização de trânsito ou de um semáforo.

Figura 47 – Eixo Cepa. Ao lado esquerdo situa-se o prédio sede do Cenfor. Ao lado direito está o prédio que sediou a Escola Estadual José Correia da Silva Titara



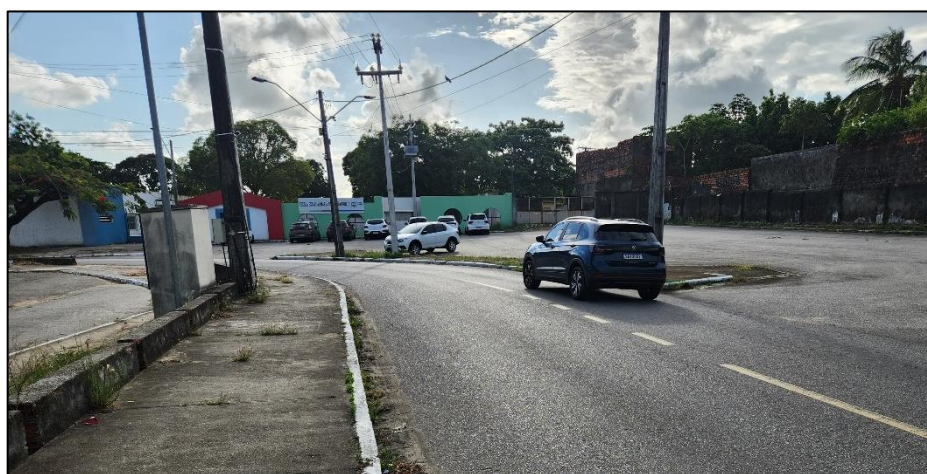
Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

O referido quadro se opõe à proposta basilar do CEM/Cepa, pensada pelo seu fundador professor Ib Gatto Falcão, que era a de edificar um Centro de educação básica que gozasse de certa unidade e integração e tivesse como um dos pilares educativos baseado na interação entre as instituições do Centro e entre as comunidades acadêmicas das diferentes escolas, por meio do trânsito dos educandos por variados espaços formativos (Lins; Santos, 2005).

Ao construir um eixo viário que fragmenta o Cepa em duas partes distintas, o Governo de Alagoas promoveu mudanças no Centro que podem dificultar a integração entre as instituições que o compõem. Isto se dá em decorrência do eixo viário ajuda a restringir o acesso

dos educandos às atividades extracurriculares promovidas por unidades como o Cecite e o Centro de Desportos e Recreação (CDR), uma vez que, para chegar a tais locais, precisam atravessar o Eixo Cepa, uma tarefa arriscada, sobretudo para crianças (Figura 48), devido ao fluxo intenso e contínuo de veículos, cenário agravado pela insuficiência de sinalização adequada no local.

Figura 48 – Fluxo de carros em frente à Escola Estadual Maria Rosália Ambrózzio, que atende a estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e fica situada às margens do Eixo Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Ademais, diferente do passado, em que a entrada do Cepa era limitada aos dois locais de acesso oficiais ao Centro (pórtico da Fernandes Lima e entrada da Rua Jerusalém), que contavam com guarita de vigilância, a partir da criação do eixo Cepa a entrada de pessoas estranhas à instituição — que estão somente cortando caminho pelo Centro — aumentou, o que tornou mais inseguros o livre trânsito e a interação entre os estudantes nos espaços dedicados à recreação e à socialização do Cepa (Figura 25 – A, B, C, D, E e F). A partir da criação do eixo, os educandos do Centro podem ser abordados mais facilmente por desconhecidos que não fazem parte da comunidade acadêmica do Cepa ao transitarem pelas dependências do local.

Outrossim, além do trânsito constante de carros de passeio e motocicletas, o fluxo no Eixo Cepa também é composto por veículos de maior porte — como vans e pequenos veículos urbanos de carga —, além de por veículos pesados, como ônibus (Figura 47) e caminhões. Nas visitas de campo realizadas ao Centro entre os anos de 2023 e 2024, foi possível registrar diversos episódios em que veículos do tipo cruzam o Cepa para cortar caminho (Figuras 49 e 50) em direção a outras partes de Maceió, transportando cargas diversas, como alimentos e materiais de construção civil.

Figura 49 – Trânsito de caminhão com materiais de construção em trânsito pelo Eixo Cepa



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 50 – Trânsito de caminhão de empresa de alimentos no ‘Eixo Cepa’, em frente à Escola Estadual Professora Laura Dantas



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

O fluxo desse tipo de veículos nas imediações de escolas em que há movimentações regulares de crianças e adolescentes, pode acarretar o aumento dos riscos de acidentes graves que comprometam a integridade física dos estudantes e servidores do Cepa. Além disso, o constante trânsito de veículos desse gênero no Eixo Cepa pode resultar no aumento da poluição sonora nas proximidades das instituições de ensino, aspecto que, segundo Grillo e Freitas (2021), pode gerar consequências negativas graves para o processo de ensino-aprendizagem.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a segregação física provocada pela criação do Eixo Cepa gerou impactos significativos na integração das instituições que compõem o Centro e na interação entre seus estudantes e servidores. A concepção arquitetônico-pedagógica original de um núcleo educacional unificado, idealizado como espaço onde toda sua

comunidade acadêmica pudessem conviver, compartilhar experiências e utilizar áreas comuns de forma plena (Lins; Santos, 2005), foi prejudicada pela divisão ocasionada pelo eixo viário.

Esse quadro demonstra — assim como o fechamento de algumas das instituições componentes do Cepa debatido anteriormente — a mudança na forma como o governo de Alagoas tem tratado a oferta de educação pública no estado (desde a criação do Cepa até a atualidade) e também reflete a crescente influência do pensamento liberal na gestão do Estado, que não se furtou de tomar uma decisão que acelerou o processo de sucateamento de uma das principais ferramentas educacionais de Alagoas, o Cepa, em prol da construção de uma avenida de trânsito urbano, sob a justificativa da economia de tempo de viagem dos motoristas da capital alagoana, sem considerar o impacto estrutural e simbólico dessa intervenção no Centro.

Esse cenário insere-se no processo de desmonte da educação pública brasileira, intensificado nas últimas décadas, conforme discutido por Oliveira e Barão (2020). Os autores argumentam que esse desmonte se manifesta, entre outras formas, por meio da precarização do trabalho docente e do sucateamento físico das instituições educacionais. Segundo os autores, a intensificação da acumulação do grande capital desde a década de 1970 tem concentrado suas estratégias de dominação na superexploração da força de trabalho e, consequentemente, na precarização das condições de vida do conjunto dos trabalhadores, a partir, dentre outras formas, do sucateamento da oferta de serviços públicos, como a educação (Oliveira; Barão, 2020).

Desta maneira, é salutar considerar que o sucateamento e o desmonte do Cepa aqui retratados que, longe de serem meros efeitos colaterais, insere-se em um contexto mais amplo de desmonte das políticas públicas educacionais, pautado na redução de investimentos públicos que, no caso do Cepa, materializou-se por meio da conversão de espaços destinados à formação da população em ferramentas para atender a setores administrativos da Seduc-AL e na construção de um “atalho” para desafogar o trânsito de veículos automotores na Avenida Fernandes Lima.

O Estado de Alagoas, ao adotar essa postura, compromete o direito à educação de qualidade e perpetua um modelo de gestão que desvaloriza o papel histórico e social do Cepa na formação da população alagoana, e que, somado aos fatores anteriormente discutidos, contribui para o processo de declínio da função socioespacial do Centro enquanto aparelho público de educação básica tratado nesta dissertação.

A seguir, os impactos gerados no Cepa pelo desastre socioambiental causado pela Braskem S. A. em Maceió serão apresentados e debatidos com maior detalhamento.

4.4 O desastre socioambiental da Braskem S. A. e seus desdobramentos no Cepa

O desastre socioambiental decorrente da subsidência de parte do solo urbano de Maceió, iniciado em 2018, está profundamente relacionado à intensificação da exploração mineral no estado de Alagoas, resultante da descoberta de sal-gema em seu subsolo. Sobre esse mineral, Teixeira *et al.* (2020) explicam que, assim como o sal marinho, o sal-gema é uma das formas do cloreto de sódio (NaCl) que também é conhecido como halita. O sal-gema, em particular, é uma matéria-prima essencial à indústria química, servindo como a principal fonte de cloro e de seus derivados, além de ter ampla aplicação na alimentação humana (Teixeira *et al.*, 2020).

A exploração deste mineral em Alagoas remonta a meados do século XX e antecede a atuação da Braskem S. A. em solo alagoano. De acordo com Pinho (2024), a descoberta deste minério em Alagoas aconteceu quando as sondas do Conselho Nacional de Petróleo perfuraram os manguezais da região do bairro Mutange em 1941 e ali encontraram um leito de sal-gema de alta pureza.

No entanto, somente 26 anos depois da descoberta, em 1967, foram realizados estudos geológicos que identificaram um conteúdo de 3 bilhões de toneladas de sal-gema nas minas. Deste montante, apenas 125 milhões de toneladas constituíam reserva recuperável, uma vez que já havia, desde aquela época, indícios de que a exploração poderia acarretar no afundamento do solo de bairros maceioenses, como Bebedouro e Mutange (Lustosa, 1997 *apud* Pinho, 2024).

A extração do minério ganhou impulso definitivo em 1976, com a criação da empresa estatal Salgema Indústria Química S. A., em meio aos projetos desenvolvimentistas do governo ditatorial cívico-militar brasileiro (1964-1985). A empresa foi criada com o objetivo de extrair a matéria prima disponível em abundância no subsolo de Maceió e de produzir cloro e soda cáustica na planta fabril localizada no bairro do Pontal da Barra (Figura 51), região sul de Maceió, nas proximidades da orla litorânea do município — localização estratégica, pensada para facilitar o lançamento dos efluentes líquidos resultantes do processo de beneficiamento industrial da sal-gema e para o rápido escoamento da produção por meio do porto de Maceió (Pinho, 2024).

Figura 51 – Planta Fabril da antiga Salgema Indústria Química S.A. no bairro Pontal da Barra em Maceió, Alagoas



Fonte: Portal Braskem S.A. (s.d.). Autor desconhecido.

Desde a criação da Salgema Indústria Química S. A. até 1995, a empresa esteve sob o controle da Petrobrás Química S. A. (Petroquisa), subsidiária da Petrobrás S. A., que, por sua vez, havia sido fundada em 1967 para articular os setores estatal e privado na implementação da indústria petroquímica brasileira (Diodato, 2017). A instalação da empresa foi essencial para a criação daquilo que Diodato (2017) intitula como polo cloroquímico alagoano, uma vez que diversas outras empresas foram criadas no estado para atuar na cadeia produtiva da exploração e do beneficiamento do sal-gema.

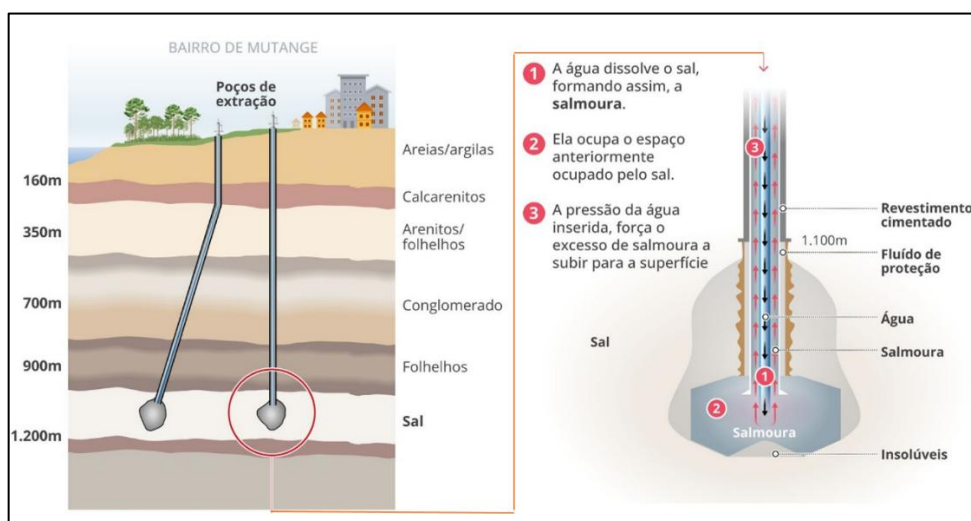
Após a redemocratização brasileira e a consequente abertura econômica nacional, no início da década de 1990, iniciou-se um processo de privatização de empresas públicas nacionais que incluiu o setor cloroquímico brasileiro. O Grupo Odebrecht, atual Grupo Novonor, assumiu o controle da Salgema Indústria Química S. A. e de várias outras empresas do setor. Este processo resultou na criação, no ano de 1995, da O.P.P. Petroquímica S. A., responsável pelo controle das empresas petroquímicas do Grupo Odebrecht (Diodato, 2017).

Um ano depois, em 1996, o Grupo Odebrecht mudou o nome da Salgema Indústria Química S. A. para Trikem S. A. Em 2002, a partir da integração de seis empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani (Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Polialden), nasceu a Braskem S. A., o que resultou na nomeação da planta fabril de Maceió como unidade Braskem Cloro Soda (Diodato, 2017). Atualmente, a Braskem S. A. conta com unidades industriais localizadas no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México e é líder na produção de resinas termoplásticas (Polietileno – PE + Polipropileno – PP + Policloreto de Vinila – PVC) nas Américas e a sexta maior petroquímica do mundo (Braskem, s.d.).

Não obstante tais mudanças dos controladores das empresas e suas nomenclaturas, tanto a Salgema Indústria Química S. A. quanto Braskem S. A. perpetuaram o mesmo método de lavra subterrânea do sal-gema em Maceió (Pinho, 2024), resultando, após as várias décadas de exploração inadequada, na subsidência de parte do solo da capital, em áreas densamente povoadas.

Segundo Teixeira *et al.* (2020), o referido processo de extração mineral (Figura 52) realizava-se mediante a perfuração de diversos poços onde eram introduzidos três tubos que iam da superfície ao leito da salmoura. Um dos tubos era responsável por injetar água para dissolver o sal, permitindo que a mistura líquida resultante fosse extraída por um segundo tubo, devido às diferenças de pressão. Já o terceiro tubo desempenhava as funções de monitorar e medir o poço, assegurando o controle do processo (Teixeira *et al.*, 2020). Esse método foi aplicado nas 35 minas exploradas ao longo das quatro décadas de atividade da indústria cloroquímica em Maceió (Pinho, 2024).

Figura 52 – Ilustração do método de extração da sal-gema aplicado em Maceió



Fonte: Jornal *O globo* (2023). Adaptado pelo autor.

Pinho (2024) destaca que a principal problemática da maneira como este método de lavra mineral foi implementado em Maceió reside no fato de que, ao esgotar o potencial de exploração de uma mina, a empresa a desativada sem o devido preenchimento da área lavrada, levando ao esvaziamento de uma camada subterrânea. Como consequência, algumas dessas minas colapsaram, resultando em movimentações no solo que começaram a ser percebidas em 2018, em bairros como Pinheiro e Bebedouro (Pinho, 2024).

Em 2019, ano seguinte aos primeiros registros de movimentações do solo de Maceió, um relatório produzido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) indicou que o processo de extração do sal-gema foi realizado de maneira inadequada pela Braskem S. A. e pelas empresas que a antecederam na lavra deste minério na capital (CPRM, 2019). Tal dinâmica resultou na desestabilização das cavernas subterrâneas e falhas preexistentes, conduzindo ao fenômeno de grandes proporções em curso, cujas reverberações sociais, econômicas e ambientais ainda não são inteiramente conhecidas, uma vez que há indicativos de possíveis novos desabamentos de outras cavernas subterrâneas (Santos; Viegas, 2021), caso não sejam tomadas medidas corretas de preenchimento e estabilização das minas outrora exploradas.

A partir de tais ponderações, concorda-se com Pinho (2024), que afirma que o processo de subsidência do solo de Maceió configura-se como um evento revelador da forma como a indústria cloroquímica foi implantada em Alagoas. Este processo deu-se somente a partir do atendimento aos interesses do capital, com vistas à maximização de seus lucros, sem que houvesse reais considerações em relação aos impactos socioambientais que a atividade acarretaria (Santos; Viegas, 2021).

Por sua vez, Pimentel e Pinho (2024) ressaltam que o caso da Braskem S. A. em Alagoas evidencia o modo como o capital se apropria da natureza para a realização de sua autoexpansão, sem, no entanto, levar em conta a infinidade de danos diretos e indiretos resultantes deste processo predatório e destrutivo para a natureza e para a vida humana. Para as autoras, o episódio em questão demonstra que não há limites intransponíveis que impeçam a sanha do capital por lucros (Santos; Viegas, 2021).

O pensamento de Pimentel e Pinho (2024) está alinhado ao de Mészáros (2011) que afirma que o impulso expansionista das empresas isoladas e do sistema capitalista em geral, sem levar em conta as consequências devastadoras de seus atos, contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da restrição racional e do correspondente controle racional dos recursos humanos e materiais globais, o que aponta para o colapso do próprio sistema.

Exemplos desse colapso, discutido por Mészáros (2011), podem ser vislumbrados por diversas ruas de Maceió, uma vez que, segundo Pimentel e Pinho (2024), o referido desastre socioambiental gerado pela busca da maximização dos lucros por parte da Braskem S. A. afetou mais de 274 hectares da capital alagoana, que, desde 2018, precisaram ser evacuados dado o perigo de desabamento da superfície. Como resultado deste evento, mais de 55 mil pessoas residentes dos bairros do Pinheiro, Farol, Mutange, Bom Parto e Bebedouro foram obrigadas a desocupar cerca de 14 mil imóveis (Greenpeace Brasil, 2023).

Em inúmeros casos, essas residências eram habitadas há décadas pela mesma família, e sua evacuação acarretou impactos significativos a seus antigos moradores em diversas dimensões, como financeira, afetiva, comunitária e psicológica. Estas desocupações produziram aquilo que Melo e Aliendro (2022) intitulam como “cidade fantasma” em Maceió, com ruas esvaziadas, espaços de lazer e convivência desativados, prédios inabitados e casas abandonadas (Figura 53), restando somente as rugosidades estampadas nas paisagens, testemunhos materiais e simbólicos de um passado em que esses espaços desempenharam um papel central na vida de dezenas de milhares de pessoas.

Figura 53 – Antigos prédios residenciais e comerciais abandonados no bairro Pinheiro após a subsidência do solo registrada em 2018



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Ademais, os impactos desta crise não foram sentidos exclusivamente pelos moradores dos bairros maceioenses diretamente afetados pelo processo de subsidência do solo. Diversos outros elementos da dinâmica espacial de Maceió foram alterados desde o início das movimentações, o que repercutiu sobre a vida de todos os moradores da cidade.

São exemplos dessas alterações o fechamento de diversas ruas, as mudanças em linhas de ônibus, o aumento da especulação imobiliária (resultante do crescimento da demanda por aluguel e compra de imóveis após as desocupações) e a interdição de trechos da linha férrea metropolitana de Maceió, administrada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que conecta a capital às cidades da Grande Maceió. A interdição ocorreu em áreas atualmente desocupadas e com risco de desmoronamento nos bairros do Mutange, Bom Parto e Bebedouro (CBTU, 2021).

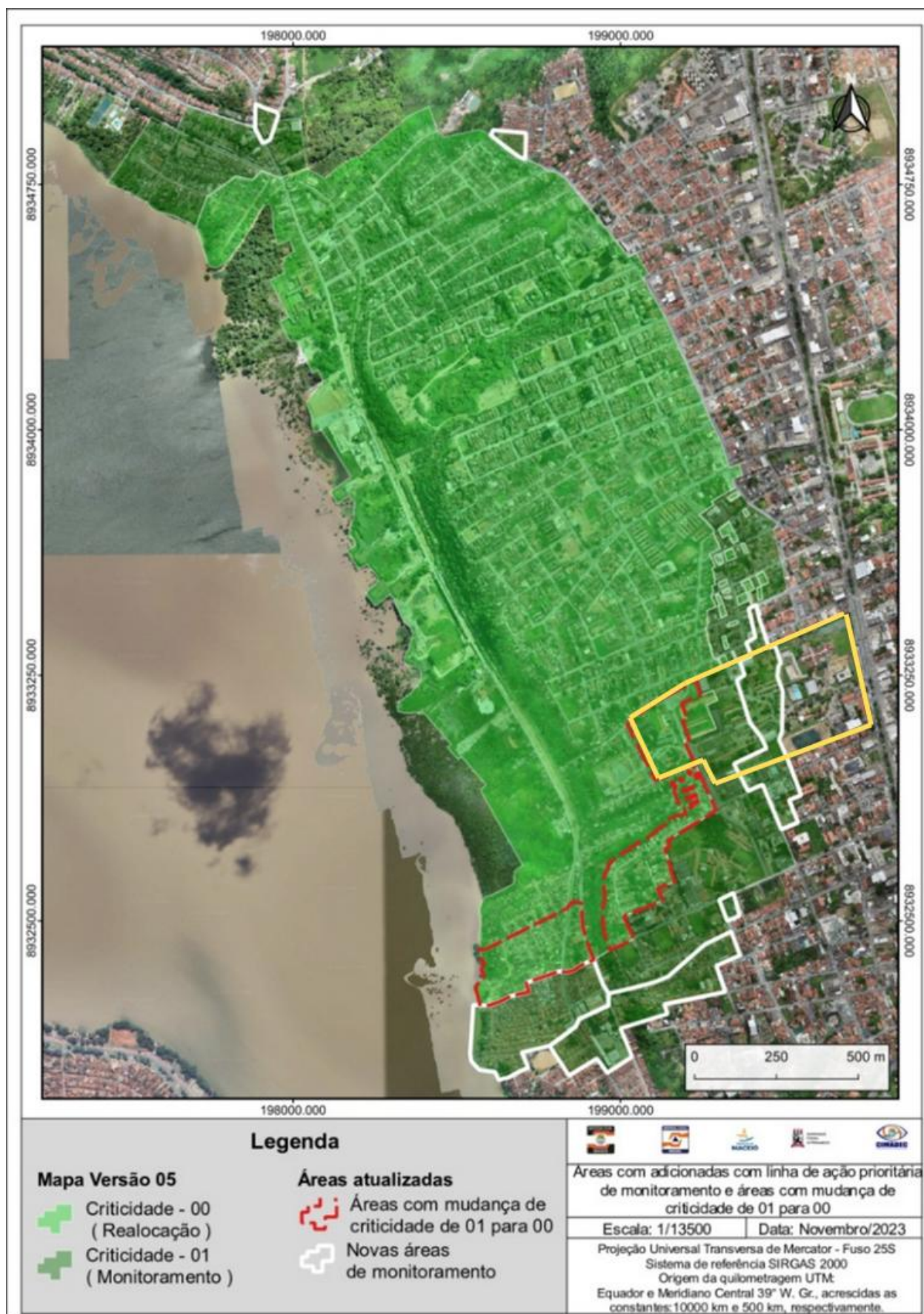
O Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa), objeto de estudo desta pesquisa, também foi diretamente afetado pela crise socioambiental gerada pela Braskem S. A. em Maceió. Por estar situado no limite entre dois bairros amplamente desocupados após as primeiras movimentações do solo — Pinheiro e Farol —, o Cepa convive, desde 2018, com o esvaziamento de sua vizinhança.

A Figura 54 ilustra bem este quadro. Trata-se de um mapeamento realizado pela Defesa Civil de Maceió no ano de 2023, após serem registradas novas movimentações no solo do bairro Mutange devido ao colapso da mina de exploração de sal-gema de número 18. No mapa, as áreas cartografadas em verde mais claro são aquelas classificadas como ‘Críticidade 00’ e que já tinham sido majoritariamente desocupadas desde as primeiras movimentações de solo registradas em 2018.

Por sua vez, as áreas cartografadas com o outro tom de verde são aquelas classificadas como ‘Críticidade 01’. Nesses trechos há moradores, no entanto, a Defesa Civil de Maceió executa monitoramento constante para a identificação de possíveis novas movimentações do solo e a reavaliação da necessidade ou não de realocação dos moradores.

As áreas delimitadas pelos traços vermelhos são aquelas que tiveram sua criticidade modificada de 01 para 00, fazendo-se necessária a realocação dos moradores. Já as que estão delimitadas pelos traços brancos são aquelas que não eram consideradas arriscadas para a movimentação do solo, mas que, a partir de 2023, passaram a ser monitoradas pela Defesa Civil.

Figura 54 – Mapeamento da área afetada pela crise socioambiental da Braskem S. A.



Fonte: Defesa Civil de Maceió (2023). Modificado pelo autor.

Por sua vez, os traços em amarelo foram inseridos no mapa pelo autor desta dissertação com o objetivo de delimitar o terreno onde o Cepa funciona. Partindo-se desta informação, ratifica-se que boa parte da vizinhança do Centro já foi desocupada por encontrar-se na área de ‘Críticidade 00’. Esses eventos resultaram em um quadro de abandono de boa parte dos imóveis da vizinhança do Cepa, como é possível inferir pelos registros fotográficos feitos nas imediações do Cecite e na Escola Estadual Professor Afrânio Lages, ambas instituições que, por estarem situadas na porção do Centro mais distante da Avenida Fernandes Lima, encontram-se margeadas quase que totalmente por prédios vazios (Figuras 55 e 56).

Figura 55 – Muro do Cepa próximo ao Cecite



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Figura 56 – Muro da Escola Estadual Professor Afrânio Lages, no limite com casas desocupadas



Fonte: Murilo Mendonça Souza (2023).

Dentre as diversas consequências resultantes desse cenário de abandono, está a insegurança para estudantes, servidores e mesmo para o patrimônio de instituições do Cepa.

Desde a desocupação da sua vizinhança, alguns episódios de tentativas de invasão e de furtos ao Cepa já foram registrados. A reportagem publicada no Portal do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal) em 9 de junho de 2021 intitulada: *Saiu na imprensa: escola do Cepa é alvo de violência e sofre furtos sucessivos*, relata uma sequência de invasões e furtos de equipamentos da Escola Estadual Professor Afrânio Lages (Sinteal, 2021).

De acordo com entrevista concedida pelo diretor da instituição na época da publicação da reportagem, professor Adelmo Apolinário, “[...] a localização da escola próxima a residências desocupadas do bairro do Pinheiro (por conta da crise da Brakem S. A.) pode facilitar a ação dos criminosos” (Sinteal, 2021).

Ademais, ainda tomando como referência a Figura 54, é possível inferir que boa parte da área do Cepa (delimitada pelas linhas amarelas) é classificada pela Defesa Civil de Maceió com ‘Críticidade 00’ ou ‘Críticidade 01’. O único trecho do Centro que não está situado em área de risco ou monitoramento é aquele nas proximidades da Avenida Fernandes Lima, que engloba a Escola Estadual Professora Maria José Loureiro, a Escola Estadual José da Silveira Camerino, o Centro de Desportos e Recreação (CDR), a 13ª Gerência Especial de Educação (GEE), o Setor de Recursos Humanos (SRH) da Seduc-AL e a Superintendência de Finanças e Contabilidade da Seduc-AL (Sufic). As demais instituições do Cepa encontram-se em áreas diretamente afetadas pela crise socioambiental causada pela Braskem S. A.

Este fato torna incerta a manutenção das atividades do Cepa na sua atual localização nos próximos anos, visto que a área do Centro classificada como ‘Críticidade 01’, atualmente monitorada pela Defesa Civil de Maceió, pode ser reclassificada para ‘Críticidade 00’, fazendo-se necessária a sua desocupação. Estas mudanças podem ocorrer a qualquer momento, pois, conforme destacado anteriormente, as reverberações da referida crise não são inteiramente conhecidas e há indicativos de possíveis novos desabamentos de antigas minas subterrâneas de sal-gema (Santos; Veigas, 2021).

Tais incertezas quanto à continuidade das atividades de parte das instituições do Cepa podem resultar no desinteresse da comunidade acadêmica em manter-se matriculada no Centro, já que o eminente risco de esvaziamento dos prédios do Centro e a consequente realocação de suas atividades acadêmicas para outras localidades de Maceió poderiam prejudicar o correto andamento do ano letivo e, consequentemente, a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Além dos impactos supracitados, o desastre socioambiental da Braskem S. A. em Maceió também ocasionou o fechamento e a realocação de duas instituições do Cepa que, de

acordo como o mapa produzido pela Defesa Civil de Maceió (Figura 54), estavam situadas na área classificada como ‘Críticidade 00 - Realocação’.

Uma das instituições afetadas foi a Escola Estadual José Correia da Silva Titara (Figura 6-B), anteriormente conhecida como Instituto de Educação do Cepa, que integrava o Centro desde sua inauguração em 1958. Em 2020, em meio aos primeiros meses da pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), a escola teve suas atividades no Cepa encerradas e sua estrutura administrativa e pedagógica transferida para outro município.

À época, a Seduc-AL justificou, em nota ao portal *Tribuna Hoje*, que a realocação da instituição se deu como medida preventiva para resguardar a segurança da comunidade escolar, uma vez que a escola se situava em área de instabilidade apontada por relatórios solicitados pela Secretaria à Defesa Civil de Alagoas e à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (Tribuna Hoje, 2020).

Além de ser uma das instituições mais antigas do Cepa, a Escola Estadual José Correia da Silva Titara era responsável por parte crucial da proposta arquitetônico-pedagógica pensada para o Centro desde a sua fundação, uma vez que foi a escola incumbida pela oferta de vagas em cursos de formação inicial de professores de nível médio no Cepa (cursos de magistério integrado e subsequente) entre a inauguração do Centro e o ano de 2018 (quando a oferta desse tipo de curso foi descontinuada pela Seduc-AL). Esses cursos permitiam que os futuros docentes utilizassem as demais escolas do Cepa como espaços de prática pedagógica, o que fortalecia a integração e a funcionalidade do complexo educacional.

Além da formação de professores, a Escola Estadual José Correia da Silva Titara também ofertava, em turnos diurno e noturno, uma gama de outros cursos profissionalizantes subsequentes e integrados ao nível médio, a exemplo dos cursos de Secretariado Escolar e de Ludotecnia (curso voltado à formação de profissionais capacitados para atuar com a ludicidade no ensino infantil) (Tribuna Hoje, 2020).

Desde a desocupação do prédio que abrigava a Escola Estadual José Correia da Silva Titara, o Cepa não conta com nenhuma escola que ofereça cursos profissionalizantes de nível médio, visto que todas as instituições do Centro que ofertam vagas em turmas de nível médio — Escola Estadual Moreira e Silva, Escola Estadual Afrânio Lages, Escola Estadual José da Silveira Camerino e Escola Estadual Princesa Isabel — foram paulatinamente convertidas, desde 2016, em escolas de tempo integral regular, a partir dos parâmetros pedagógicos propostos pelo Programa Alagoano de Ensino Integral (Palei) (Escola Web, s. d.b).

Este cenário vai de encontro a um dos princípios que orientaram a gênese do CEM, hoje Cepa. Na supracitada entrevista concedida por Ib Gatto Falcão a Lins e Santos (2005, p. 71), o

professor explica que sua proposta para o CEM pretendia “[...] criar um centro de formação integral onde os alunos pudessem sair tanto com uma formação básica completa quanto sabendo alguma profissão que o permitisse ganhar dinheiro”. No momento da escrita deste trabalho, diferente da proposta do seu fundador, o Cepa não é mais um núcleo formador de nível médio profissionalizante.

Desde os primeiros indícios de que o prédio da Escola Estadual José Correia da Silva Titara teria que ser desocupado pela Seduc-AL, em 2020, houve diversas movimentações da comunidade acadêmica da instituição reivindicando a reparação do prédio e a manutenção de suas atividades (CNTE, 2020). No entanto, mesmo após várias manifestações públicas de pais, estudantes, professores e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal) a escola foi transferida para a comunidade de Massagueira, no município de Marechal Deodoro, na Grande Maceió, e passou a ser gerenciada pela 1ª Gerência Especial de Educação (GEE) da Seduc-AL.

No momento da escrita desta dissertação, o prédio que abrigou a escola serve como depósito de cadeiras e outros materiais (novos e usados) que constituem o patrimônio da Seduc-AL (Figura 57). Em visitas de campo realizadas ao Cepa entre os anos de 2023 e 2024, foi possível constatar que, apesar das instalações da escola terem sido esvaziadas em 2020, por conta de riscos para a sua estrutura, havia movimentações constantes de pessoas e de veículos que carregavam e descarregavam materiais no prédio.

Figura 57 – Área ao fundo do prédio da antiga Escola Estadual José Correia da Silva Titara que serve como depósito de cadeiras usadas da Seduc-AL



Fonte: Murilo Mendonça (2024).

A segunda instituição transferida do Cepa após as movimentações no solo do bairro Farol foi a Escola Estadual Prof. José Vitorino da Rocha (Figura 6-C). A instituição foi inaugurada junto ao CEM, em 1958, com o nome de Grupo Escolar Experimental, e tinha como objetivo inicial ofertar vagas em turma de Ensino Fundamental, além de servir como um espaço de prática pedagógica para os estudantes dos cursos de magistério do Instituto de Educação (Lins; Santos, 2005). No entanto, nos últimos anos de sua atuação no Cepa, a instituição ofertava somente turmas de Ensino Infantil, sendo a única do Centro a disponibilizar vagas nessa etapa do ensino básico.

A Escola Estadual Prof. José Vitorino da Rocha funcionava em um prédio imediatamente vizinho ao da Escola Estadual José Correia da Silva Titara e por isso também foi classificada como situada em área de risco de subsidência do solo. A partir de então, também em 2020, a Seduc-AL iniciou o processo de desocupação do prédio e realocação da instituição sob a mesma justificativa concedida para a realocação da Escola Estadual José Correia da Silva Titara: resguardar a segurança da comunidade escolar (Tribuna Hoje, 2020).

Atualmente, a Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha está instalada em um prédio fora do Cepa, localizado na Rua Antônio Procópio, no bairro Pinheiro, a aproximadamente 3 quilômetros de distância do Centro. Com a realocação da instituição, o Cepa deixou de oferecer vagas para o Ensino Infantil, encerrando a possibilidade — vigente

desde sua fundação até o desastre socioambiental causado pela Braskem S. A. — de um estudante realizar toda a sua formação básica, desde a Educação Infantil até o ensino técnico de nível médio, exclusivamente em instituições do Centro.

No momento da construção desta dissertação, o antigo prédio da Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha encontra-se fechado, não tendo sido realizado nenhum investimento em sua reparação ou requalificação por parte da Seduc-AL (Figura 58). No entanto, assim como o antigo prédio da Escola Estadual José Correia da Silva Titara, parte do prédio da instituição também é utilizado pela Seduc-AL como depósito de materiais novos e usados da pasta (Figura 59).

Figura 58 – Prédio da Escola Estadual José Vitorino da Rocha após a sua desocupação, com um tapume metálico em sua fachada após desabamento de parte do seu muro frontal



Fonte: Murilo Mendonça (2023).

Figura 59 – Muros da Escola Estadual José Vitorino da Rocha e da Escola José Correia da Silva Titara, ambas desocupadas em 2020, que agora servem como depósito da Seduc-AL



Fonte: Murilo Mendonça (2023).

As reverberações no Cepa da crise socioambiental causada pela Braskem S. A. constituem um dos milhares de outros possíveis exemplos que demonstram como a busca desenfreada pela maximização de lucros desta empresa, debatida por Pinho (2024), Pimentel e Pinho (2024), afetou, direta e indiretamente, a vida de centenas de milhares de pessoas em Maceió.

O Cepa, que já vinha atravessando um cenário pouco favorável à manutenção de suas atividades e ao cumprimento da função socioespacial para a qual foi projeto, devido aos fatores retratados anteriormente nesta dissertação, convive, desde as primeiras movimentações registradas no solo de Maceió em 2018, com novos desafios à sua existência, resultantes do esvaziamento de sua vizinhança, realocação de duas de suas escolas e ao risco iminente de transferência de algumas de suas instituições por conta da ampliação da área do bairro Farol, classificada pela Defesa Civil como em risco de nova subsidência.

O Quadro 3, apresentado subsequentemente, foi construído de modo a facilitar a comparação entre as funções socioespaciais desempenhadas por cada instituição constituinte do Cepa em seus primeiros anos de criação (que foram apresentadas no Quadro 1) e aquelas que são desempenhadas pelas mesmas instituições no momento da escrita desta pesquisa, diante de todas as mudanças e retrocessos debatidos nos últimos capítulos. Em seguida, as considerações finais deste trabalho serão apresentadas.

Quadro 3 – Comparação entre as funções desenvolvidas pelas instituições componentes do Cepa em seus anos iniciais e aquelas desenvolvidas no período de construção desta dissertação (2024)

(continua)

Instituição	Função socioespacial desenvolvida inicialmente	Função socioespacial desenvolvida em 2024
Escola Industrial Princesa Isabel, hoje Escola Estadual Princesa Isabel	Ofertar vagas em cursos técnicos de formação de profissionais para atuar junto a indústria alagoana.	Ofertar vagas em turmas de Ensino Médio regular, em regime de tempo integral.
Instituto de Educação, hoje Escola Estadual José Correia da Silva Titara	Ofertar vagas de educação profissional com foco na formação inicial de professores em cursos de magistério	Fechada após a crise da Braskem S. A., teve seu prédio original desativado e suas atividades acadêmicas transferidas para a cidade de Marechal Deodoro, na Grande Maceió.
Grupo Escolar Experimental, hoje Escola Estadual Prof. José Vitorino da Rocha	Ofertar vagas de Ensino Fundamental abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Fechada após a crise da Braskem S. A., teve seu prédio original desativado e suas atividades acadêmicas transferidas para a Rua Antônio Procópio, no bairro Pinheiro, fora do Cepa.
Jardim Infantil Experimental de Maceió, hoje Escola Estadual Professora Maria Rosália Ambrózzio	Ofertar vagas de educação infantil abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental regular, em regime de tempo integral.
Colégio Moreira e Silva, hoje Escola Estadual Moreira e Silva	Ofertar vagas de Ensino Médio abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas de Ensino Médio regular, em regime de tempo integral.
Pavilhão Administrativo do Cepa	Prédio dedicado a abrigar os servidores responsáveis pela administração do Centro.	Abrigar as atividades administrativas da 13ª GEE, órgão responsável pelo gerenciamento das instituições do Cepa e de todas as escolas da “parte alta” de Maceió.
Centro de Desportos e Recreação (CDR)	Ofertar espaços para práticas esportivas de modalidades como natação, futsal e vôlei para estudantes do Cepa em turnos opostos ao das aulas regulares.	Função socioespacial mantida desde a sua fundação.
Centro de Ciências de Alagoas (Cecine)	Ofertar espaço para a iniciação científica de estudantes do Cepa.	Espaço desativado pela administração estadual.
Escolinha de Artes do Cepa	Oferecer de espaços para a expressão artística de estudantes de escolas do Cepa, por meio de cursos como teatro e dança, em turnos opostos ao das aulas regulares.	Desativada na década de 2010, por falta de recursos de custeio e manutenção. O prédio encontra-se abandonado.

Quadro 3 – Comparação entre as funções desenvolvidas pelas instituições componentes do CEPA em seus anos iniciais e aquelas desenvolvidas no período de construção desta dissertação (2024)

(continuação)

Instituição	Função socioespacial desenvolvida inicialmente	Função socioespacial desenvolvida em 2024
Escola Fundamental Experimental, hoje Escola Estadual Professora Maria José Loureiro	Ofertar vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental regular, em regime de tempo integral.
Centro de Treinamento do Magistério (CTM), hoje Centro de Formação de Professores Ib Gatto Falcão (Cenfor)	Oferecer treinamento e aperfeiçoamento à equipe técnica e pedagógica da rede estadual de Alagoas.	Função socioespacial mantida desde a sua fundação.
Instituto de Línguas Estrangeiras do Cepa	Oferecer cursos de línguas estrangeiras como espanhol e inglês para estudantes do Centro em turnos opostos ao das aulas regulares e para a comunidade externa interessada.	Função socioespacial mantida desde a sua fundação. No entanto, a oferta de cursos de línguas estrangeiras é realizada somente à noite em salas da Escola Estadual Professora Maria José Loureiro, uma vez que o prédio original do Instituto foi cedido para a Superintendência de Finanças e Contabilidade (Sufic) da Seduc-AL.
Escola Estadual José da Silveira Camerino	Ofertar vagas de Nível Médio abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas de Ensino Médio regular, em regime de tempo integral.
Biblioteca Central do Cepa Jayme Lustosa de Altavila	Ofertar acesso a livros de variados gêneros aos estudantes e professores do Cepa.	Desativada na década em 2011 para ceder seu prédio ao Setor de Recursos Humanos (SRH) da Seduc-AL.
Escola Estadual Dom Pedro II	Ofertar vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental regular, em regime de tempo integral.

Fonte: Lins e Santos (2005). Produção: Murilo Mendonça Souza (2024).

Quadro 3 –Comparação entre as funções desenvolvidas pelas instituições componentes do Cepa em seus anos iniciais e aquelas desenvolvidas no período de construção desta dissertação (2024)

(conclusão)

Instituição	Função socioespacial desenvolvida inicialmente	Função socioespacial desenvolvida em 2024
Escola Estadual Professor Afrânio Lages	Ofertar vagas de Ensino Profissionalizante de Nível Médio abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas de Ensino Médio regular, em regime de tempo integral.
Escola Estadual Laura Dantas	Ofertar vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental regular, em regime de tempo integral.
Escola Estadual Teotônio Vilela	Ofertar vagas de Nível Fundamental abertas à comunidade e de espaços de experiência prática para estudantes de cursos de magistério ofertados pelo Instituto de Educação.	Ofertar vagas em turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental regular, em regime de tempo integral.
Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (CECITE)	Oferecer acesso a laboratórios de práticas pedagógicas inovadoras em diversas áreas de conhecimento, para professores e estudantes da rede estadual de educação.	Função socioespacial mantida desde a sua fundação.

Fonte: Lins e Santos (2005). Produção: Murilo Mendonça Souza (2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, é possível confirmar a validade da hipótese suposta no início deste trabalho — a de que há um processo de declínio da função socioespacial desempenhada pelo Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa) enquanto ferramenta pública de educação básica gerida pela Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc-AL). Como discutido ao longo dos capítulos anteriores, tal quadro é fruto de inúmeros fatores, resultante da ação de diversos agentes, e impacta a vida de milhares de pessoas que constituem a comunidade acadêmica do Cepa. E isso fica evidente a partir da apreciação do Quadro 3, que compara as funções socioespaciais desenvolvidas pelas instituições do Cepa no momento de sua fundação e na atualidade.

No entanto, para além dos elementos que foram tratados ao longo deste trabalho, é importante destacar brevemente outras questões envolvidas na promoção deste cenário de declínio, mas que não tiveram a sua análise aprofundada ao longo da dissertação.

Antes disso, é salutar lembrar que a proposta inicial do fundador do CEM/Cepa, professor Ib Gatto Falcão, influenciado pela experiência da escola parque em Salvador, era a de criar um núcleo educacional integral de referência em Maceió, da educação infantil à formação profissional de nível médio, cuja proposta arquitetônica-pedagógica seria baseada na socialização entre as instituições educacionais e entre a comunidade acadêmica do Centro, por meio do acesso dos educandos a diferentes espaços formativos — como biblioteca, cursos artísticos, prática de atividade física/esportiva, cursos de língua estrangeira e etc. Toda essa estrutura serviria, para além de formar estudantes da educação básica, como laboratório de experimentação científico-pedagógica dos cursos de formação de professores em nível médio/técnico do Instituto de Educação.

Para que este modelo fosse efetivado, o professor Ib Gatto Falcão, de acordo com Lins e Santos (2005), propôs que o CEM, atual Cepa, fosse uma autarquia estadual e, assim, pudesse gozar de independência pedagógica e administrativa como uma espécie de ‘universidade mirim’. Esta condição nunca foi concretizada, uma vez que o Centro, desde seus primeiros anos de existência, sempre esteve diretamente subordinado às ordens da Seduc-AL e às diferentes visões em relação à educação advindas das mudanças dos grupos políticos que administraram o Estado de Alagoas desde a fundação do Centro, em 1958. Assim, o Cepa nunca gozou da autonomia necessária para desenvolver com plenitude a função socioespacial proposta por seu projeto arquitetônico-pedagógico inicial, e isso, acredita-se, é um dos primeiros elementos promotores do seu declínio.

Outra questão que distancia o Cepa das proposições de sua gênese, é que, diferente das primeiras décadas de existência do Centro, não existem mais setores administrativos e conselhos deliberativos ou consultivos exclusivamente dedicados à sua administração e gestão pedagógica. O edifício originalmente projetado para abrigar esses setores atualmente sedia a 13ª Gerência Especial de Educação (GEE), órgão responsável pela administração não apenas das instituições do Cepa, mas também de diversas outras escolas estaduais de Maceió. No entanto, devido à sua natureza administrativa e à quantidade de escolas que gerencia, a 13ª GEE não atua na preservação da unidade e da integração entre as instituições do Cepa, uma vez que gerencia cada escola do Centro de forma individualizada.

Um exemplo disso é o não estímulo, por parte da 13ª GEE, de eventos e atividades que sejam desenvolvidas por meio de parcerias entre duas ou mais escolas do Cepa, como feiras de profissões, jardins coletivos, campeonatos esportivos ou artísticos. As escolas do Cepa atuam de forma individual, mesmo tendo um conjunto de outras instituições vizinhas que vivenciam realidades e desafios parecidos com os seus e que ganhariam muito com esses intercâmbios.

Assim, a inexistência de uma gestão comprometida com a integração entre as instituições do Cepa e com as especificidades advindas da sua natureza arquitetônico-pedagógica faz com que aquilo que deveria ser um núcleo educacional integrado e palco de constantes intercâmbios de ideias e da promoção coletiva do conhecimento científico, passe a ser um conjunto de instituições educacionais autônomas que pouco interagem em prol de objetivos educacionais comuns, o que também se constitui fator preponderante para o declínio em análise.

Cabe ainda ressaltar a nomenclatura dada ao Centro desde a década de 1960 e que ainda persiste: Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa). Tal título foi conferido pelo Decreto Estadual nº 1.519, de 1968, que, dentre outros objetivos, propunha para o Cepa: “[...] realizar promoções e produzir publicações, instrumentos e material técnico-pedagógico, objetivando divulgar estudos e pesquisas e propagar o uso de técnicas e procedimentos didáticos em particular no que se relacione com a melhoria do ensino das ciências” (Lins; Santos, 2005).

Diferente das proposições do Decreto Estadual nº 1.519 de 1968, atualmente o Cepa não dispõe de núcleos de incentivo à experimentação científica de sua comunidade acadêmica ou ações específicas para a divulgação de práticas pedagógicas inovadoras desenvolvidas por seu corpo docente, sendo a manutenção de uma nomenclatura que remete à pesquisa aplicada uma incoerência frente à realidade analisada. O Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (Cecite) e o Centro de Formação de Professores Ib Gatto Falcão (Cenfor), poderiam ser duas das instituições destinadas ao cumprimento de tais objetivos, caso dispusessem dos recursos

humanos e do financiamento necessários para tanto. Todavia, o que se tem hoje é um Centro de Pesquisa que não promove pesquisa, o que também pode ser considerado um sintoma do declínio do Cepa.

Cabe ainda enfatizar, no bojo destas análises finais, aquele que foi um dos princípios norteadores da criação do Cepa: a integração da educação básica com a formação inicial de professores. O CEM, futuro Cepa, teve sua gênese em um período da história brasileira em que a oferta de educação em nível superior era incipiente — a Ufal só foi oficialmente criada em 1961, 3 anos após a criação do CEM — e restrita às classes sociais abastadas. Com isso, durante muitos anos no Brasil a formação de professores da educação básica deu-se, majoritariamente, por meio de cursos de nível médio/técnico de magistério. Assim, a criação do CEM/Cepa era também uma forma de suprir a necessidade de professores, as demandas das redes públicas de educação de Alagoas.

Orientações legais como aquelas apresentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), que recomendam que todos os professores da educação básica tenham formação em nível superior, somado ao aumento da oferta de vagas em cursos de licenciatura em universidades públicas, resultaram na redução da busca por cursos de magistério no Brasil.

Como consequência desse quadro, houve ainda a diminuição paulatina da oferta de cursos de magistério ao longo das últimas décadas em todo o país. No Cepa, a Escola Estadual Correia da Silva Titara, antigo Instituto de Educação, deixou de oferecer vagas nessa modalidade de cursos em 2018, antes mesmo da sua realocação devido ao desastre causado pela Braskem S.A. em Maceió.

Com esta decisão, foi rompido um dos elos fundantes da proposta arquitetônico-pedagógica do CEM/Cepa, que era o de desenvolver a formação de professores utilizando-se das escolas do Centro como laboratórios de experimentação científico-pedagógica. Por muito tempo, esta função desenvolvida pelo Cepa ajudou a conferir sentido à existência de um conglomerado de escolas em meio a um dos bairros mais centrais de Maceió, mesmo que geograficamente distante do público atendido por elas, algo que não mais acontece. Assim, tal quadro também pode ser considerado fator promotor do processo de declínio em análise.

Para além do fim da oferta de cursos de magistério, também é salutar considerar o já citado quadro de inexistência de cursos de formação técnica de nível médio no Cepa na atualidade. Mesmo que esse fosse um dos objetivos centrais da gênese do CEM, oferecer formação profissional alinhada à formação científica (Lins; Santos, 2005), o Cepa deixou de ser um espaço de formação profissional técnica integrada ao nível médio na última década, para

dar lugar a escolas orientadas pelas diretrizes curriculares do Programa Alagoano de Ensino Integral (Palei) de educação regular (Escola Web, s.d.-b).

O Palei instituiu, desde 2015, um regime de permanência escolar diurno (das 7h20 às 17h00) para os estudantes de todas as instituições da rede estadual que o seguem, o que inclui todas as escolas do Cepa. O currículo do Palei estabelece 8 aulas diárias para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e 9 aulas diárias para os estudantes do Ensino Médio, distribuídas durante todo o dia letivo, com períodos de intervalo para merenda e almoço.

Apesar de parecer o regime de permanência ideal para a proposta arquitetônico-pedagógica do Cepa, é preciso levar em consideração que, de acordo com o currículo proposto pelo Palei, todas as quase 10 horas de permanência dos estudantes no Cepa se dão na escola, dentro da sala de aula ou nos espaços de convivência e recreação da própria instituição escolar.

Com isso, não sobra tempo livre para que a comunidade acadêmica das escolas do Centro transite pelos espaços formativos que foram idealizadas pelos fundadores do Cepa e que ainda existem, a exemplo do CDR e do Cecite. Ademais, também não sobra tempo para que frequentem os espaços de integração e socialização existentes no Centro. Um dos poucos momentos que restam para socialização entre a comunidade acadêmica das diferentes escolas do Cepa é a espera pelo embarque nos ônibus escolares, após mais de 10 horas de jornada escolar diária, que foi registrado pela Figura 41. Tal quadro também pode ser considerado um fator que compromete a função socioespacial desempenhada pelo Cepa.

Outra questão salutar para o processo de declínio do Cepa e que não foi tratada ao longo desta dissertação, mas que merece uma análise aprofundada, é a manutenção da estrutura física das escolas do Centro. Assim como boa parte das escolas geridas pela Seduc-AL, as instituições do Cepa convivem com o sucateamento das suas estruturas resultante dos baixos investimentos da Secretaria de Educação em suas corretas manutenções e modernizações, o que, como tratado anteriormente, longe de ser um mero efeito colateral, insere-se em um contexto mais amplo de desmonte das políticas públicas educacionais, pautado na redução de investimentos públicos a partir da expansão das políticas neoliberais no Estado brasileiro (Oliveira; Barão, 2020)

Tais sucateamentos comprometem a qualidade da educação ofertada no Cepa, como no episódio relatado por Cavalcante *et al.* (2024), em que, devido às fortes chuvas que ocorreram na capital alagoana em meados de julho de 2023, a Escola Estadual Professor Afrânio Lages teve suas salas de aula e outros ambientes inundados devido a vazamentos gerados pela ausência da correta manutenção do seu telhado ao longo dos últimos anos. Em função dessas condições precárias, a direção da escola optou por transferir as aulas para o formato *on-line*, até que a Seduc-AL realizasse reparos emergenciais no telhado.

Além disso, o sucateamento das estruturas físicas do Cepa também pode colocar em risco a integridade física dos estudantes e servidores do Centro, como no caso relatado na reportagem do *Porta G1 Alagoas* de 2024, em que um estudante de 16 anos ficou gravemente ferido após uma janela da Escola Estadual Teotônio Vilela, localizada no Cepa, se desprender, cair e atingir sua cabeça (G1 Alagoas, 2024a).

Também é essencial retomar nestas análises finais as contribuições para o processo de declínio do Cepa dos eventos detalhados ao longo da pesquisa. O primeiro deles foi o fechamento de instituições do Centro para abrigar a estrutura administrativa da Seduc-AL, resultando na redução de vagas no Instituto de Línguas Estrangeiras e no encerramento das atividades da Biblioteca Central, da Escolinha de Artes e da escola que ofertava vagas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai), todas instituições históricas do Cepa.

Essas medidas da administração estadual não apenas comprometeram a infraestrutura física do Centro, mas também limitaram seu alcance formativo, ao descontinuar espaços fundamentais para a inclusão, a sensibilidade artística, a interação comunitária, o pensamento crítico e criativo — princípios centrais da proposta original da escola parque e do Centro Educacional de Maceió (CEM), futuro Cepa.

Ademais, a criação do ‘Eixo Cepa’ também merece destaque, uma vez que a sua edificação resultou na segregação física do Centro e gerou impactos significativos na integração das instituições que o compõem e na interação entre seus estudantes e servidores, constituindo-se como mais um dos elementos que resultaram na desqualificação da proposta arquitetônico-pedagógica do Cepa.

Tais eventos iluminam a maneira como o governo de Alagoas tem tratado a oferta de educação pública no estado, por meio do sucateamento e do desmonte de uma das suas ferramentas educacionais mais importantes, o Cepa, a partir da redução de investimentos públicos materializada no Centro por meio da conversão de espaços destinados à formação da população em ferramentas para atender a setores administrativos da Seduc-AL, e na construção de um “atalho” para desafogar o trânsito de veículos automotores na Avenida Fernandes Lima.

Cabe ainda destacar os impactos sofridos pelo Cepa em decorrência da crise socioambiental ocasionada pela subsidência de parte do solo de Maceió, resultante da exploração de sal-gema por parte da Braskem S. A. O desastre se concretizou após décadas de exploração deste mineral no subsolo da capital alagoana, a partir de métodos comprovadamente irresponsáveis.

Dentre os impactos gerados na vida de milhares de maceioenses, estão aqueles que se desenrolaram no Cepa. O Centro assistiu ao aumento da insegurança em suas imediações devido

ao quase total esvaziamento de sua vizinhança, além da inserção de boa parte de seu terreno na área de classificação de risco ou de monitoramento por parte da Defesa Civil de Maceió. Ademais, no ano de 2020, houve a necessidade do esvaziamento e relocação de duas históricas instituições do Cepa, por estarem situadas em um trecho classificado como área de risco, a Escola Estadual Correia da Silva Titara e a Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha, que tiveram suas sedes transferidas para fora do Cepa.

Essas ações, além de terem impacto simbólico muito relevante para a história do Cepa, resultaram na diminuição da oferta de vagas e da amplitude formativa do Centro, uma vez que, a partir da transferência da Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha, o Cepa não mais oferta vagas em turmas da Educação Infantil, o que impossibilita que um estudante construa toda a sua trajetória estudantil (do Ensino Infantil ao Ensino Médio) em escolas do Centro.

Por fim, é salutar retomar nestas considerações finais aquele que se considera ser o fator mais latente para o processo de declínio em análise: o distanciamento do Cepa do local de moradia da maior parte do seu público. Como discutido anteriormente, esse quadro é resultante das transformações urbanísticas e sociais ocorridas em Maceió nas últimas décadas, que tiveram como principal símbolo o intenso crescimento populacional dos bairros da chamada “parte alta” da capital, como Benedito Bentes e Cidade Universitária, processo que não foi acompanhado pela construção de estrutura pública educacional estadual por parte da Seduc-AL nessas localidades.

A partir da análise dos dados dos bairros de moradia dos discentes matriculados em 2023 na Escola Estadual Professor Afrânio Lages, ficou comprovado que 84,6% dos 300 estudantes da instituição residiam em bairros da “parte alta” de Maceió, sendo que 52% do total de alunos eram moradores dos bairros do Benedito Bentes e Cidade Universitária (os mais populosos de Maceió), que, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2023 (Inep, 2023), contavam com ofertas de vagas em turmas de nível médio por parte da Seduc-AL menores que suas demandas.

Esse cenário resulta na necessidade de que os alunos que não encontram vagas em seus bairros de origem precisem viajar diariamente cerca de 2 horas nos quase 30 quilômetros do trajeto de ida e voltar para as escolas do Cepa. Além de contrariar determinações legais como aquelas presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — quadro que reforça desigualdades educacionais, uma vez que os estudantes do Cepa residentes na “parte alta” de Maceió enfrentam maiores dificuldades para a permanência e o sucesso escolar.

Tais elementos, somados a todos os outros anteriormente apresentados, resultaram em impactos diretos na função socioespacial desempenhada pelo Cepa, distanciando-o

intensamente da proposta original de ser um núcleo educacional integral de promoção da educação e da ciência acessível à população de Maceió.

Diferente disso, o Cepa transformou-se em um conjunto de instituições sucateadas pela Seduc-AL, com pouca integração entre si e que também é desprovido da maioria dos espaços formativos que o caracterizavam como um centro educacional de referência, como a biblioteca e a escolinha de artes. Além disso, apesar da sua nomenclatura, não há mais incentivos à promoção da ciência nem à formação profissional de nível médio, seja em cursos técnicos ou na capacitação inicial e continuada de professores. O que tem sustentado a permanência das atividades do Cepa é o fato dele ser a única alternativa para estudantes de bairros periféricos de Maceió que, sem vagas em escolas mais próximas de suas casas, não dispõem de outra opção que não a de enfrentar longos deslocamentos diários para estudar em escolas do Cepa.

Assim, é possível considerar que a permanência das atividades do Cepa, enquanto ferramenta de educação básica pública em meados da segunda década do século XXI, representa um anacronismo e uma incoerência. A Secretaria de Educação da Alagoas deve efetivar estudos que apontem as reais demandas por vagas de educação básica pública nos bairros de urbanização mais recente da “parte alta” de Maceió, para, a partir de então, construir infraestrutura educacional da Seduc-AL nessas localidades, findando a necessidade dos deslocamentos diários de milhares de estudantes para o Cepa.

Essa nova estrutura educacional a ser construída na “parte alta” de Maceió precisa ter excelência e dispor de tudo o que o professor Ib Gatto Falcão um dia sonhou para o CEM/Cepa, como quadras esportivas, piscinas olímpicas, laboratórios de informática e de ciências da natureza e biológicas, refeitórios, teatro, auditórios e áreas de convivência coletiva. Toda essa estrutura deve ser alinhada a um projeto curricular pedagógico moderno e progressista, que não entenda a escola somente como um reproduzidor do conhecimento, mas como um espaço de produção da aprendizagem a partir da curiosidade, da experimentação, do livre pensamento e das interações humanas.

Em relação ao Cepa, apesar da sua imensa relevância simbólica, histórica e urbanística para a população de Maceió, acredita-se ser necessária a sua desativação enquanto aparelho de educação básica e que sejam propostos novos usos públicos para sua área — caso ela não seja totalmente esvaziada pela Defesa Civil nos próximos anos, por conta do desastre da Braskem S. A. em Maceió.

Uma das possíveis alternativas é que os prédios que constituem o Cepa passem a abrigar o *Campus* de Maceió da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). A Uneal é uma instituição pública estadual de nível superior fundada em 1970 em Arapiraca, como Fundação Educacional

do Agreste (Funec), que atualmente conta com diversos cursos de graduação e pós-graduação em seus seis *campi* (Arapiraca, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Maceió) e é mantida pela Seduc-AL (Governo do Estado de Alagoas, 2024).

A instituição foi criada com o objetivo de interiorizar a oferta de educação superior no estado de Alagoas e a sede de sua reitoria está localizada na cidade de Arapiraca. No *Campus* VI da Uneal, localizado em Maceió, funcionam os cursos de Direito, Administração Pública e Física. O *campus* só foi criado no final da década de 2010, por meio da adaptação do antigo prédio da Escola Estadual Benício Dantas (Figura 60), no bairro Poço, na “parte baixa” de Maceió (Painel de Notícias, 2018).

Figura 60 – Prédio que abriga o Campus VI da Uneal em Maceió



Fonte: Portal Tribuna do Sertão (2023). Autoria desconhecida.

Por ter sido criado e instalado em prédio de uma antiga escola estadual, sem a construção de estrutura adequada para abrigar o *Campus*, a Uneal em Maceió enfrenta diversas deficiências de infraestrutura. Estudantes, professores e servidores frequentemente relatam problemas estruturais e de conservação que comprometem as condições de ensino e trabalho. Um exemplo emblemático dessas dificuldades foi o curto-circuito ocorrido em 2024, que deixou o *campus* sem energia elétrica e levou à suspensão das aulas por vários dias (G1 Alagoas, 2024b).

Assim, a decisão de transferir a estrutura escolar do Cepa para a “parte alta” de Maceió e transformar os seus prédios, após ampla requalificação estrutural, no Campus VI da Uneal, parece ser uma alternativa para melhorar a oferta de educação básica na periferia de Maceió e, ao mesmo tempo, ampliar a oferta de educação de nível superior na cidade. Essa medida poderia

reduzir os longos deslocamentos diários de estudantes da “parte alta” até o Cepa, garantindo maior acessibilidade e permanência escolar.

Além disso, ao destinar prédios requalificados do Cepa para o *Campus* VI da Uneal seria viabilizada a criação de um espaço acadêmico mais adequado que aquele utilizado atualmente, com infraestrutura condizente com as necessidades do Ensino Superior e localizado em uma área central da cidade, com fácil acesso para todos os bairros de Maceió e para o interior do estado de Alagoas.

No entanto, para que essa proposta seja efetivada, é fundamental que o processo seja conduzido com planejamento e investimentos adequados, assegurando que tanto a transferência das escolas quanto a instalação do novo *Campus* ocorram sem prejuízos, principalmente à comunidade escolar do Cepa. Para isso, é preciso que haja interesse político-governamental por parte da gestão estadual, algo que, nas últimas décadas, tem se mostrado inexistente.

Diante de todas as discussões realizadas nesse trabalho, é possível afirmar que a amplitude das questões aqui debatidas revela a complexidade do processo de declínio da função socioespacial do Cepa e aponta para a necessidade de investigações mais aprofundadas. Elementos como a gestão pedagógico-administrativa da Seduc-AL, a ausência de investimentos na manutenção estrutural de escolas do Cepa e a crise socioambiental provocada pela Braskem S. A. são algumas das vertentes que podem ser melhor exploradas em futuras pesquisas acadêmicas.

Assim, este trabalho abre caminho para novos estudos que possam aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados pelo Cepa e contribuir para a construção de estratégias que possibilitem a revitalização da educação alagoana. A riqueza e a complexidade do tema tornam evidente sua pertinência para um estudo de doutorado, dada a relevância do Cepa para a história da educação em Alagoas e para o debate mais amplo sobre políticas públicas educacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES. Relação de Escolas da 13ª Gerência. **Portal Alagoas em Dados e Informações**. [S.l.:s.e.], s.d. Disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/images/relacao_escola_porgere/13GERE.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.
- ALMANAQUE ALAGOAS. Dr. Ib Gatto Falcão completaria 110 anos de nascimento neste dia 20 de março de 2024. **Almanaque Alagoas**, Maceió, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.almanaquealagoas.com.br/2024/03/dr-ib-gatto-falcao-completaria-110-anos-de-nascimento-neste-dia-20-de-marco-de-2024/>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ALMEIDA, A. P.; MARTINUIK, V. C. A importância da comunidade de pais no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, Itapeva, n. 2, nov. 2021.
- ALMEIDA, S. B. A Escola Parque da Liberdade, Bahia. In: MONARCHA, C. (Org.). **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 125-140.
- ALMEIDA, A. C. Congestionamentos no trânsito desafiam motoristas e SMTT em Maceió. **GazetaWeb.com**. Maceió, 119 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/congestionamentos-no-transito-desafiam-motoristas-e-smtt-em-maceio>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.
- ANDRÉ, F. L. R.; SILVA, G. R. da. A mobilidade urbana no contexto da expansão territorial do bairro Benedito Bentes, em Maceió/Alagoas. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 12, n. 28, p. 100-113, 2023.
- ASCOM – FMAC (Brasil). Prefeitura celebra aniversário do Benedito Bentes com dois dias de festa. **Portal Prefeitura de Maceió**, Maceió, 23 mar. 2023. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BAIRROS DE MACEIÓ. Cidade Universitária. **Portal Bairros de Maceió**, Maceió, s.d. Disponível em: <https://bairrosdemaceio.net/bairros/cidade-universitaria.com>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BARBOSA, J. O. A representação dos fixos e fluxos no circuito superior e circuito inferior na economia brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405610876_ARQUIVO_TrabalhocompletoCBG.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BARROS, J. D. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. **Cuadernos de Geografía**, v. 29, n. 2, p. 493-504, 1 jul. 2020. Universidad Nacional de Colombia.

BARROS, J. D. **As hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos**. [S.l.]: Vozes, 2017.

BATISTA, B. A. *et al.* Avaliação da expansão urbana na Cidade de Maceió, Alagoas – Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 11, p. 1-14, 2021.

BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, [S.l.], v. 27, n. 50, p. 275-299, 16 abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33081/formacao.v27i50.6564>.

BRAGA, R. M. O espaço. Geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/compromisso.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASKEM. A Braskem. **Portal Braskem**. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/perfil>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARBELLO, S. R. C.; RIBEIRO, R. Escola Parque: notas sobre a proposta de Anísio Teixeira para o ensino básico no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, n. 2, p. 365-377, 13 jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v9i2.7041>.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 85 p.

CASSAB, C. Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama. **Geografias**, v. 5, n. 1, p. 98-108, 2009.

CAVALCANTE, G. de F. *et al.* A escola pública de tempo integral: a visão dos alunos sobre a infraestrutura em uma escola campo do prp geografia. In: CALAZANS, D. R. *et al.* (org.). **PIBID e PRP Geografia e a formação docente: memórias, investigações e práxis pedagógica**. Curitiba: Crv, 2024. p. 121-137.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU). CBTU cobra da Braskem solução definitiva para trecho da ferrovia interditado pelo afundamento do solo na região do Pinheiro. **Portal CBTU**, 2021. Disponível em: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/maceio/8799-cbtu-cobra-da-braskem-solucao-definitiva-para-trecho-da-ferrovia-interditado-pelo-afundamento-do-solo-na-regiao-do-pinheiro>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO (CECR). Escola Parque. Salvador, BA, 21 jul. 2016. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/CentroEducacionalCarneiroRibeiroEscolaParque?locale=pt_BR. Acesso em: 10 mar. 2024.

CHAHIN, S. B. Cidade, escola e urbanismo: O programa escola parque de Anísio Teixeira. Seminário de história da cidade e do urbanismo. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO HURBANISMO, 14, 2018, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/11.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Governo de Alagoas tenta fechar escola mais antiga do CEPA e levar para Massagueira. **Portal CNTE**, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/al-governo-de-alagoas-tenta-fechar-escola-mais-antiga-do-cepa-e-levar-para-massagueira-22fe>. Acesso em: 03 jan. 2025.

CORRÊA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. *et al.* **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

CORREIA FILHO, W. L. F. *et al.* (2019). Impact of urban decadal advance on land use and land cover and surface temperature in the city of Maceió, Brazil. **Land Use Policy**, Amsterdã, vol. 87, p. 1-11, set. 2019.

COSTA, M. C. A *et al.* Aplicabilidade de diretrizes ambientais em obras de expansão viária: Estudo de caso do eixo viário CEPA em Maceió/AL. In: CONGRESSO TÉCNICO CIENTÍFICO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA, 1., 2018, Maceió. **Anais...** Maceió: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, 2018a. Disponível em: <https://www.socia.org.br/72-socia/anais>. Acesso em: 02 jan. 2025.

COSTA, M. C. A *et al.* Mobilidade urbana e conflitos ambientais: Estudo de caso do eixo viário CEPA em Maceió/AL. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 8., 2018, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018b. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65564>. Acesso em: 02 jan. 2025.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL):** Relatório Síntese dos Resultados nº 1, 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2024.

DEFESA CIVIL DE MACEIÓ. Prefeitura de Maceió atualiza mapa de risco e Justiça Federal inclui Bom Parto em realocação. **Portal da Prefeitura Municipal de Maceió**, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/defesacivil/prefeitura-de-maceio-atualiza-mapa-de-risco-e-justica-federal-inclui-bom-parto-em-realocacao>. Acesso em: 02 jan. 2025.

DIODATO, R. V. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ERNICA, M.; RODRIGUES, E. C. Desigualdades educacionais em metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. 1-19, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/es.228514>.

ESCOLA WEB. Centro de Ciências e Tecnologia da Educação CECITE. **Portal Web Escola**, [s.l.,s.d.]a. Disponível em: <https://escolaweb.educacao.al.gov.br/pagina/centro-de-ciencias-e-tecnologia-da-educacao-cecite>. Acesso em: 12 set. 2024.

ESCOLA WEB. Programa Alagoano de Ensino Integral - Ensino Médio. **Portal Escola Web**, [s.l.,s.d.]b. Disponível em: <https://escolaweb.educacao.al.gov.br/pagina/programa-alagoano-de-ensino-integral-palei>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ESTEVES, M. R. L. *et. al.* Avaliação do potencial energético das cascas de coco verde para aproveitamento na produção de briquetes. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 11, n. 3, p. 1-8, 2015.

FAUSTO FILHO, V. E. **Diagnóstico de trânsito em espaço intra-urbano: estudo de caso do Eixo Viário Fernandes Lima**. 2018. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Agrimensura) – Curso de Engenharia de Agrimensura, Rio Largo, 2018.

G1 ALAGOAS. Antigo prédio da SEDUC-AL vai abrigar setores administrativos do Judiciário. **Portal G1 Alagoas**, Maceió, 5 mai. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/05/05/antigo-predio-da-seduc-al-vai-abrigar-setores-administrativos-do-judiciario.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2024.

G1 ALAGOAS. Estudante fica ferido após ser atingido por janela que caiu dentro do Cepa, em Maceió. **Portal G1 Alagoas**, Maceió, 07 nov. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/11/07/estudante-fica-ferido-apos-ser-atingido-por-janela-que-caiu-dentro-do-cepa-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 9 jan. 2025.

G1 ALAGOAS. Curto-circuito deixa campus da UNEAL em Maceió sem energia elétrica e aulas são suspensas. **Portal G1 Alagoas**, Maceió, 29 out. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/10/29/curto-circuito-deixa-campus-da-uneal-em-maceio-sem-energia-eletrica-e-aulas-sao-suspensas-video.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2024.

G1 ALAGOAS. Secretaria da Educação de Alagoas fechada para obras está abandonada. **Portal G1 Alagoas**, Maceió, 29 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/11/secrataria-da-educacao-de-alagoas-fechada-para-obras-esta-abandonada.html>. Acesso em: 9 out. 2024.

GARBIN, E. P.; DE PAULA SANTIL, F. L. Forma, função, estrutura e processo: as categorias miltonianas sob a perspectiva da lógica formal. **Geoingá**, v. 12, n. 1, p. 131-154, 2020.

GAZETA DE ALAGOAS. Abandonado pelo estado, antiga sede da secretaria de educação é doada ao TJ. **Portal Gazeta de Alagoas**, Maceió, 5 mai. 2022. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/348824/abandonado-pelo-estado-antiga-sede-da-secretaria-de-educacao-e-doadao-ao-tj>. Acesso em: 10 set. 2024.

GAZETA DE ALAGOAS. Transferência de biblioteca gera revolta. **Portal Gazeta de Alagoas**, Maceió, 28 ago. 2011. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/112447/transfencia-de-biblioteca-gera-revolta>. Acesso em: 08 out. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, P. C. C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: GOMES, P. C. C. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (Ademadan), p. 13-30, 2009.

GOOGLE. **Google Maps**. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GOTARDO, C. A.; FAVARO, N. A. L. G. Escola pública: origens e funções no período da revolução industrial inglesa. **Horizontes**, v. 7, n. 13, p. 37-54, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. UNEAL 54 anos: série especial de vídeos retrata a história e trajetória da comunidade acadêmica. **Portal Oficial do Governo do Estado de Alagoas**, Maceió, 01 out. 2024. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/uneal-54-anos-serie-especial-de-videos-retrata-a-historia-e-trajetoria-da-comunidade-academica>. Acesso em: 02 jan. 2025.

GREENPEACE BRASIL. Maceió está afundando – e a Braskem precisa ser punida. **Portal Greenpeace Brasil**. 1 dez. 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/maceio-esta-afundando-e-a-braskem-precisa-ser-punida/#:~:> Acesso em: 02 jan. 2025.

GRILLO, M. L. G.; FREITAS, F. da S. A poluição sonora e o ensino de física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 43, p. 1-8, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-rbef-2021-0302>.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991**: Resultados preliminares/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**: Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**: 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Frota de veículos**: Maceió – 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/22/28120?ano=2023>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Frota de veículos**: Maceió – 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/22/28120?ano=2013>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Resultados do Censo Escolar de 2023**. [S.l.]: Inep, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 10 dez. 2024.

JAPIASSU, L. A. T. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas**: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento – de 1980 a 2000. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

LEIS, H. R. **Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005.

LINS, D. da S.; SANTOS, J. S. dos. **CEPA**: análise de suas raízes históricas e de sua situação atual. Orientador: Élcio de Gusmão Verçosa. 2005. Monografia (Especialização) – Curso de Pós-graduação de Formação de Professores em Geo-História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

MARTINS, A. P. A. **Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Transportes, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. Natureza e significado do materialismo histórico. *In*: FERNANDES, F. (org). **K. Marx, F. Engels**: história. 3. ed. São Paulo. Ática S.A., 1989.

MEDEIROS, J. B. **A prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, I. C.; ALIENDRO, M. G. B. **O amanhã está à venda: ensaio sobre apropriação cultura e racismo na cidade de Maceió**. 2022. Monografia (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Saiba quem foi Anísio Teixeira e conheça seu legado. **Portal Ministério da Educação**, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/saiba-quem-foi-anisio-teixeira>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOREIRA, R. Repensando a Geografia. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

NADER, G. A. Mobilidade urbana sustentável em três cidades brasileiras de médio porte. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 344-361, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/terraplural.v.13i3.0022>.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 73, p. 9-40, dez. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-733020000000400002>.

O Cruzeiro: Revista (RJ) - 1928 a 1985. **Portal Memória Gov**, [S.l.:s.d.]. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1>. Acessado em: 20 dez. 2024.

O Globo. Entenda afundamento em Maceió e como sal-gema é extraído do subsolo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/02/infograficos-explicam-afundamento-em-maceio-e-como-sal-gema-e-extraido-do-subsolo.ghml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OLIVEIRA, M. T. C. de; BARÃO, G. O. D. Trabalho e formação docente no contexto do desmonte da educação pública no Brasil. **Trabalho, Política e Sociedade**, Seropédica, v. 5, n. 9, p. 463-482, jul.-dez, 2020.

PAINEL DE NOTÍCIAS. Campus da UNEAL em Maceió terá sede própria no bairro do Poço. **Portal Paineis Notícias**, Maceió, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://painelnoticias.com.br/geral/130700/campus-da-uneal-em-maceio-tera-sede-propria-no-bairro-do-poco>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PIMENTEL, E. J. B. R.; PINHO, L. C. Uma análise do caso Braskem e da exploração da natureza à luz do pensamento de Mészáros. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 473-496, jul./dez. 2024.

PINHO, L. C. O crime socioambiental em Maceió decorrente da exploração de sal-gema. **Argum**, Vitória, v. 16, n. 3, p. 42-58, set./dez. 2024.

PORTAL É ASSIM. Alunos denunciam desmonte do Instituto de Línguas do Cepa, sem matrículas desde 2019. **Portal é Assim**, Maceió, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://eassim.com.br/alunos-denunciam-desmonte-do-instituto-de-linguas-do-cepa-sem-novas-vagas-desde-2019/>. Acesso em: 12 set. 2024.

ROSINA, J. F. **A função social da propriedade e a possibilidade da usucapião de bem público**. 2015. Monografia (Especialização) – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2015/pdf/JessicaFernandesRosina.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTORO, P. F. **Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-06062012-143119/pt-br.php>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS JUNIOR, A. A. **A conflitualidade para além da regularização territorial: a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na terra indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20629>.

SANTOS, C. J. S.; VIEGAS, M. E. F. da S. Refugiados ambientais urbanos: o desaparecimento dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto – Maceió/AL. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA – DEMOCRACIA, NATUREZA E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ, 3., 2021, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2021. p. 2044-2061. Disponível em: <https://sialat2020.com.br/index.php/anais-sialat-2020/>. Acesso em: 1 set. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, v. 7, n. 14, p. 49-59, 1992.

SECULT-BA. SECULT-BA lança livro sobre Escola Parque. **Portal SECULT-BA**, Salvador, 8 out. 2014. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/cultura/noticia/2024-02/49281/secultba-lanca-livro-sobre-escola-parque>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVEIRA, L.; GOMES, A. B. P. Entre a especificidade e a teorização: A metodologia do estudo de caso. **Teoria e Sociedade**, n. 22, p. 75-103, 2014.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL (Sinpro-DF). Governo de Alagoas tenta fechar escola mais antiga do CEPA e levar para Massagueira. **Portal SINPRO DF**, Maceió, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/al-governo-de-alagoas-tenta-fechar-escola-mais-antiga-do-cepa-e-levar-para-massagueira/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (Sintéal). Saiu na imprensa: Escola do CEPA é alvo de violência e sofre furtos sucessivos. **Portal SINTEAL**. 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.sintéal.org.br/2021/06/saiu-na-imprensa-escola-do-cepa-e-alvo-de-violencia-e-sofre-furtos-sucessivos/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

SOCIOESPACIAL. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Porto, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/socioespacial#:~:text=Relativo%20a%20classes%20ou%20grupos,essas%20classes%20ou%20grupos%20ocupam>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOUZA, M. L. de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos– e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, v. 6, n. 9, p. 9-26, 2009.

TEIXEIRA, A. F. de M. *et al.* A lógica do discurso ambientalista empresarial: Da extração de salgema aos impactos no ambiente urbano. **Movimentos sociais e dinâmicas espaciais**, Recife, v. 9, p. 27-42, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/243613>. Acesso em: 10 dez. 2024.

TNH1 ALAGOAS. Frota de veículos em Alagoas quase dobrou nos últimos dez anos; veja os números. **Porta TNH1 Alagoas**, Maceió, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/frota-de-veiculos-em-alagoas-quase-dobrou-nos-ultimos-dez-anos-veja-os-numeros/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TPF ENGENHARIA. TPF Engenharia participa de entrega das obras da Avenida Menino Marcelo, em Maceió. Maceió, 4 out. 2024. **Portal TPF Engenharia**, [S.l.s.d.]. Disponível em: <https://www.tpfengenharia.com.br/noticia/tpf-engenharia-participa-de-entrega-das-obras-da-avenida-menino-marcelo-em-maceio/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

TREVISOL, J. V.; MAZZIONI, L. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. **Roteiro**, Santa Catarina. 43, p. 13-46, 6 dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v43iesp.16482>.

TRIBUNA DE NOTÍCIAS. Antiga sede da Educação vai abrigar presos. **Portal Agência Tribuna de Notícias**, Maceió, 26 ago. 2018. Disponível em: https://www.tribunauniao.com.br/noticias/57088/antiga_sede_da_educacao_vai_abrigar_presos. Acesso em: 20 set. 2024.

TRIBUNA HOJE. Braskem confirma que escolas do CEPA serão seladas. **Portal Tribuna Hoje**, Maceió, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/03/24/77349-braskem-confirma-que-escolas-do-cepaserao-seladas>. Acesso em: 30 set. 2024.

TRIBUNA HOJE. Escola histórica no Cepa corre risco de ser fechada. **Portal Tribuna Hoje**, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2020/01/15/74498-escola-historica-no-cepacorre-risco-de-ser-fechada>. Acesso em: 02 jan. 2025.

TRIBUNA HOJE. Secretaria de Educação esclarece sobre realocação de escolas. **Portal Tribuna Hoje**, 16 dez. 2023. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/educacao/2023/12/16/131348-secretaria-de-educacao-esclarece-sobre-realocacao-de-escolas>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TRIBUNA HOJE. Seduc nega que escolas do Cepa tenham sido seladas pela Defesa Civil. **Portal Tribuna Hoje**, Maceió, 22 mar. 2021. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/03/22/77335-seduc-nega-que-escolas-do-cepatenham-sido-seladas-pela-defesa-civil#google_vignette. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNIFEI. Anísio Teixeira. **Portal Personalidades do Muro da Universidade Federal de Itajubá**, Itajubá, [s.d.]. Disponível em: <https://unifei.edu.br/personalidades-do-muro/extensao/anisio-spinola-teixeira/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

VALOR MERCADO. Governo de Alagoas lança nesta quinta-feira, o Eixo CEPA. **Portal Valor Mercado**, Maceió, 16 ago. 2016. Disponível em: <http://valormercado.com.br/alagoas/2016/08/governo-de-alagoas-lanca-nesta-quinta-feira-o-eixo-cepas>. Acesso em: 10 nov. 2024.